

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**LETÍCIA ALMEIDA ARAÚJO**

**A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER A PARTIR DE UMA VISÃO  
INSTITUCIONALISTA VEBLENIANA: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE  
TRANSFERÊNCIA DE RENDA (1997-2015)**

**VITÓRIA**

**2021**

**LETÍCIA ALMEIDA ARAÚJO**

**A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER A PARTIR DE UMA VISÃO  
INSTITUCIONALISTA VEBLENIANA: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE  
TRANSFERÊNCIA DE RENDA (1997-2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia.

**Orientador: Prof. Dr. Alexandre Ottoni  
Teatini Salles**

**VITÓRIA  
2021**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

A658v Araújo, Letícia Almeida, 1996-  
A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER A PARTIR DE  
UMA VISÃO INSTITUCIONALISTA VEBLENIANA: UMA  
ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE  
RENDA (1997-2015) / Letícia Almeida Araújo. - 2021.  
97 f. : il.

Orientador: Alexandre Ottoni Teatini Salles.  
Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Economia Institucional Original. 2. Violência Contra a Mulher. 3. Programas de Transferência de Renda. I. Salles, Alexandre Ottoni Teatini. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 330

---

**LETÍCIA ALMEIDA ARAÚJO**

**A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER A PARTIR DE UMA VISÃO  
INSTITUCIONALISTA VEBLENIANA:  
UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA (1997-2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Vitória, 17 de junho de 2021.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Alexandre Ottoni Teatini Salles  
Universidade Federal do Espírito  
Orientador

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana Fialho Ferreira  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Octavio Augusto Camargo Conceição  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
ALEXANDRE OTTONI TEATINI SALLES - SIAPE 1173355  
Subcoordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia  
Programa de Pós-Graduação em Economia - PPGEco/CCJE  
Em 17/06/2021 às 17:10

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/209607?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
MARIANA FIALHO FERREIRA - MATRÍCULA 2352642  
Membro - Colegiado do Programa de Pós-graduação em Economia  
Em 18/06/2021 às 13:19

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/210190?tipoArquivo=O>

## RESUMO

A violência contra a mulher é um fenômeno histórico que não faz discriminação de cor, raça, nível social, econômico ou cultural. Presente desde os tempos imemoriais na sociedade, ela desconhece os limites de fronteiras, estando presente em países com diferentes estágios de desenvolvimento socioeconômico. Por essa razão, a investigação de sua origem e dos motivos que levam a sua perpetuação são fundamentais para que se possa compreender esse fenômeno. Apesar de não seja um tópico comum de estudo na ciência econômica, esta dissertação teve como objetivo apresentar a contribuição da Economia Institucional Original (EIO) e dos Psicólogos Evolucionários ao estudo desse fenômeno. A escolha desta escola de pensamento econômico como ponto central da pesquisa deve-se ao fato de Thorstein Veblen ter escrito inúmeros artigos que evidenciam a condição da mulher na sociedade e da desigualdade entre gêneros. Essa Dissertação também buscou analisar os Programas de Transferência de Renda existentes ao redor do mundo. A escolha desses programas deu-se pelo fato deles serem institucionalizados, estabelecidos por regras e condicionalidades e que geraram impactos sobre o tema central dessa Dissertação. Para cumprir estes objetivos, foi realizada uma revisão de literatura sobre a escola institucionalista original e os conceitos de violência e violência contra a mulher foram apresentados, juntos com os fatores que levam a sua perpetuação e outros que ajudam a reduzi-la. Por fim, foi realizado um *survey* mostrando os impactos gerados por 10 programas de transferência de renda na violência intrafamiliar.

**Palavras-chave:** Economia Institucional Original; Violência Contra a Mulher; Programas de Transferência de Renda.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

## ABSTRACT

Violence against women is a historical phenomenon that does not discriminate against color, race, social, economic or cultural level. Present since immemorial times in society, it is unaware of the limits of borders, being present in countries with different stages of socioeconomic development. For this reason, the investigation of its origin and the reasons that lead to its perpetuation are fundamental for understanding this phenomenon. Although not a common topic of study in economic science, this dissertation aimed to present the contribution of the Original Institutional Economics (OIE) and Evolutionary Psychologists to the study of this phenomenon. The choice of this school of economic thought as the central point of the research is due to the fact that Thorstein Veblen has written numerous articles that show the condition of women in society and the inequality between genders. This Dissertation also sought to analyze the Income Transfer Programs existing around the world. The choice of these programs was due to the fact that they are institutionalized, established by rules and conditionalities and that generated impacts on the central theme of this Dissertation. In order to fulfill these objectives, a literature review on the original institutional school was carried out and the concepts of violence and violence against women were presented, together with the factors that lead to its perpetuation and others that help to reduce it. Finally, a survey was carried out showing the impacts generated by 10 income transfer programs on intrafamily violence.

**Keywords:** Original Institutional Economics; Violence Against Women; Income Transfer Programs.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. A ECONOMIA INSTITUCIONAL ORIGINAL E A PSICOLOGIA EVOLUCIONÁRIA</b> <b>.....</b>	<b>14</b>
2.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	14
2.2. UMA ANÁLISE SOBRE OS CONCEITOS DE INSTITUIÇÃO SEGUNDO A ESCOLA INSTITUCIONAL ORIGINAL .....	15
2.3. A IMPORTÂNCIA DA CULTURA NA EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES .....	20
2.4. A ECONOMIA EVOLUCIONÁRIA.....	24
2.5. A PSICOLOGIA EVOLUCIONÁRIA.....	28
2.5.1. William James.....	29
2.5.2. William McDougall.....	33
2.6. A ECONOMIA INSTITUCIONAL ORIGINAL, A PSICOLOGIA EVOLUCIONÁRIA E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO .....	36
2.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
<b>3. INTERPRETAÇÕES DA ABORDAGEM INSTITUCIONALISTA VEBLENIANA</b> <b>SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....</b>	<b>41</b>
3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	41
3.2. A ECONOMIA INSTITUCIONAL VEBLENIANA E A SUA VISÃO DO PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE.....	42
3.3. OS PSICOLOGOS EVOLUCIONÁRIOS E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	49
3.4. FATORES QUE FAVORECEM A PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	53
3.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
<b>4. OS IMPACTOS DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NOS</b> <b>ÍNDICES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER A PARTIR DA DÉCADA DE</b> <b>1990.....</b>	<b>60</b>
4.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	60
4.2. OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E OS IMPACTOS GERADOS NA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	62
4.2.1. O Baixo Impacto do Programa <i>Red de Protección Social</i> da Nicarágua na Violência Doméstica.....	66
4.2.2. Uma Experiência Não Satisfatória Para a Redução da Violência Contra a Mulher na Zâmbia.....	67

4.2.3. <i>Bono de Desarrollo Humano</i> : O Programa que Apresentou Resultados Heterogêneos na Redução da Violência Intrafamiliar Contra a Mulher.....	69
4.2.4. As Evidências Mistas Geradas Pelo Programa Bolsa Família do Brasil.....	70
4.2.5. <i>Child Support Grant</i> : O Programa Sul Africano Bem-Sucedido na Redução da Violência Contra a Mulher.....	73
4.2.6. Características e Resultados do Programa <i>Plan de Equidad</i> no Uruguai.....	74
4.2.7. O Sucedido Programa Mexicano <i>Oportunidades</i> .....	75
4.2.8. O Programa <i>Juntos</i> do Peru e o seu Sucesso na Redução da Violência Doméstica.....	78
4.2.9. A Bem-Sucedida Experiência de Assistência Alimentar Realizada no Norte do Equador.....	79
4.2.10. Um Estudo Clínico Realizado no Nordeste da África do Sul com Resultados Significativos na Redução da Violência de Gênero.....	81
4.3. UMA ANÁLISE INTEGRADA SOBRE OS PROGRAMAS.....	84
4.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>90</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um fenômeno histórico que, desde tempos imemoriais esteve presente na sociedade. Não faz discriminação de cor, raça, nível social, econômico ou cultural. Desconhece os limites de fronteiras de países, estando presente em países com diferentes estágios de seu desenvolvimento econômico. Apesar de não ser um tópico comum de estudo na ciência econômica, esse tema é recorrente tanto na literatura nacional quanto na internacional em diversas áreas das ciências sociais, bem como de psicologia e em debates sobre saúde pública, inclusive associados às questões econômicas. Isso ocorre, pois, a violência de gênero é um fenômeno próprio da natureza humana, sendo fruto das relações de desigualdade de gênero, de classe, de raça e de sexualidade, além de ser tolerada por grande parte da sociedade e assegurada pela impunidade perante as leis.

Embora a violência de gênero possua um caráter endêmico e abranja todos os diferentes graus de desenvolvimento econômico, determinados grupos são mais propensos a sofrerem com a violência do que outros. Famílias de baixa renda e cônjuges desempregados são alguns dos fatores positivamente associados ao aumento da violência doméstica devido ao estresse financeiro gerado por eles. Portanto, quanto menos recursos uma mulher possuir, maior será a chance de ela ser abusada pelo seu companheiro e, com o aumento das oportunidades econômicas, as chances da mulher ser abusada diminuem.

Esta Dissertação visou mostrar a visão histórica da mulher na sociedade utilizando como base a teoria proposta pela escola institucionalista original, principalmente a teoria proposta pelo criador dessa escola, Thorstein Veblen. Acredita-se que tal discussão irá contribuir para a discussão acerca da violência de gênero uma vez que este autor escreveu inúmeros artigos que evidenciam a condição da mulher na sociedade e da desigualdade entre gêneros. Essa violência possui um papel fundamental na formação e manutenção das instituições ao longo dos séculos, podendo ser observada ainda nos dias atuais. Esse trabalho também teve como objetivo analisar os Programas de Transferência de Renda (PTR) existentes ao redor do mundo. A escolha desses programas deu-se pelo fato deles serem institucionalizados, estabelecidos por regras e condicionalidades e que geraram impactos sobre o tema central dessa dissertação.

Devido a esse caráter da violência contra a mulher, o segundo capítulo desse trabalho teve como objetivo fazer uma revisão de literatura sobre a escola institucionalista original, dando foco ao debate sobre a psicologia evolucionária da época, cujos precursores influenciaram diretamente na teoria institucionalista de Thorstein Veblen. Acredita-se que tal discussão irá contribuir para o

debate acerca da violência de gênero, uma vez que os elementos teóricos presentes na Escola Institucionalista Original (EIO) são compostos a partir de uma abordagem multidisciplinar que inclui contribuições diversas de outras ciências, como biologia, psicologia, filosofia e sociologia. Um dos objetivos deste capítulo é compreender a natureza adaptativa da sociedade que é moldada de acordo com os hábitos e costumes vigentes, levando assim a perpetuação da violência contra a mulher.

No terceiro capítulo, foi apresentado o conceito de violência e, especificamente, o de violência contra a mulher e alguns fatores que favorecem a perpetuação dessa violência e outros que ajudam a reduzi-la a partir dos estudos multidisciplinares realizados sobre essa temática. Para cumprir esses objetivos, o terceiro capítulo foi dividido em 5 seções. Além das considerações iniciais, o capítulo apresenta: a visão da mulher a partir da abordagem vebleniana; a caracterização da violência contra a mulher e a discussão sobre ela pela ótica dos psicólogos evolucionários; a análise de como essa violência interfere na vida dessas mulheres, apresentando alguns fatores que podem ajudar a aumentar ou a reduzir essa violência a partir de estudos multidisciplinares realizados anteriormente; e as considerações finais.

Por fim, essa dissertação buscou responder se a situação intrafamiliar da mulher melhora ou piora com o recebimento dos benefícios dos programas de transferência de renda existentes ao redor do mundo. Esses programas surgiram a partir da década de 1990 com o objetivo de aumentar os recursos financeiros das famílias que viviam em situação de pobreza ou de extrema pobreza, promovendo-lhes uma proteção social com a finalidade de diminuir a pobreza familiar e a insegurança alimentar através de pagamentos monetários que são realizados, preferencialmente, para as mulheres chefes delas. Presentes em países em desenvolvimento, principalmente pertencentes a América Latina, África Subsaariana e Ásia, a maioria desses programas possuem o propósito de melhorar a saúde e a educação das crianças pertencentes a essas famílias por meio de condicionalidades impostas para o pagamento do benefício.

Embora esses programas não tenham como objetivo a redução da violência contra a mulher, diversos estudos<sup>1</sup> estão buscando responder quais são os impactos gerados pelos mesmos no que diz respeito ao *status* intrafamiliar dos indivíduos pertencentes as famílias beneficiárias. Consequentemente, esses estudos também analisam se houve uma redução ou um aumento da

---

<sup>1</sup> Dentre esses estudos, é possível citar os realizados por: Gitter e Barham (2008), Perova (2010), Hidrodo e Fernald (2013), Aísa (2014), Moreira *et al.* (2016), Buller *et al.* (2016), Lavinias, Cobo e Veiga (2019) e Baranov *et al.* (2020).

ocorrência dessa violência. O aumento da violência nesse caso ocorre quando o homem se sente ameaçado pelo novo poder conquistado por sua companheira e ele deseja recuperar recuperá-lo. Por sua vez, a redução desse índice pode ocorrer devido ao novo poder de barganha adquirido pelas suas beneficiárias que passam a ter o poder de tomar decisões que, anteriormente, eram exclusivas de seus maridos, além de conseguirem negociar com eles.

Devido ao fato da redução da violência doméstica não ser um objetivo dos programas de transferência de renda, os impactos gerados por eles ocorrem de formas incidentais. Entre os programas existentes ao redor do mundo, serão analisados nessa dissertação os programas pertencentes aos países: África do Sul, Brasil, Equador, México, Nicarágua, Peru, Uruguai e Zâmbia. A escolha desses países ocorreu devido ao fato de terem sido implementadas políticas públicas neles e estas terem gerado impacto nos índices de violência, o que permitiu a realização de um *survey*. Para cumprir estes objetivos, quarto capítulo faz uma análise de 10 programas de transferência de renda existentes no mundo, focalizando nos impactos gerados por eles nos índices de violência por parceiro íntimo.

## 2. A ECONOMIA INSTITUCIONAL ORIGINAL E A PSICOLOGIA EVOLUCIONÁRIA

### 2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Escola denominada Economia Institucional Original (doravante EIO) surgiu a partir dos desdobramentos teóricos e metodológicos decorrentes, principalmente, do livro “A teoria da Classe Ociosa: Um Estudo Econômico das Instituições” de Thorstein Veblen (1857-1929) no ano de 1899. Essa é considerada a obra mais conhecida deste autor, que fez com que, juntamente com outros trabalhos seminais publicados pelo autor, ele fosse considerado o precursor da Escola.

Um dos elementos teóricos da EIO está no fato de que ela é uma abordagem multidisciplinar. Ou seja, comporta contribuições diversas de outras ciências como biologia, psicologia, filosofia e sociologia. Em seu conjunto, tais contribuições permitem analisar os elementos que antecedem a ação, ou seja, os hábitos e instintos dos indivíduos (PESSALI, 2015). A partir da análise desses dois fatores (hábitos e instintos), é possível concluir que os avanços ocorridos na economia contribuem para o avanço das outras ciências que orientaram inicialmente o desenvolvimento da ciência econômica (ZULIAN; MARIN; JÚNIOR, 1982).

A teoria institucionalista proposta por Veblen leva em consideração a intencionalidade, o comportamento e o discernimento provocados por processos de causação. Seu principal objetivo não é responder à questão sobre como os fenômenos econômicos e sociais se estabilizam no equilíbrio, mas em como elas mudam e se transformam. Um dos aspectos centrais desta escola é que a história humana é pautada pela evolução das instituições. Isso acontece devido ao contínuo processo de evolução da sociedade baseado nas mudanças que ocorrem em sua estrutura institucional. Devido a isso, Veblen acredita que a sociedade passa por um processo evolutivo, em que ocorre a seleção natural das instituições de forma similar à que ocorre com a vida de outras espécies quando essas lutam pela sobrevivência. Logo, a evolução da estrutura social seria um processo de adaptação seletiva, o que significa que as instituições não são rígidas ou imutáveis. Elas passam por mudanças graduais que podem provocar alterações nas ações e atitudes dos indivíduos.

O objetivo deste capítulo é fazer uma revisão de literatura sobre a economia institucional vebleniana, tendo como foco o debate sobre a psicologia evolucionária da época, cujos precursores influenciaram diretamente na teoria institucionalista de Veblen. Acredita-se que tal argumentação irá contribuir para a discussão acerca da violência de gênero.

Esse capítulo está dividido em mais cinco seções além da introdução: uma análise sobre os conceitos de instituição segundo a Escola Institucional Original, a importância da cultura na evolução das instituições, a teoria evolucionária darwiniana, a psicologia evolucionária e a conclusão. A segunda seção apresenta diversos conceitos de instituição a partir do proposto por Veblen. A terceira sessão discute o conceito de cultura e apresenta o pensamento de autores como Veblen e Neale. A seção seguinte apresenta a teoria evolucionária darwiniana e a sua importância na economia institucional, pois é a partir dela que é possível compreender a natureza adaptativa da sociedade que é moldada de acordo com os hábitos e costumes vigentes, levando assim a perpetuação da violência contra a mulher. A quinta seção apresenta os autores da psicologia que tiveram grande influência na obra de Veblen, William James e William McDougall. Além desses, a seção também discute como a psicologia evolucionária trata a violência de gênero. Por fim, breves considerações finais concluem o capítulo.

## 2.2 UMA ANÁLISE SOBRE OS CONCEITOS DE INSTITUIÇÃO SEGUNDO A ESCOLA INSTITUCIONAL ORIGINAL

A Economia Institucional Original (EIO) surgiu a partir das ideias de Thorstein Veblen (1857-1929), sendo fundamentada principalmente nas ideias desse autor expostas na obra *A Teoria da Classe Ociosa* de 1899. Essa Escola, segundo Monastério (1998), foi uma das primeiras vertentes da economia a propor um conceito de instituições para centro da análise econômica. Contudo, é importante compreender que a visão de Veblen sobre as instituições não é a única existente e não deve ser vista como uma verdade absoluta dentro da Economia Institucional. Isso acontece devido ao próprio conceito de Veblen que é composto por diversas dimensões e compreensões. Além deste autor, há alguns outros pertencentes a Economia Institucional Original que trouxeram contribuições relevantes sobre o tema, como: Commons, Mitchell e Hodgson que serão vistos posteriormente.

Segundo Veblen (1969, p. 239), “instituições consistem em hábitos de pensamento que são próprios de uma sociedade em sua época”. Elas são formadas por um conjunto de normas, valores e regras que são resultados de situações presentes, moldando o futuro através de um processo seletivo e coercitivo na conduta dos indivíduos de forma que leve a evolução das instituições.

As instituições são elas próprias o resultado de um processo seletivo e adaptativo que modela os tipos prevalentes ou dominantes de atitudes e aptidões espirituais; são, ao mesmo tempo, métodos especiais de vida e de relações humanas, e constituem, por sua vez, fatores eficientes de seleção. De modo que as instituições em mudança levam por seu turno a uma ulterior seleção de indivíduos dotados de temperamento mais apto

e a uma ulterior adaptação do temperamento individual e seus hábitos ao ambiente mutável, mediante a formação de novas instituições (VEBLEN, 1965, p. 177-178).

Portanto, com base na definição de Veblen sobre as instituições, é possível dizer que elas moldam as suas estruturas de acordo com o comportamento da sociedade e, devido a isso, estão em constante transformação, podendo “sobreviver” ou não. De acordo com Silva (2010, p. 307), as “instituições sobrevivem e renovam-se desde que adaptadas às exigências da dimensão material das sociedades e suas produções sociais”.

Ao falarmos de Veblen, podemos dizer que sua teoria surgiu centrando em três principais pontos. O primeiro seria a inadequação da teoria neoclássica ao se tratar das inovações uma vez que essa teoria as supõe como dada. O segundo se dá com a preocupação do autor na maneira com que as mudanças ocorrem e, conseqüentemente, o crescimento, negando a teoria de equilíbrio estável. E, por último, o terceiro ponto enfatiza o processo de evolução econômica e transformação tecnológica. Sobre a teoria vebleniana, podemos dizer que um dos mais importantes fatores está no fato de Veblen dar grande importância ao processo de mudança e transformação, proveniente da teoria Darwiniana de seleção natural, o que torna essa teoria evolucionária.

As instituições – o que vale dizer, os hábitos mentais – sob a orientação das quais os homens vivem, são por assim dizer, herdadas de uma época anterior; época mais ou menos remota, mas, em qualquer caso, elaboradas no passado e dele herdadas. As instituições são o produto de processos passados, adaptados a circunstâncias passadas, e por conseguinte nunca estão de pleno acordo com as exigências do presente (VEBLEN, 1965, p. 179).

As instituições são fundamentais para que se possa entender, tanto em nível microeconômico como em nível macroeconômico, as diferentes trajetórias presentes na economia. Além disso, as instituições são resultado de processos históricos, em que as circunstâncias sociais e culturais passadas são adaptadas para que possam ser utilizadas para explicar as situações presentes. Além do conceito de instituição proposto por Veblen, há outros conceitos propostos por diversos outros autores para esse termo. Esses novos conceitos surgiram a partir de diversos debates, que os especializaram, acabando por refiná-los. Abaixo veremos algumas definições propostas por autores da Economia Institucional Vebleniana.

No ano de 1932, Hamilton escreveu sobre as instituições. Para ele, “as instituições definem os limites e impõe forma as atividades dos seres humanos. O mundo do uso e costume, ao qual nos imperfeitamente acomodamos nossas vidas, é uma rede ininterrupta e densa de instituições” (HAMILTON, 1932 *apud* NEALE, 1987, p.85).

Posteriormente, no ano de 1950, Mitchell registrou a sua opinião acerca das instituições. De acordo com esse teórico, “‘instituições’ são simplesmente apenas um termo conveniente para o mais



importante dentre os hábitos sociais amplamente predominantes e altamente padronizados” (MITCHELL, 1950 *apud* NEALE, 1987, p. 84)

Uma instituição pode ser identificada por 3 características: precisa haver pessoas praticando; há regras com o objetivo de garantir as atividades de repetição, estabilidade e ordem previsível; e precisa haver senso comum (uma visão nativa dos envolvidos). A primeira característica pode ser observada facilmente, pois as pessoas podem ser vistas praticando suas ações. A segunda característica, regras, pode ser identificada ao se ordenar as ações em sequências repetitivas dos eventos. Mas conhecê-las não é suficiente para entender e identificar uma instituição. Por último, menciona-se o senso comum, esse fornece elementos necessários para a identificação, além de informações também fundamentais para participar de forma inteligente das atividades da sociedade.

Por fim, é possível dizer que as atividades são governadas pelas regras e não pelas motivações. Isso acontece, visto que as motivações levam as pessoas a praticarem atividades específicas. Contudo, o que essas pessoas fazem e as ações tomadas por elas para a realização dessas ações depende da estrutura existente nas instituições uma vez que essa não pode existir por si mesma. Uma instituição precisa de um sistema de instituições para poder existir. Ela se encaixa nesse sistema de forma que uma mudança em uma leva a uma mudança nas regras das outras instituições, pois todas devem se adaptar.

O Institucionalismo vebleniano atribuiu as instituições à capacidade de coordenação do sistema econômico e essa foi considerada uma das suas principais contribuições. Segundo Neale (1987), a maioria dos autores que creem nessa vertente, acreditam que: “a maior parte daquilo que as pessoas fazem é governada pelas instituições de sua sociedade” (NEALE, 1987, p.85).

Geoffrey Hodgson é um importante autor do Institucionalismo Vebleniano. No seu trabalho de 2002, Hodgson caracteriza as instituições como capazes de estabilizar, coordenar e regular as atividades relacionadas ao processo econômico, a partir de padrões de comportamento criados por elas. Logo, as instituições são instrumentos e mecanismos de coordenação que são capazes de influenciar na aplicação de conhecimentos práticos do sistema econômico, permitindo que ocorra inovação e progresso técnico.

Para Hodgson (2002), o fato das instituições agirem como instrumentos de estabilidade do sistema econômico, permite que os aspectos históricos, políticos e sociais que afetam essa estrutura sejam facilmente explicados. Contudo, mesmo que as instituições possam agir como instrumentos de estabilidade, elas estão em constante e gradual processo de transformação. Isso ocorre devido à

evolução econômica e social do país que está em uma constante transformação do sistema capitalista. Ainda segundo Hodgson, as instituições são tipos de estrutura fundamentais para o âmbito social, visto que compõe a substância da vida social. Para ele, as instituições podem ser definidas “como sistemas (conjunto de elementos interligados entre si) de regras sociais estabelecidas e prevalecentes que estruturam as relações sociais”. (HODGSON, 2006, p.122)

Hodgson explica que as instituições, além de serem tipos de estruturas fundamentais, são um tipo especial de estrutura social. Isso acontece porque elas envolvem regras potencialmente codificáveis e normativas de interpretação de comportamentos. No seu texto de 2006, p. 123 – 124, ele diz:

Instituições tanto restringem quanto ativam comportamentos. A existência de regras implica restrições. No entanto, tais restrições podem suscitar novas possibilidades: podem permitir escolhas e ações que, de outra forma, não existiriam. [...] Regulação nem sempre é a antítese de liberdade; ela pode ser seu aliado.

Instituições são importantes também porque contribuem para a formação de expectativas estáveis quanto ao comportamento das pessoas. Isso ocorre devido à sua durabilidade que permitindo o pensamento ordenado, expectativa e ação ao formar e dar consistência as atividades humanas. São exemplos de instituições dados por Hodgson: a linguagem, as maneiras à mesa, as leis, os sistemas de pesos e medidas, o dinheiro, as empresas, etc. As instituições possuem a capacidade de ativar ou restringir comportamentos, possibilitar pensamentos, ações ordenadas e escolhas. Além disso, elas são capazes de impor forma e consistência às atividades humanas e estruturar as interações sociais, por meio de regras, que podem ser do tipo claras ou implícitas. Por outro lado, as instituições “dependem dos pensamentos e atividades dos indivíduos, mas não são redutíveis a eles” (HODGSON, 2006, p. 123).

Outro conceito existente é o conceito de Dequech que, intencionalmente, é abrangente em inúmeros aspectos. De acordo com esse autor, “as instituições são sistemas de regras socialmente compartilhados de comportamento e/ou de pensamento que têm alguma recorrência no tempo. Essas regras indicam o que (não) fazer ou pensar em determinadas circunstâncias” (DEQUECH, 2017, p. 160).

Contudo, para compreender o referido conceito, é preciso entender o que são as regras, pois elas são cruciais para a compreensão da ideia de instituições. Além disso, as regras são responsáveis por influenciar o pensamento e o comportamento dos indivíduos. Para Dequech, regras são fundamentais para indicar o que as pessoas devem ou não pensar e fazer, influenciando diretamente o comportamento delas. Contudo, elas não são o mesmo que regularidades ou padrões efetivos.

Nem todas as regras são seguidas recorrentemente. Quando isso ocorre, elas não podem ser consideradas instituições uma vez que elas são leis que não são obedecidas. Para uma lei se tornar uma regra, é preciso que essas se tornem habituais e devem ser chamadas, segundo Dequech, de padrões prescritos, dado que nem sempre as regras se manifestam em todas as situações consideradas relevantes. Além dessa, não podem ser consideradas instituições as regras estritamente individuais, visto que para ser uma instituição, é preciso ser “socialmente compartilhados”, ou seja, precisam ser compartilhadas por razões sociais.

Hodgson explica que as regras podem ser entendidas como “uma determinação normativa socialmente transmitida e habitual, ou uma disposição imanentemente normativa”. Além disso, elas dependem de uma “cultura social desenvolvida e de algum uso da linguagem” (HODGSON, 2006, p. 127). Para esse autor, as regras são potencialmente codificáveis, normativas de interpretação e de comportamento, que devem ser compartilhadas e compreendidas por seus integrantes.

Dequech (2017) inclui 3 argumentos de natureza teórica para justificar a inclusão das maneiras de pensar no conceito de instituição. Segundo o autor, algumas regras de pensamento são compartilhadas por razões sociais, ou seja, elas não são naturais ou inevitáveis e podem ser aplicadas igualmente às regras de comportamento e às regras de pensamento. Por último, esses dois tipos de regras (de comportamento e de pensamento) andam juntas, pois uma interfere diretamente na outra, uma vez que muitos comportamentos são adotados por causa das formas de pensar ou são gerados devido às regras de agir.

De acordo com as definições de instituição, para a Economia Institucional Original é possível concluir que elas são formadas a partir de normas, valores sociais, regras e cultura presentes em uma sociedade, sendo tais fatores fundamentais para que uma decisão seja tomada. Portanto, o indivíduo toma a sua decisão de acordo com os instintos expostos de acordo com as limitações externas que são delimitadas por esses valores culturais. Neste caso, a cultura é compreendida como valores, crenças, símbolos e padrões de comportamento que estão em constante evolução e que são transmitidos de forma intertemporal (VALIATI; CEZAR; FONSECA, 2014).

Os padrões institucionais de comportamento e de pensamento, quando possuem uma recorrência inerente, tendem a virarem hábitos que, por sua vez, ajudam a reproduzir esses padrões. Ou seja, hábitos e padrões de comportamento são codependentes. Contudo, o hábito além de possuir esse conceito – um padrão de comportamento e de pensamento que se repete sem deliberação – pode também significar uma propensão ou tendência na forma de agir e pensar, podendo ser

representada por uma regra. O comportamento repetido é importante para que um hábito possa se estabelecer. Contudo, comportamento não é um sinônimo de hábito. Veblen e diversos filósofos pragmatistas acreditam que o hábito deve ser considerado como uma propensão ou capacidade adquirida, que pode ser vista ou não no comportamento.

Os economistas institucionalistas que seguem a tradição vebleniana acreditam que as instituições são capazes de funcionar quando “as regras envolvidas estão enraizadas nos hábitos compartilhados de pensamento e ação” (HODGSON, 2006, p. 130). Logo, as instituições são “hábitos estabelecidos de pensamento comuns à generalidade dos homens” (VEBLEN, 1919, p. 239). Ou seja, elas são resultado de processos rotineiros de pensamento compartilhados por várias pessoas em uma determinada sociedade. Como as instituições são “hábitos de pensamento”, elas não se desenvolvem por meio dos instintos. Isso ocorre, pois, as instituições são moldadas ou até mesmo inculcadas pela cultura, prática ou tecnologia.

Os instintos, por sua vez, não são puramente biológicos nem transmitidos geneticamente, mas sim é algo intrínseco do ser humano, capaz de gerar hábitos de pensamento, além de ser formados por eles. Segundo Veblen, os instintos podem ser considerados “[...] uma questão de tradição fora do passado, um legado de hábitos de pensamento acumulados pela experiência das gerações passadas” (VEBLEN, 1914 *apud* HODGSON, 1992). Segundo Hodgson (2006, p.130), “um hábito é uma disposição para empregar um comportamento ou pensamentos anteriormente adotados ou adquiridos, desencadeado por um estímulo ou contexto apropriado”.

A habituação, que seria a obtenção de hábitos, é considerada um mecanismo psicológico responsável, em grande parte, pelo comportamento de seguir regras. Segundo Hodgson (2006), um hábito só pode adquirir o *status* de regra quando adquire algum conteúdo normativo próprio. O hábito é responsável por transformações no comportamento de seguir regras, agindo como mecanismo chave. Logo, as instituições são consideradas estruturas sociais responsáveis pela causação descendente de reconstituição.

### 2.3 A IMPORTÂNCIA DA CULTURA NA EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

Em seu artigo *O instinto para o artesanato e a aversão ao trabalho em geral*, Veblen inicia uma discussão acerca da cultura falando que não havia um consenso na sociedade sobre o assunto. Contudo, segundo ele, a maioria dos autores que escreviam sobre as culturas antigas concordavam que, desde o início das espécies, o homem “possuía uma disposição agressiva e era propenso a

isolar seus próprios interesses dos interesses de outros homens e participava frequentemente de brigas e disputas” (VEBLEN, 1898a/2007, p. 192).

Veblen diz que o instinto para o esporte é caracterizado pela prática de guerras que provoca a destruição. Esse instinto é predominantemente visto em culturas menos desenvolvidas, sendo considerado um instinto antiquado. Além desse, há também o instinto para o artesanato que é caracterizado pelo trabalho e possui o objetivo de reparo. Segundo esse autor, a propensão do homem para brigar continua a existir até os dias atuais, tendo como objetivo produzir dano. Ou seja, o homem possui uma propensão para o esforço proposital e objetivo, sendo estes um instinto para o esporte e não para o artesanato.

Além dos instintos para esporte e para o artesanato, também denominados por Veblen (1899) de Instinto Predatório e de Instinto do Trabalho Eficaz, respectivamente. Existem também o Instinto Parental que está relacionado aos cuidados coletivos e o Instinto da Curiosidade Vã (cujo vínculo principal dado pelo autor se dá com a ciência) (NEUBERGER; SILVA; CÁRIO, 2017).

Ao analisarmos a natureza humana comparando-a com a evolução cultural é possível dizer que os animais são uma espécie predatória. Contudo, a cultura dos seres humanos também é substancialmente predatória, conforme pode-se observar nas inúmeras narrativas de episódios de explosão predatória da história.

Como dito anteriormente, o instinto para o esporte é predominantemente visto em culturas menos desenvolvidas. Isso ocorre, em razão da população desenvolver modos de vida consideravelmente mais predatórios do que povos em estágios de desenvolvimento menos avançados. A cultura é considerada um fator importante para Veblen, afinal ela afeta a racionalidade e o comportamento humano, além de influenciar diretamente o seu comportamento. Essa abordagem de Veblen possibilitou a noção de que a sequência de causa e efeito ocorre por meio da força de hábitos. Sobre isso, ele escreve que (1898, p. 196):

O que o homem é capaz de realizar com facilidade é o que ele realiza habitualmente, e este fato determina as coisas sobre as quais o homem pensa e sabe com mais ou menos facilidade e intimidade. O homem se sente mais confortável lidando com ideias que considera familiares, resultado da utilização destas ideias em suas atividades do dia a dia. Uma forma de ação habitual traz consigo uma forma de pensamento habitual, e determina como os fatos e os eventos são apreendidos e incorporados ao conjunto de conhecimento estabelecido. Tudo que é consistente com as formas habituais de agir é também consistente com as formas habituais de pensar, e define o que é conhecimento de senso comum, assim como do que é aceito sem resistência pela comunidade.

Além de ser considerada importante para Veblen, a cultura é fundamental para toda a economia institucional. Isso corre porque os processos de aprendizagem são vistos “como resultado da

interação entre mecanismos psicológicos universais, selecionados pela evolução, e circunstâncias ambientais únicas para cada indivíduo” (POLIPPO; FERREIRA; WAGNER, 2013, p. 278). Como observado, a cultura está diretamente ligada aos hábitos e instintos e esses elementos são fundamentais para o entendimento da teoria institucionalista de Veblen. Segundo esse autor, os instintos fazem parte da natureza humana e da interação dos indivíduos com os hábitos.

Em seu livro de 2004, Hodgson aponta William James e William McDougall como grandes influenciados de Veblen no que diz respeito a psicologia dos hábitos e instintos. Outro autor que teve grande influência nas obras de Veblen foi o naturalista e biólogo britânico Charles Darwin, com a sua teoria evolucionária.

Os conceitos de hábitos e instintos propostos por William James e William McDougall são mais completos do que as definições existentes na época, visto que levam em consideração a evolução das motivações individuais. Por sua vez, a partir da teoria da evolução, Darwin foi um grande influenciador para o início de um debate acerca da abordagem existente sobre hábitos e instintos. O darwinismo acredita que a vida humana, tanto no sentido fisiológico, como no sentido mental, seja resultado de um processo evolucionário. Logo, a consciência humana é marcada por um processo de causa e efeito cumulativo.

Segundo os autores institucionalistas, a cultura é responsável por governar o mundo ao definir o que é certo e o que é errado, o que é admissível ou não, porque dessa forma ela acaba por promover oportunidades e limites. Assim, nas palavras de Neale (1987, p. 86):

O que os institucionalistas têm enfatizado é que a cultura governa tudo – não no sentido em que se credita aos instintos das abelhas governar com precisão todas as suas ações, mas no sentido em que uma cultura define o permissível e o proibido, define o certo e o errado, o admissível e o seu oposto, fornece conteúdo para estas definições com regras de comportamento e assim prove oportunidades e limites. Uma cultura é uma ação coletiva, um legado coletivo de padrões de ação, assim como uma linguagem, que permite a liberdade de pensamento, mas não a expressão gramatical (e que é também ação coletiva com uma história).

Devido ao fato da cultura ser ubíqua, alguns agentes manipulam conscientemente as regras e os valores de suas instituições com o intuito de alcançar seus fins. Essa manipulação das regras e valores ocorre devido ao individualismo uma vez que as instituições impõem restrições aos indivíduos, revelando o que podem ou não fazer. Essas restrições impostas fazem com que os indivíduos sintam, respondam e planejem ações que lhe favoreçam.

Segundo Veiga-Neto (2003), na antiguidade a comunidade aceitou de maneira geral e sem questionar que a cultura seria formada por um conjunto composto por tudo o que a humanidade havia produzido de melhor sobre termos filosóficos, científicos, materiais, literários, entre outros.

Devido a isso, por muitos anos a cultura foi vista como única, pois se referia a tudo de melhor que já havia sido produzido no mundo e universal se referindo à humanidade como um todo, sem fazer divisões demográficas. Logo, a epistemologia monocultural esteve presente por muitos anos até que fosse proposto um novo conceito para cultura, permitindo o surgimento da epistemologia multicultural.

A epistemologia multicultural, também chamada de multiculturalismo, reconhece a diversidade cultural que existe no mundo valorizando os direitos historicamente negados nas minorias. Para as pessoas que creem no multiculturalismo o espaço social é heterogêneo e o universalismo presente na epistemologia monocultural pode ser considerado uma violência que tem como objetivo eliminar as diferenças existentes na sociedade e impor um único ponto de vista que deve ser apresentado como universal (LOPES, 2008).

O conceito de cultura nos dias atuais é amplamente utilizado em inúmeros contextos e significados. Isso ocorre devido as diferentes perspectivas presentes no mundo e o que cada população assume como essencial, considerando as diversas crenças, ideologias, valores compartilhados e pressupostos básicos. Segundo Machado-da-Silva e Nogueira (1992), essas características permitem a interpretação da realidade e conferem à cultura racionalidade ou significados compartilhados. Isso poderia tornar esse conceito sem sentido, mas que é capaz de gerar previsibilidade e estabilidade ao conhecimento humano (MACHADO-DA-SILVA; NOGUEIRA, 1992).

As crenças e valores da população permitem que subculturas da cultura sejam discernidas. Esses elementos são escolhidos por possuírem uma ampla aceitação entre diversos autores que discutem esse tema e por permitirem a identificação e descrição da cultura. Além disso, é possível dizer que as crenças podem ser vistas como componentes implícitos que sintetizam as opções dos indivíduos e que fundamentam a racionalização. A existência da subcultura ocorre justamente por haver crenças e valores diferentes, em que existem campos de conhecimento específico e diferentes grupos demográficos (ENZ, 1988).

É importante enfatizar que os indivíduos se congregam em diferentes grupos. Esses são dotados de valores e crenças diferentes, compondo assim as subculturas. Além de permitirem a existência das subculturas, os valores e as crenças são fundamentais para a existência um do outro. Isso ocorre devido a dependência interativa que há entre esses dois fatores. A crença é responsável por sustentar os valores à medida que as pessoas assumem como verdadeiro algo e isso acaba por influenciar o que tais pessoas valorizam. Os valores, por sua vez, são capazes de originarem

crenças quando são reafirmados em comportamentos eficazes e passam a ser internalizados como verdades, tornando-se pressupostos (MACHADO-DA-SILVA; NOGUEIRA, 1992).

Smircich (1983) propõe uma tipologia para servir de referência no estudo da cultura. Para ela, esse estudo pode ser dividido em 2 enfoques distintos: a cultura como variável e a cultura como metáfora. Quando utilizada como variável, é vista como um sistema de conhecimentos em que padrões de percepção, modelos de avaliação e crenças orientam as ações tomadas pelos indivíduos. Quando vista como metáfora, a cultura é interpretada como um processo contínuo e dinâmico cujo objetivo é (re)construir a realidade por meio da interação social (SMIRCICH, 1983).

#### 2.4 A ECONOMIA EVOLUCIONÁRIA

Segundo Hodgson (1992), o termo “economia evolucionária” é problemático, pois é vago e mal definido. Embora esse termo tenha surgido a partir dos conceitos advindos da ciência biológica propostos por Charles Darwin, ele não implica na necessidade do uso de metáforas evolucionárias advindas da biologia para que a teoria econômica faça sentido. Por exemplo, a ciência social existente no período da primeira guerra mundial até os anos 1970 negava o *link* entre o mundo socioeconômico e o biológico, acreditando que essas duas ciências eram independentes uma da outra (HODGSON, 1992).

Darwin propôs a teoria da seleção natural das espécies para explicar o motivo pelo qual as espécies e - até mesmo as populações - não eram imutáveis e semelhantes, mas sim sofriam uma variação fenomenal dentro da sua própria espécie. Devido a essa variação, cada espécie é composta por indivíduos heterogêneos que sofreram diferentes variações em termos de seu DNA ao longo do tempo. Logo, alguns desses seres foram capazes de adquirir características que lhes geram uma vantagem (relacionada à sobrevivência) no meio ambiente em que vivem e na competição por recursos e/ou relacionamentos amorosos (BLYTH, 2011).

É possível dizer, então, que Darwin considerava a variação como a chave para que os processos evolutivos ocorressem. Essas variações seriam diversas, visto que cada ser dentro de uma espécie possui uma preferência diferente e esta é fruto das adaptações evolutivas que esse ser passou e dos ambientes em que ele viveu. Tais propensões devem ser vistas então como estratégias naturais e instintivas dos seres humanos que levam em consideração a aparência, a capacidade intelectual e financeira dos indivíduos, assim como o bem-estar deles. Portanto, é possível dizer, que o comportamento humano é moldado por meio das experiências pessoais, da história, da natureza e



da criação de cada espécie e, por isso, elas são individuais. Logo, diferentes populações desenvolveram diferentes grupos de inclinações de acordo com as experiências vividas por elas e processos evolutivos ocorrem de diferentes formas, principalmente quando analisadas espécies diferentes.

Embora os seres humanos e os animais possam interagir com o mesmo ambiente, as suas compreensões sobre ele serão diferentes devido as variadas inclinações adquiridas por cada espécie. Isso ocorre, pois, os humanos desenvolveram capacidades cognitivas complexas que podem ser consideradas altamente desenvolvidas uma vez que ela apresenta sistemas sofisticados de comunicação e de retenção da informação, complexas organizações sociais e complexos níveis de autorreferência e pré-configuração. Devido a essas capacidades, os indivíduos são considerados seres autoconscientes e capazes de formar organizações sociais de mesma complexidade enquanto os animais não, uma vez que eles não adquiriram o mesmo nível de inteligência dos seres humanos. Consequentemente, os animais desenvolveram capacidades cognitivas menos complexas e com uma menor capacidade adaptativa ao se comparar com os seres humanos. Em suma, a inteligência humana é responsável pela capacidade complexa desses seres e está aumenta a capacidade de evolução das organizações sociais, assim como permite que essa evolução ocorra rapidamente (BLYTH, 2011).

Darwin defende que a evolução desses organismos e sistemas complexos envolve mecanismos de variação, herança e seleção. Logo, esse cientista acredita que a evolução só pode ocorrer quando há uma entidade replicadora com a capacidade de fazer, por si só, cópias imperfeitas dela mesma, sendo que essas cópias não terão o mesmo potencial de sobrevivência uma das outras. Quando esse autor se refere à seleção, ele se refere à seleção natural. Essa envolve três princípios básicos:

1. Deve haver uma variação sustentada entre os membros de uma espécie ou de uma população. Essas variações precisam, necessariamente, possuir um caráter cego, aleatório ou objetivo. Segundo Darwin, sem variação, não é possível que exista uma seleção natural;
2. Precisa haver um princípio de hereditariedade para que as características individuais sejam transmitidas entre as gerações uma vez que a prole tem a necessidade de se parecer mais com os pais do que com outros membros da sociedade;
3. A seleção natural só ocorre, porque os organismos que estão melhor adaptados possuem uma maior vantagem na luta pela sobrevivência e porque eles deixam um número crescente de herdeiros. Portanto, as vantagens adaptativas adquiridas pelos indivíduos através do processo de seleção natural são capazes de torná-los mais aptos a sobrevivência uma vez que esses indivíduos obtêm uma taxa mais alta de sucesso na busca por parceiros sexuais e,

consequentemente, eles obtêm um número mais alto de filhos que ajudam a perpetuar a sua espécie.

Pessoas com status econômico mais elevado, independentemente de sua origem, possuem mais sucesso nesse processo de seleção natural, visto que o seu desproporcional acesso a recursos e a membros do sexo oposto permitem que sua prole receba um cuidado maior e que os seus genes sejam mais facilmente transferidos. Então, a tendência pela busca de *status* é uma forma de seleção natural e, segundo Darwin, pode ser vista na luta sexual que possui dois tipos.

O primeiro tipo tem como objetivo afastar ou matar os rivais e é marcado pela luta entre indivíduos do mesmo sexo, geralmente homens. O segundo, visa encantar e excitar o sexo oposto por meio de brigas com indivíduos de mesmo sexo. Embora a luta sexual seja uma alternativa na busca de *status* na seleção sexual, a sinalização humana é peculiar nesse tipo de seleção, podendo variar pela cor e pelo porte físico da esposa, assim como capacidade dela em trabalhar. Wisman (2019, p.8) analisa este aspecto da seguinte forma:

Human signaling for sexual selection can institutionally become highly complex and bizarre. In China, for instance, wealthy families bound the feet of their daughters, rendering them unable to do work or much else beyond bearing children and being elegant. Males would be attracted to them because as wives, they signal that their husbands are so wealthy that they can afford a wife incapable of being economically useful – a particularly cruel variation of conspicuous consumption that Veblen noted. Being able to signal the ability to afford such a wife would make the male more attractive to potential additional wives. Similarly, a woman's paler skin in agricultural societies, where work was mainly outdoors, suggested she did not need to work and was therefore of elite status. In industrial society, by contrast, where work moved predominantly indoors, a tan indicated that one had the leisure to lie beneath the sun, impressively at a beach, or even more ostentatiously, on a sailboat or yacht.

Outro ponto de defesa de Darwin é que todo fenômeno possui uma causa e está precisa ser explicada. A explicação causal não ignora as intenções dos indivíduos na tomada de decisões em um fenômeno, apenas deseja explicá-lo e não permite que um evento seja previsto. A incapacidade de prever o futuro pode ser explicada pelo fato da teoria da evolução levar em consideração as variações que ocorrem de forma acidental uma vez que essas são capazes de gerar um caminho diferente para o desenvolvimento. Devido a isso, os cientistas evolucionários estão interessados em analisar o caminho para compreender as causas das adaptações e explicar as consequências delas. Logo, o darwinismo pode ser visto então como uma análise causal e sequencial que, além de ser uma doutrina biológica, é também uma doutrina filosófica cuja ênfase se encontra na busca pela causalidade dos fenômenos socioeconômicos (HODGSON, 2004).

Com visto anteriormente, uma das contribuições de Veblen para a economia foi o seu reconhecimento de que existe uma necessidade em fundamentar as ciências sociais utilizando

princípios das ciências biológicas, principalmente na teoria da evolução das espécies. Veblen, então, resgata o conceito de seleção da teoria darwiniana e propõe a ideia de que há uma seleção natural nas instituições, afirmando que a vida em sociedade é marcada pelo processo de adaptação seletiva. Isso ocorre, devido a estrutura social está em um constante processo de seleção natural dos hábitos e dos pensamentos dos indivíduos, fazendo com que as instituições não sejam mero resultado de um processo de seleção, mas sim métodos especiais de vida e de relações humanas (HODGSON, 2004). Sobre este ponto, Veblen ([1899]1983, p.88) ensina que:

A vida do homem na sociedade, bem como a vida de outras espécies, é uma luta pela existência, e, portanto, um processo de adaptação seletiva. A evolução da estrutura social foi um processo de seleção natural das instituições. O progresso que se fez e que se vai fazendo nas instituições humanas e no caráter humano pode ser considerado, de um modo geral, uma seleção natural dos hábitos mentais mais aptos e um processo de adaptação forçada dos indivíduos a um ambiente que vem mudando progressivamente mediante o desenvolvimento comunidade e a mudança das instituições sob as quais o homem vive. As instituições são elas próprias o resultado de um processo seletivo e adaptável que modela os tipos prevaletentes, ou dominantes, de atitudes e aptidões espirituais; são, ao mesmo tempo, métodos especiais de vida e de relações humanas, e constituem, por sua vez, fatores eficientes de seleção.

Embora Veblen (1899) tenha utilizado o termo “seleção natural” das instituições, ele não continuou a usá-lo nas suas publicações posteriores. Por sua vez, as palavras seleção, selecionar e seletivo ganharam espaço em seus textos e foram usadas no sentido darwiniano de preservar e peneirar as adaptações. Hodgson (2004) propõe que Veblen prefere não adotar o termo “natural” em sua obra pelos seguintes motivos:

1. Veblen se preocupava com a evolução da sociedade e não com a evolução do mundo natural. Como isso, sua atenção se voltou para a sociedade e não para a natureza, fazendo com que o termo natural fosse abandonado;
2. O termo “seleção natural” das instituições pode ser interpretado como se referisse à natureza, e não à critérios econômicos e sociais de seleção;
3. Ele também pode ter parado de usar o termo “natural” para distanciar a sua teoria da teoria socioeconômica de Herbert Spencer que reduzia a evolução social apenas a atores naturais e biológicos;
4. O autor institucionalista foi crítico das teorias que defendiam a ordem natural e os direitos naturais.

Hodgson acredita que Veblen foi relativamente bem-sucedido em aplicar a metáfora da seleção natural de Darwin à economia, o que lhe permitiu entender a natureza evolutiva dessa área. Sua teoria de evolução é caracterizada por um processo de crescimento cultural que é determinado pelo

interesse econômico e gera uma sequência cumulativa de instituições econômicas (HODGSON, 1992).

Tanto as metáforas utilizadas pela economia institucional, quanto as utilizadas pelos psicólogos evolucionários tiveram como inspiração e utilizaram como base a teoria da evolução das espécies de Charles Darwin. Logo, é necessário compreender a teoria evolucionária darwiniana uma vez que ela é a raiz dessas teorias que ajudam a explicar a violência contra a mulher. Em suma, segundo Veblen, uma economia evolucionária significa uma sequência de mudanças socioeconômicas em contínuo desdobramento. Ele procura explicar os fenômenos sociais através do entendimento de costumes, hábitos e instituições uma vez que esses fatores influenciam as ações dos indivíduos e estão sempre sujeitos a mudanças. Um fator importante para esse autor seria a capacidade adaptativa desses indivíduos pois eles são produtos e produtores das instituições. Em função das constantes transformações pelas quais passam, os indivíduos não podem ser considerados como “dados”, no sentido de que seu comportamento deve ser explicado. Esta interpretação busca explicar as instituições e como estas se transformam.

## 2.5 A PSICOLOGIA EVOLUCIONÁRIA

A Psicologia Evolucionária é uma área relativamente nova na psicologia, surgindo formalmente apenas na década de 1960. Antes disso, essa área de estudo era vista como uma abordagem epistemológica para a ciência psicológica (BUSS, 1995). Contudo, as ideias provenientes da psicologia evolucionária já vinham sendo apresentadas por William James e por William McDougall anos antes, uma vez que seus trabalhos foram publicados nos anos de 1890 e 1908, respectivamente.

Esses dois autores, James e McDougall, podem ser considerados propulsores da psicologia evolucionária cuja origem se encontra na Teoria da Seleção Natural de Charles Darwin sobre a evolução genética. Segundo Darwin, a evolução ocorre com base na variação, competição e hereditariedade, modificando as características que constituem a população e acrescentando novas habilidades para que os indivíduos lidem da melhor maneira possível com o meio ambiente (MESOUDI, 2009).

Apoiando-se na teoria darwiniana, os psicólogos sociais evolucionistas passaram a defender que a cultura se transmite de forma similar à evolução genética. Devido a isso, eles postulam que há variação nas crenças e valores culturais em diferentes grupamentos humanos, sendo que algumas variantes culturais são mais propensas de serem aprendidas e lembradas ao serem expressas por modelos considerados mais proeminentes (pais, celebridades, etc.). Logo, é possível dizer que a

cultura é transmitida através de um processo de aprendizagem social e imitação por meio de uma seleção natural dos valores (MESOUDI, 2009).

### 2.5.1 WILLIAM JAMES

William James foi um importante filósofo americano responsável pelo que é considerado a maior contribuição americana a filosofia, o pragmatismo. Sua principal obra foi lançada em 1890 com o título de “O Princípio de Psicologia” e nela o autor aborda temas com “hábito”, “atenção”, “fluxo de pensamento” e “*self*”, além de fornecer uma ênfase psicológica ao hábito e ao instinto.

Apesar de ter contribuído fortemente com a filosofia americana, James não conseguiu formar uma escola em sua principal área de interesse, a psicologia<sup>2</sup>. Segundo esse autor, a psicologia seria a ciência da vida mental que estuda as mentes finitas individuais. Para o seu estudo são considerados os pensamentos e sentimentos dos indivíduos, além do mundo físico em que eles vivem, levando em conta o tempo e o espaço em que isso ocorre. Ou seja, para o estudo da psicologia são levados em conta tantos os fenômenos quanto as condições existentes no local no exato momento em que tais fenômenos ocorrem, esses podem ser: sentimentos, desejos, cognições, raciocínios, decisões e coisas do gênero.

Um dos grandes enfoques de James (1890) são os instintos. Esses são impulsos desencadeados pela sensação, percepção e ideias que levam o homem a agir e, além de estarem presentes nos seres humanos, também podem ser vistos no reino animal. Para o referido autor, a racionalidade desses seres deve ser questionada no que diz respeito a vantagem deles em relação as outras espécies.

James acredita que os seres humanos possuem uma *vantagem* em relação as outras espécies e esta não se dá pela racionalidade que é uma característica marcante dos seres humanos, mas sim pelos instintos que os indivíduos possuem. Outro fator debatido por esse autor é a razão. Segundo ele, a razão é responsável por controlar impulsos de complexidades elevadas e não apenas interferir sobre as coisas, o que acaba por aplicar a concepção dos instintos. Logo, James acredita que o homem possui uma complexidade maior em relação as outras espécies e isso ocorre devido à variedade elevada de impulsos que o homem possui e pelo fato dele usar a razão plenamente. A razão, associada à memória, reflexão e inferência, ajuda a prever os resultados das ações uma vez que os impulsos vão se tornando hábitos ao serem frequentemente executados.

---

<sup>2</sup> Segundo Kinouchi (2009), o fato desse autor não ter conseguido formar uma escola própria, o ajudou a ter as suas ideias amplamente difundidas em diversas teorias psicológicas, além de prevalecer e se impor sobre elas.

James ressalta a importância da razão e dos impulsos. A razão interfere na imaginação das pessoas e os impulsos os levam a agir, ou seja, a espécie que possui uma elevada razão também possui elevados impulsos instintivos. Contudo, a razão não é capaz de inibir os impulsos. No seu texto de 1890, James afirma: “reason, per se, can inhibit no impulses; the only thing that can neutralize an impulse is an impulse the other way” (JAMES, 1890, p. 393)

A ação instintiva é limitada pelos hábitos, uma vez que eles restringem o alcance da própria tendência. Isso significa que os hábitos não permitem que a ação proveniente dos instintos seja uma ação livre de restrições, ou seja, a ação realizada pode não alcançar todo o seu potencial, pois os hábitos restringem as ações. Logo, a ação realizada sempre terá como base os hábitos adquiridos ao longo da vida da pessoa, sendo que esses hábitos são capazes de reforçar ou inibir os instintos destas<sup>3</sup>.

Segundo James (1890), um dos fatores mais impressionantes sobre os seres vivos está no fato deles serem constituídos por feixes de hábitos. Tanto os animais, dos selvagens aos domésticos, quanto os homens possuem uma rotina habitual que pode ser resultado de uma necessidade proveniente desde o seu nascimento (animais selvagens) ou que surgem como resultado de um processo de educação (animais domésticos e homens). Esse hábito, quando adquirido, possui um caráter adaptativo em que o indivíduo é capaz de adquirir e manter uma habilidade, sendo este caráter fortemente relacionado a teoria darwiniana.

Há também os hábitos que surgem de uma tendência inata e, por isso, são chamados de instintos. Contudo, alguns desses instintos surgem devido a educação que o indivíduo possui – adquirida pelo processo de educação – e, quando isso ocorre, eles são chamados de atos de razão. Logo, o hábito pode ser considerado um importante volante da sociedade devido ao papel que assume de agente conservador.

Segundo James (1890), as ações motivadas pela inteligência podem se tornar automáticas pela força do hábito, diminui assim a atenção consciente no qual os atos são realizados uma vez que eles passam a ser praticados de forma inconsciente. Alguns exemplos dados pelo autor incluem: ficar de pé, andar, conversar e orar, que são ações que podem ser feitas enquanto a mente é absorvida por outras coisas.

A concepção de hábito ou tendência da mente é consideravelmente fortalecida pelo uso frequente da linguagem. Isso ocorre, segundo James, porque a linguagem é o único canal capaz de fazer com

---

<sup>3</sup> Para Hodgson (2006), os hábitos tornam-se as bases dos costumes quando são persistentes e compartilhados

que os conhecimentos e descobertas da população sejam difundidos entre os indivíduos. Além disso, a estrutura da linguagem também é fundamental para o fortalecimento dessa tendência da mente. Isso se dá pelo fato de que todas as línguas são compostas por uma marca regular e analógica, uma vez que possuem reações semelhantes para se expressarem.

Outro grande conceito proposto por William James (1890) é o de *self*. Para esse autor, *self*, no seu sentido mais abrangente, significa a soma de tudo aquilo que o homem pode chamar de seu e é separado em três diferentes tópicos. O primeiro é composto pelos constituintes do *self* e esse é dividido em duas classes. O segundo é formado pelos sentimentos e emoções que estão ao redor (*Self-feelings*) e o terceiro tópico, pelas ações que ele induz (*Self-seeking e Self-preservation*).

Os constituintes do *Self* são divididos em duas classes, o *self empírico* e o *self puro* e esses se subdividem em outras quatro: (a) *The material Self*; (b) *The social Self*; (c) *The spiritual Self*; and (d) *The pure Ego*. O *self empírico* é formado pelo *self material* e pelo *self social*, enquanto o *self puro* é composto pelo *self espiritual* e pelo *ego puro* (JAMES, 1890).

Sobre o *self empírico*, é possível dizer que ele está inserido no campo fenomenal, em que o *self material* é o seu primeiro constituinte e o *self social* é o segundo. O *self material* é caracterizado em sua área mais externa pelos objetos de interesse do indivíduo e, em sua parte mais interna, pelo corpo e suas partes. Logo, o *self material* é formado por todos os elementos que fazem parte da vida do indivíduo, incluindo: seus objetos de interesse, seu corpo e suas partes, suas roupas uma vez que essas lhe garantem a sua identidade, sua família e todas as outras coisas que são consideradas objeto de preferência pelo indivíduo.

Por sua vez, o *self social* de um ser é o reconhecimento que ele recebe de seus companheiros. Devido a isso, um homem pode possuir mais de um *self social*, pois esse depende diretamente da pessoa que está fazendo o reconhecimento dele, uma vez que o indivíduo tem o costume de analisar as outras pessoas a imagem e semelhança de suas mentes. Além disso, outro fator que interfere diretamente na quantidade de *selfs* que uma pessoa possui, está no fato de que cada pessoa passa por diferentes situações sociais e, para cada situação, existe um *self* diferente. Segundo James, alguns exemplos de *selfs sociais* seriam: a fama, a honra e a paixão, sendo a paixão a forma mais peculiar desse tipo de *self* que pode ser encontrada, uma vez que a mente da outra pessoa interfere diretamente no *self social* do indivíduo que se encontra apaixonado.

O *self puro*, por sua vez, é constituído pelo *self espiritual* e pelo *ego puro*. O *self espiritual* é definido como o ser interior ou subjetivo de um homem, levando em consideração as decisões tomadas e as faculdades ou disposições psíquicas do indivíduo. Essas disposições são

consideradas a parte mais íntima e duradoura do “eu”, dado que é a representação mais aproximada de tudo aquilo que o homem de fato se parece ser, além de levar em consideração todos os eventos psíquicos que ocorrem no tempo.

James, antes de definir o ego puro, caracteriza o *self-feeling*. Esse é composto pelos sentimentos, sensações, percepções e emoções que o indivíduo vivencia a respeito da sua própria identidade, ou seja, o *self-feeling* representa a autossatisfação do indivíduo. Devido a isso, para designar tais características, o autor explica que é possível dividir os sentimentos em duas classes: o *self-satisfaction* que inclui o orgulho, vaidade e arrogância do indivíduo e o *self-complacency* com a humildade, modéstia e vergonha.

O terceiro tópico proposto por esse autor inclui as ações que o indivíduo induz: *self-seeking* e *self-preservation*. Essas duas classificações dos tipos de self estão relacionadas a preservação do ser sendo que o *self-preservation* se refere e restringe ao momento presente e o *self-seeking* se dirige a preservação do futuro.

Após terminar de classificar os três tipos de selfs, James volta a analisar o self puro de modo que termine de fazer a sua subclassificação. Nesse momento ele caracteriza o ego puro que é responsável por abranger o que as outras classificações não englobam. O ego puro retoma o estudo da vida subjetiva cuja base de referência é uma perspectiva concreta que leva em consideração o fluxo de consciência. Devido a isso, essa subclassificação do *self* foge das classificações propostas anteriormente por James.

Por fim, James acredita que a intimidade (*intimacy*) e a vivacidade (*warmth*) são os critérios fundamentais para que o *self* seja reconhecido. Isso ocorre, em razão de esses fatores possuem uma continuidade entre passado e presente que permite que o indivíduo se autoavaleie, por meio do fluxo de consciência, de modo que consigam perceber se continuam sendo as mesmas pessoas que antes eram ou não. Devido a isso, é possível dizer que o self, para William James, deve ser entendido como fluxo de consciência que agrega tudo o que é conhecido objetivamente e as coisas que se desdobram no tempo.

O pensamento de James é importante para essa dissertação, já que foi esse o autor que introduziu a importância dos instintos e dos hábitos na tomada de decisões dos indivíduos. Além disso, James foi responsável por apresentar o conceito de *self*, cuja discussão é fundamental para a compreensão do indivíduo e das escolhas que eles realizam. Logo, a obra de William James será essencial para se explicar o comportamento dos indivíduos no que se diz respeito a violência de gênero.



### 2.5.2 WILLIAM MCDUGALL

Outro autor que foi fundamental para o surgimento da psicologia evolucionária foi William McDougall que introduziu a teoria do instinto em seu livro *Introduction to Social Psychology* de 1908. A obra mencionada analisou os instintos de forma sistemática e foi responsável por relacionar as instituições e os costumes de uma sociedade com as propensões instintivas dos indivíduos. Para esse autor, os hábitos socialmente enraizados podem ser explicados pela natureza humana e pela biologia.

McDougall acredita na importância dos instintos e das emoções para a compreensão das ações humanas e do ambiente social. Para ele, algumas tendências da mente humana são herdadas e formam a base do caráter e das vontades dos indivíduos. Essa tendência é encontrada em todos os seres humanos, embora ocorra em diferentes graus. Assim, nas palavras do autor (1908, p.30):

We may, then, define an instinct as an inherited or innate psycho-physical disposition which determines its possessor to perceive, and to pay attention to, objects of a certain class, to experience an emotional excitement of a particular quality upon perceiving such an object, and to act in regard to it in a particular manner, or, at least, to experience an impulse to such action.

Por conseguinte, o instinto seria, segundo McDougall, o principal motor da atividade humana. Por sua vez, os hábitos são considerados por ele como um forte impulso ou força motriz que agem de forma secundária na atividade humana, uma vez que eles são derivados das propensões instintivas e são adquiridas pela repetição de atividades frequentes. Além disso, os hábitos não são capazes de explicar as ações realizadas pelos indivíduos sem que os instintos estejam presentes para complementar a explicação já que os instintos são responsáveis pela formação dos pensamentos que levam o homem a agir. Assim sendo, é possível concluir que McDougall, assim como James, trata o hábito como uma propensão em que eles são adquiridos de pensamento e ação, sendo que esses hábitos podem ser considerados uma fonte de impulso ou força motriz, ou seja, toda ação é resultado de um processo mental por mais que ela pareça ser puramente instintiva.

Segundo McDougall (1908), há sete instintos primários que podem ser associados a diversas emoções também primárias; quatro secundários que são relevantes para a vida social dos indivíduos; e três pseudoinstintos que influenciam a interação das pessoas. Os instintos primários, apresentados no capítulo 3 da obra de 1908 de McDougall, são: “*The Instinct of Flight and the Emotion of Fear*”; “*The Instinct of Repulsion and the Emotion Disgust*”; “*The Instinct of Curiosity and the Emotion of Wonder*”; “*The Instinct of Pugnacity and the Emotion of Anger*”; “*The Instincts of Self-abasement (or Subjection) and of Self-assertion (or Self-display)*”; “*The Emotions of Subjection and Elation (or Negative and Positive Self-feeling)*”; e o “*The Parental Instinct and the*

*Tender Emotion*". Por sua vez, os instintos secundários são: "the instinct of reproduction"; "*the gregarious instinct*"; "*the instinct of acquisition*"; "*the instinct of construction*". Por fim, o autor classifica os três pseudo instintos como: "*suggestion*", "*imitation*", and "*sympathy*".

No que diz respeito aos instintos primários, temos inicialmente o instinto de fuga e a emoção do medo. De acordo o autor, esse instinto é fundamental para a sobrevivência de quase todas as espécies, além de ser um dos mais poderosos, pois ele é responsável pela fuga dessas espécies, através do medo, quando há algum perigo vigente. O medo surge por causa do estranho e misterioso e é caracterizado pelos impulsos de fugir e ocultar, sendo capaz de dissipar todas as outras atividades mentais de um indivíduo. Isso ocorre devido à grande concentração de emoção que ele traz ao objeto e/ou situação assim como a emoção ocorre de forma violenta. Devido a isso, esse instinto é capaz de provocar uma impressão profunda e duradoura na mente das pessoas que o sentem. O terror seria o grau mais intenso desse medo e ele pode provocar um distúrbio nervoso de grandes proporções ao tentar derrotar o instinto, causando em homens e animais, convulsões gerais ou até mesmo a morte.

O segundo instinto primário é o da repulsa e a aversão emotiva que, assim como o medo, é um instinto de aversão, embora eles possuam diferentes tendências. Juntos, esses instintos conseguem explicar quase todas as aversões existentes, menos aqueles que são adquiridos através da dor. Esse instinto possui uma utilidade biológica óbvia, uma vez que seu impulso consiste em rejeitar as substâncias em virtude de seus odores, sabores e viscosidades, além dos que são nocivos e de mal gosto. A repulsa que os seres possuem pelas substâncias demonstra a intelectualização dos instintos e das emoções por meio de associações, semelhanças e analogias.

O instinto da Curiosidade e a emoção da surpresa é considerado o terceiro instinto primário por McDougall e está presente na maioria dos seres vivos. Contudo, apenas os humanos aperfeiçoaram esse instinto fazendo com que nos outros seres ele seja considerado fraco. O impulso desse instinto é observar e examinar mais de perto objetos que tragam interesse, qualquer um que apresente semelhança ou não a outros objetos já conhecidos, mas precisam ser necessariamente diferentes dos que já são habitualmente percebidos. Devido a isso, o autor considera difícil distinguir o que seria a excitação de curiosidade e o que seria a de medo, visto que os dois são gerados pelo desconhecido. Ainda sobre esse instinto, McDougall aponta que ele é uma importante fonte de energia intelectual e esforço, uma vez que foi responsável por gerar as principais raízes da ciência e da religião.

O quarto instinto proposto por esse autor é tão universal quanto o instinto do medo e foi denominado por McDougall como o instinto da pugnacidade e a emoção da raiva. Embora seja considerado universal, alguns indivíduos passam a impressão de que isso não é verdade, pois, aparentemente, nasceram sem esse instinto que se assemelha ao medo no que diz respeito a força de seu impulso e pela alta intensidade que a emoção gera. Esse instinto que é marcado pela luta e pela raiva é caracterizado por estar diretamente ou indiretamente relacionado a excitação dos indivíduos e tende a ser diretamente proporcional a força dessa excitação.

Os próximos dois instintos atraíram pouca atenção da comunidade, mas McDougall segue colocando como instintos primários, sendo denominados: instinto de auto-humilhação com a emoção de subjeção (ou auto sentimento negativo); e instinto de autoafirmação com a emoção de auto exibição (ou auto sentimento positivo). Por considerar os termos auto sentimento negativo e auto sentimento positivo estranhos, o autor passa a nomeá-los de emoções de sujeição e euforia, respectivamente. O instinto da auto exibição pode ser encontrado em diversos seres sociais, principalmente no momento do acasalamento, embora esse não seja o único em que isso ocorra.

O instinto de auto exibição é claramente visto em muitas das crianças, dado que antes delas desenvolverem a fala ou que possam andar, o impulso que elas possuem busca a satisfação no olhar de admiração e nos aplausos da família a cada nova conquista. Posteriormente, com o aumento da autoconsciência, é possível perceber uma expressão de arrogância e vanglória nos meninos e uma vaidade nas meninas que estão diretamente ligados ao sentimento de autoestima que eles possuem. Logo, é possível perceber que a presença de expectadores excita esse instinto nos indivíduos. Por sua vez, o auto sentimento negativo (emoção de sujeição) é marcado por um comportamento caído, deprimido e de vergonha. Esse último comportamento, embora totalmente desenvolvido, implica em uma autoconsciência e em um sentimento de autoestima.

Por fim, há o instinto parental e a emoção terna e esses geram grandes diferenças de opinião. Contudo, McDougall considera esse instinto como primário e, além disso, o vê como sendo o “verdadeiro primário” cujo impulso pode ser considerado raiz de todo o altruísmo. O instinto materno, que está presente nos seres humanos e em praticamente em todas as outras espécies de seres sociais, faz com que as mães protejam e valorizem os seus filhos. Essa proteção sempre envolve alguma adaptação instintiva que modifica profundamente o comportamento dos pais, sejam eles humanos ou não, cujo objetivo seria a manutenção das espécies.

Em diversas espécies, a proteção e o carinhos dos jovens são oferecidos principalmente pelas mães que acabam por dedicar todas as suas energias aos seus filhos, podendo sofrer privações, dores e

até mesmo a morte. O autor dá ênfase nas mães, nesse caso, visto que esse instinto e emoção geralmente é mais fraco nos homens em relação ao das mulheres e, em alguns casos, pode sequer existir. Por fim, o instinto parental torna-se o mais poderoso dos instintos devido às características de proteção, uma vez que esse instinto pode substituir todos os outros que trabalham a serviço da vida individual para servir a espécie como um todo.

William McDougall possui uma grande importância para essa dissertação foi ele quem introduziu uma divisão classificatória dos instintos e os definiu. Os sete instintos primários propostos por esse autor são fundamentais para o debate sobre violência de gênero, principalmente os instintos de medo, de raiva, de autoafirmação e degradação.

## 2.6 A ECONOMIA INSTITUCIONAL ORIGINAL, A PSICOLOGIA EVOLUCIONÁRIA E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

O estudo da teoria de Veblen, assim como o estudo da teoria institucional original como um todo, é fundamental para que se possa compreender a violência contra a mulher. Isso ocorre devido ao fato dessas teorias terem como foco o estudo dos hábitos, das instituições e da cultura, fatores estes que influenciam diretamente no comportamento dos indivíduos e são altamente influenciáveis pelo local que esses indivíduos se encontram.

Como visto na sessão 2.2, Veblen considera uma instituição como hábitos de pensamento próprios de uma sociedade em sua época que são compostos por normas, valores e regras que moldam o futuro através de situações presentes. Ou seja, a instituição é um hábito de pensamento enraizado, que passa por diversos processos de evolução e é fruto da cultura local. É importante ressaltar que a evolução cultural e social de uma sociedade depende diretamente do local que ela se encontra, pois cada sociedade possui o seu próprio DNA, a sua própria identidade.

A cultura, como visto anteriormente, é um fator fundamental para Veblen, em razão de ela ser capaz de afetar a racionalidade e influenciar diretamente o comportamento humano. Além disso, a cultura é fundamental para a Economia Institucional Original, já que ela é composta por processos de aprendizagem que são vistos como resultado de interação entre os mecanismos psicológicos universais que são selecionados por meio da evolução e pelo ambiente em que o indivíduo vive. Isso ocorre, porque há diferentes perspectivas presentes no mundo onde cada população assume algo como essencial levando em conta as suas crenças, suas ideologias, valores compartilhados e pressupostos básicos.

No que diz respeito aos psicólogos evolucionistas, há uma crença geral de que eles sejam excessivamente deterministas. William James, um dos precursores dessa área, se opõe a existência do determinismo sociocultural no seu artigo de 1880 intitulado “*Great men, great thoughts, and the environment*”. Para esse autor, no lugar do determinismo sociocultural, existe a evolução sociocultural e essa teoria é fortemente influenciada pela abordagem de Charles Darwin, uma vez que James deu novas nomenclaturas para a área da psicologia e para termos propostos por Darwin na biologia. Segundo James, é preciso haver uma diferenciação nas causas que originam um fenômeno – causas de origem – e essas seriam a variação acidental de Darwin. Enquanto as causas que preservam os fenômenos – causas da preservação – representam a seleção natural na biologia (KINOCHI, 2004).

Segundo Tang-Martinez (1997), uma das abordagens existentes na sociobiologia acredita que a vigilância seria um fator fundamental para que os argumentos evolutivos sejam usados para racionalizar ou justificar a opressão das mulheres tendo como base o fato que homens possuem uma superioridade biológica sobre as mulheres. Essa abordagem encontra pouco apoio tanto dos cientistas biológicos quanto dos psicólogos evolucionistas, sendo que as respostas dos psicólogos para rejeitar essa ideia está no fato de quase não existirem tarefas específicas de gênero, ou seja, não há características específicas de gênero que sejam necessárias para executar a maioria das tarefas. Apesar disso, os psicólogos evolucionários acreditam que o comportamento humano sofre diversas variações ao se encontrar em diferentes ambientes culturais e sociais (JOHNSON, 2012).

Segundo os psicólogos evolucionários, os mecanismos psicológicos são responsáveis pela forma como homens e mulheres registram e processam informações mentais e são capazes de respondê-las por meio de comportamentos específicos. Esses mecanismos acabam evoluindo de forma que consigam responder aos novos problemas que surgem e afetam o sucesso reprodutivo humano. Devido às diferenças no sistema reprodutivos de homens e mulheres, eles também apresentam diferentes desafios que podem ser do sentido biológico ou cultural devido a sociedade em que vivem. Conseqüentemente, os indivíduos apresentam diferentes mecanismos psicológicos para lidar com esses desafios (JOHNSON, 2012).

Daly e Wilson (1990) apontam que a análise e a compreensão do papel do gênero na violência são marcadas por uma falsa dicotomia entre as explicações "sociais" e "biológicas". Autores que são a favor da abordagem biológica costumam discutir o cromossomo Y, evidenciando a estrutura corporal diferente, os efeitos hormonais e a suposta teoria de que seres não humanos masculinos são mais violentos do que os seres femininos. Por sua vez, os autores que são favoráveis a abordagem puramente social acreditam que essa violência surge a partir do tratamento

diferenciado que homens e mulheres recebem ao longo de suas vidas. Contudo, a maioria dos cientistas sociais acreditam que um meio termo entre essas duas teorias é a única posição sustentável (DALY; WILSON; 1990).

Segundo Wilson e Daly (1998), a propriedade sexual é o termo utilizado para descrever as manifestações de ciúmes de cunho sexual masculino, suas presunções de direito, os seus esforços para controlar as mulheres e as ameaças e/ou uso de violência para poder controlá-las. O ciúme, que não é o mesmo que inveja, refere-se ao estado mental que é ativado quando se percebe uma ameaça – que pode ser real ou imaginária – em que terceiros podem usurpar o lugar dessa pessoa em um relacionamento. Esse tipo de sentimento chamado de ciúme sexual é um estado mental dinâmico e que está sempre pronto a agir ao considerar alguém como rival (WILSON; DALY, 1998). O ciúme também é frequentemente citado como uma das principais causas de feminicídios (assassinato de mulheres pelo fato delas serem mulheres) em diversas culturas (DALY; WILSON; 1988).

Embora o ciúme de cunho sexual masculino seja o grande responsável para que a violência íntima ocorra, ele não é o único. Em muitos dos casos as mulheres são espancadas por seus companheiros devido há um ciúme que não tenha o cunho sexual, mas sim que seja mais geral como manter amizades antigas (inclusive amizades com outras mulheres) ou manter alguma vida social. Quando o ciúme em relação a parceira é extremo, o homem acaba por recusar que a mulher saia de casa sem uma escolta. No mundo ocidental, esses homens podem ser diagnosticados com ciúme mórbido, mas, em algumas culturas, esse comportamento pode ser considerado normal e louvável (DALY; WILSON; WEGHORST, 1982).

Os psicólogos evolucionários consideram o uso da violência nesse caso como uma resposta a ameaça à perda da exclusividade sexual. Segundo Johnson (2012), existe uma base biológica para o uso da violência por parte dos homens, mas ela só será usada dependendo do grau de confiança que esses homens possuem em suas parceiras, da excitação dos sentimentos que eles possuem, se o uso dessa violência trará a eles *status* social de respeito, ou se trarão prejuízos nesse quesito (JOHNSON, 2012).

Os psicólogos evolucionistas acreditam que o comportamento humano está em constante evolução e, devido a isso, são extremamente adaptáveis a uma grande variedade de ambientes físicos e culturais. Segundo Sork (1997), quando evoluídos, os processos psicológicos são responsáveis por explicar as fontes e as motivações de um conflito. Por sua vez, as influências sociais são responsáveis pela posição tomada pelo indivíduo quando esses conflitos – gerados por processos

psicológicos – são acionados (SORK, 1997). Logo, é possível dizer que os mecanismos psicológicos evoluídos e as influências sociais possuem uma grande interação, e que, a partir dela, é possível compreender por que alguns homens são violentos e outros não, de acordo com a situação social existente.

Segundo Daly e Wilson (1988), essa interação entre os mecanismos psicológicos evoluídos e as influências sociais não servem apenas para entender por que alguns homens são violentos de acordo com a situação social em que ele se encontra, como também para entender a razão da convocação de homens não violentos por parte daqueles que praticam a violência. De acordo com os referidos autores, essa razão encontra-se na busca incessante de *status* e respeito. Essa também seria a razão do porquê os conflitos violentos geralmente ocorram na frente de outros homens, e do porquê muitos deles acabam sendo fatais (DALY; WILSON, 1988).

Nasser Appel (2016) defende que a teoria evolucionária é um fator de grande importância para um entendimento mais complexo da violência contra a mulher. Isso ocorre, pois a teoria evolucionária e o feminismo possuem como objetivo de seus estudos o conflito, o sexo e o poder. Esse autor ressalta o trabalho de 2009 publicado por Margo Wilson e Martin Daly que aborda as sociedades tradicionais. Essas foram marcadas por inúmeras instituições onde os homens – sejam eles pais, irmãos ou maridos – guardavam as mulheres – principalmente de idade reprodutiva – de suas famílias das garras de outros homens, por meio de suas roupas, véus ou até mesmo um isolamento extremo. Contudo, as mulheres que não se encontravam nesse estágio, sejam elas mais novas ou mais velhas, podiam desfrutar de uma maior liberdade (NASSER APPEL, 2016).

Segundo Johnson (2012), os homens jovens possuem uma maior probabilidade de serem violentos, principalmente quando possuem uma perspectiva ruim sobre seu futuro. Isso ocorre, porque a adolescência e o início da vida adulta são marcados por uma competição voraz em busca de *status* e recursos e, quando a perspectiva sobre o futuro não é muito favorável, a violência acaba sendo uma forma adquirir ou manter o *status* e respeito (JOHNSON, 2012).

## 2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores William James e William McDougall tiveram uma grande influência nas obras que seriam produzidas posteriormente aos seus trabalhos e se difundiram em diversas áreas de pesquisa como a economia e a psicologia. Esses autores foram responsáveis por influenciar diretamente Veblen com as noções de hábitos e instintos que foram propostas em suas obras, o que levou esse

autor a impulsionar a criação da Economia Institucional Original. Além disso, James e McDougall foram os propulsores da Psicologia Evolucionária uma vez que suas obras são consideradas o marco de início dessa teoria. Contudo, essa área de estudo apenas foi formalmente criada na década de 60.

A Economia Institucional Original, assim como a Economia e Psicologia Evolucionária, são linhas de pensamento fundamentais para que se possa compreender a violência de gênero. Isso ocorre, porque essas teorias geram uma base teórica forte ao analisarem fatores fundamentais que ajudam a explicar o porquê da violência contra a mulher como: a cultura, os instintos, os hábitos de pensamento e os hábitos de comportamento.

Neste capítulo foram analisados alguns conceitos de instituição que englobam a Economia Institucional Original. Além disso, apresentou a importância da cultura para a evolução destas e introduziu a psicologia evolucionária, mostrando a sua importância para o debate da violência de gênero. O terceiro capítulo tem dentre os seus objetivos analisar como os autores ligados à Economia Institucional Vebleniana interpretam o papel das mulheres na sociedade e examinar o conceito de violência, em especial o conceito específico de violência contra a mulher. Por último, este capítulo apresentará alguns fatores que favorecem a perpetuação dessa violência e outros que ajudam a reduzi-la a partir dos estudos multidisciplinares realizados sobre essa temática.



### 3. INTERPRETAÇÕES DA ABORDAGEM INSTITUCIONALISTA VEBLENIANA SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

#### 3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A violência contra a mulher é um fenômeno histórico que infelizmente sempre esteve presente na sociedade (PINAFLI, 2008). Fruto das relações de desigualdade de gênero, de classe, de raça e de sexualidade, ela é considerada como um problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde (OMS) pois gera um obstáculo ao desenvolvimento econômico e impacta diretamente a economia<sup>4</sup>. Em muitos dos casos, as vítimas da violência de gênero deixam de estudar e, portanto, de se qualificar para o mercado de trabalho. Uma das principais razões para tanto é que a violência gera problemas de natureza psicológica promovendo uma baixa autoestima. Muitas mulheres que sofrem este tipo de abuso sentem-se inferiores e incapazes de realizar trabalhos que exigem um nível de qualificação mais elevado procurando assim trabalhos menos qualificados que normalmente oferecem uma remuneração menor (SILVA; CAMURÇA, 2010). Além disso, a violência pode afetar a produtividade do trabalho da mulher uma vez que as vítimas acabam faltando dias de trabalho em função da violência sofrida, chegando até a perder seus empregos.

Esse tipo de violência é um fenômeno que acontece no mundo inteiro e não faz discriminação de cor, raça, nível social, econômico ou cultural. Ela geralmente ocorre dentro da própria casa da vítima (violência doméstica), cometida por alguma pessoa próxima à mulher, como o marido, filho, pai, avô, tio e/ou pelo padrasto (ANTÔNIO; PATRIOTA, 2004). É importante ressaltar que a violência contra a mulher não pode ser vista apenas como atos de natureza física. Na verdade, engloba qualquer ruptura com a integridade da mulher em outras áreas. Ou seja, envolve também a natureza psicológica, patrimonial, moral e/ou sexual. Pode ocorrer tanto no espaço público como na esfera privada. Quando ocorre na esfera privada, muitas vezes permanece impune, pois suas vítimas geralmente possuem medo do agressor(es), continuando a morar ou conviver com o(s) mesmo(s). Isso acontece porque elas se sentem dependentes emocionalmente e/ou financeiramente dele(s), ou, no caso de o agressor ser o marido, pelo fato de ter filho(as) com o agressor. Devido a

---

<sup>4</sup> Segundo a OMS, os gastos anuais são bilionários em termos de assistência à saúde; dias de trabalho perdidos e aplicações das leis (os casos de violência precisam ser investigados e julgados, podendo levar os agressores ao sistema prisional, gerando um gasto a mais para a sociedade). A violência contra a mulher também pode levar a perdas de investimentos, uma vez o dinheiro que deveria ser utilizado para melhorar a região e a educação dessa população, deve ser gasto para conter os impactos desse comportamento.

esses fatores, as vítimas geralmente não denunciam, ou só vão denunciar a agressão após sofrerem durante anos (DOS SANTOS, 1999).

Lamogli e Minayo (2009) destacam que pesquisas que abordam a violência contra as mulheres são importantes devido às inúmeras consequências que as agressões sofridas trazem para a vida dessas vítimas e para a economia como um todo. Há grandes perdas em termos de custo de oportunidade uma vez que o sistema de saúde é muito utilizado pelas mulheres agredidas. Nos casos mais graves, elas precisam se afastar dos seus empregos (mesmo que de forma temporária), podendo até chegar à uma situação de comprometimento da continuidade de sua atividade profissional. No caso da violência conjugal, outra consequência importante é o enfraquecimento da mulher no seu papel social na família, o que traz efeitos reais sobre a situação psicossocial e de saúde dos filhos. Desta forma, pode repercutir em um futuro aumento da violência social quando as crianças que conviveram com esta situação atingem uma idade mais avançada.

Tendo isso em mente, este capítulo possui três objetivos fundamentais: analisar como autores ligados à Economia Institucional Vebleniana interpretam o papel das mulheres na sociedade; examinar o conceito de violência, e da violência contra a mulher especificamente; e apresentar alguns fatores que favorecem a perpetuação dessa violência e outros que ajudam a reduzi-la a partir dos estudos multidisciplinares realizados sobre essa temática. Para cumprir estes objetivos, o capítulo foi dividido em mais 5 seções além destas considerações iniciais. A seção 3.2 analisa alguns trabalhos de Veblen sobre o papel da mulher na sociedade. A seguinte caracteriza a violência e inicia a discussão sobre a violência de gênero pela ótica dos psicólogos evolucionários. A quarta seção analisa como essa violência interfere na vida dessas mulheres, apresentando alguns fatores podem ajudar a aumentar ou a reduzir essa violência. Por fim, breves considerações finais encerram o capítulo.

### 3.2 A ECONOMIA INSTITUCIONAL VEBLENIANA E A SUA VISÃO DO PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE

Como discutido no capítulo anterior, a Economia Institucional surgiu a partir dos desdobramentos teóricos e metodológicos decorrentes das várias obras publicadas por Veblen a partir do final do século XIX. Dentre suas diversas contribuições acadêmicas, duas podem ser ressaltadas: a primeira está no reconhecimento da necessidade de incluir fundamentos teóricos nas ciências sociais utilizando princípios das ciências biológicas, principalmente na teoria proposta por Charles Darwin sobre a evolução das espécies. A segunda contribuição é sua teoria da evolução das

instituições, principalmente no que diz respeito às instituições sociais do capitalismo, particularmente em como elas criam a necessidade humana de *status* social relacionada ao consumo conspícuo. Segundo Veblen (1898), a busca pelo *status* seria uma das principais tendências inatas dos seres humanos que estão sempre em busca da aprovação social. Essa aprovação pode ser adquirida de várias formas, tais como: ser um guerreiro feroz, um bom trabalhador, um membro generoso da sociedade (que pode ou não ser rica), ou até mesmo ser um político que almeja obter poder. Contudo, não é possível determinar qual comportamento será mais bem recompensado sem antes analisar a comunidade em que esses indivíduos vivem uma vez que cada sociedade apresenta uma característica predominante que varia de acordo com suas instituições sociais específicas (WINSMAN, 2019).

Segundo Veblen (1898), o instinto de emulação faz com que o *status* social seja uma característica importante e marcantes dos indivíduos. Com isso, eles são capazes de afetar e alterar de forma significativa o comportamento do consumidor. A aquisição e acúmulo de bens passaram a ser fatores de subsistência para a satisfação das necessidades físicas e espirituais (no sentido filosófico tal como empregado por Veblen) da sociedade industrial uma vez que a posse de riqueza confere honra aos indivíduos. Este tipo de comportamento está descrito também em seu livro de 1899. Neste, o autor fez um relato sobre a dinâmica do comportamento do consumidor na sociedade capitalista moderna. Segundo ele, a classe considerada superior possui uma influência coercitiva sobre todas as camadas sociais, o que lhe permite impor as normas de “boa reputação” segundo seus critérios. Logo, os membros dos estratos sociais mais baixos aceitam o “esquema de vida” proposto pela camada social imediatamente mais alta, principalmente da “classe ociosa”. Caso fracassem, podem perder o “bom nome” e o “respeito próprio” uma vez que estes são estabelecidos socialmente pelas classes “superiores”. Devido a esse padrão cultural instaurado, nem mesmo o indivíduo mais pobre abraça mão do consumo supérfluo em sua totalidade.

Tal interpretação propõe que ao longo do processo histórico de formação da sociedade, ocorre uma mudança nos hábitos estabelecida pela classe social superior. A emulação e busca por honorabilidade faz com que indivíduos busquem acumular bens (materiais e imateriais) pois isso é considerado sinônimo de poder, honra e prestígio. Assim, em função de sua natureza competitiva, os indivíduos possuem o desejo de querer sempre mais, gerar inveja e sobrepujar as demais pessoas. Nas palavras de Veblen ([1899]1983 p. 49-50).

[...] o padrão de vida que em geral governa os nossos esforços, não são os gastos ordinários comuns, já alcançados; é o consumo ideal pouco além do nosso alcance, ou cujo alcance requer um certo esforço. O motivo é a competição – o estímulo de uma comparação individual que nos instiga a sobrepujar aqueles que estamos habituados a considerar como pertencentes à nossa classe. A mesma proposição é

substancialmente expressa na observação comum (em voga) de que cada classe inveja e compete com a classe logo acima dela na escala social, enquanto que raramente se compara com a que fica debaixo ou muito acima.

Segundo Veblen, além de serem guiados pelo desejo de emulação pecuniária, o processo decisório dos indivíduos é baseado em hábitos já existentes e nas circunstâncias presentes. Hábitos são formados por meio da repetição de ações ou de pensamento, possuindo assim um caráter durável e autossustentável. Por isso, a mudança dos hábitos não ocorre de forma imediata de tal forma que quanto mais antigo o hábito, maior será a dificuldade de mudá-lo. O autor ([1899]1983 p. 51) explica este aspecto da natureza humana da seguinte forma:

Em geral, quanto mais antigo o hábito, tanto mais inquebrantável; e quanto mais um determinado hábito coincidir com os costumes, tanto maior a persistência com que se fixará. O hábito será mais firme se as tendências especiais da natureza humana que a sua prática abrange, ou as aptidões particulares que nele encontrem a sua expressão, forem tendências ou disposições já larga e profundamente envolvidas no processo vital, ou intimamente ligadas à história de vida de um determinado grupo racial.

Segundo Hodgson (2019), a abordagem vebleniana implica que o hábito determina uma propensão na forma de se comportar em determinado conjunto de situações. Embora Veblen acredite que a duração do hábito seja importante quando se analisa a necessidade de mudá-lo, outros fatores também devem ser analisados. Neste sentido, as tendências e as características herdadas dos indivíduos de hoje são influenciados por seus antepassados, bem como o meio em que vivem. Assim, a evolução do comportamento social ocorre pela absorção de diversas crenças e símbolos que podem ser discriminatórios, principalmente no que diz respeito às questões de gênero. Por este motivo, a teoria institucional proposta por Veblen é uma importante ferramenta para a compreensão da discriminação de gênero.

O padrão de comportamento e costumes adotados pelos homens nas suas relações sociais devem ser vistos como adaptações de hábitos passados que são reforçados pelo cotidiano e pela cultura ao longo da história da sociedade. Além disso, esses hábitos trazem consigo atitudes que, em muitas das vezes, podem parecer imperceptíveis, mas que promovem discriminação de gênero. Esta, por sua vez, emerge como comportamento social enraizado por meio de ações ou pensamentos não intencionais que perpetuam maneiras de agir não contestadas por outros indivíduos devido a diversos fatores sociais e culturais; tal fato pode retroalimentar a desigualdade política, econômica e social das mulheres (MOREIRA; FLECK; VIANA, 2020).

Esses hábitos<sup>5</sup> de comportamento e costumes adotados pelos homens nas suas relações sociais devem ser vistos como adaptações de hábitos passados que são reforçados pelo cotidiano. Além disso, esses hábitos trazem consigo atitudes que, em muitos momentos, podem parecer imperceptíveis, mas que promovem a discriminação de gênero. Esta, por sua vez, está enraizada no pensamento da sociedade e aparece por meio de ações ou pensamentos não intencionais que perpetuam maneiras de agir que não são contestadas por outros indivíduos devido a diversos fatores sociais e culturais e que podem retroalimentar a desigualdade política, econômica e social das mulheres (MOREIRA; FLECK; VIANA, 2020).

Como visto no capítulo anterior, o hábito pode ser considerado um padrão de comportamento que, por sua vez, deve ser entendido como um elemento cultural pois cada membro da sociedade aprende como deve se comportar em determinadas situações com os membros mais antigos. Pode-se dizer então que as preferências dos indivíduos são moldadas através de processos (também tendenciosos) de aprendizagem, sendo eles individuais e/ou sociais, assim como de características de comportamento herdadas de seus antepassados. Tendenciosos no sentido de que indivíduos tendem a adquirir alguns costumes ao invés de outros, principalmente quando há pessoas de sucesso ou prestígio em sua comunidade, e que, por isso, possam ter seu comportamento imitado como padrão de conduta (SCHUBERT; CORDES, 2013). Neste sentido, a cultura pode ser vista como os pensamentos comuns aos indivíduos de uma sociedade, orientando-os na tomada de decisões, aproximando-se assim do conceito de hábito elaborado por Veblen. Logo, a cultura é um conceito de extrema importância para a Escola Institucionalista pois representa uma fonte de tradição que ajuda a formar a identidade dos indivíduos e, por isso, acaba sendo um tema constantemente abordado por ele e por autores dessa Escola.

Veblen (1899) discute o papel das mulheres na sociedade fazendo uma associação entre a Economia<sup>6</sup> e a História para demonstrar o quanto elas subjugadas ao longo das gerações até o

---

<sup>5</sup> Drucilla K. Baker e Darla Schumm publicaram em 2009 um texto denominado Feminism onde elas analisam os paralelos entre a economia feminista e a ética feminista. Para tal, elas escreveram sobre os hábitos dos indivíduos, utilizando os conceitos de ética e a moral. Isso foi possível uma vez que a ética é utilizada para representar as ações e o comportamento dos indivíduos e pelo fato da moral ser entendida como o costume ou hábito de uma sociedade em um determinado período de tempo. Contudo, as autoras utilizaram uma ótica diferente da visão institucionalista original apresentada nesse trabalho e focaram a sua análise na ótica feminista.

<sup>6</sup> Melo e Morandi (2021), buscaram responder em seu trabalho como a renda per capita está desigualmente distribuída entre homens e mulheres e como essa desigualdade persiste ao longo do tempo. Segundo as autoras, embora a educação tenha possibilitado a ida ao mercado de trabalho e tenha melhorado a renda das mulheres, ela não foi o suficiente para gerar uma igualdade de rendimentos entre os gêneros. Um fator significativo para a ocorrência dessa desigualdade é a cultura. Como exposto no artigo, o hábito existente na sociedade de que a mulher é naturalmente talhada para os cuidados faz com que ela seja a principal responsável pelo trabalho de cuidados e afazeres domésticos de suas casas. Esse é um fator importante pois leva inúmeras mulheres a optarem por trabalhos

momento em que escrevia no final do século XIX. Segundo ele, essa subjugação poderia ser observada até mesmo na forma costumeira da mulher se vestir que, à época, incluía peças de vestuário como vestidos volumosos, espartilhos e sapatos desconfortáveis. Estes adereços surgiram com o objetivo de demonstrar que essas mulheres não tinham um emprego produtivo, uma vez que esse tipo de roupa dificultava a execução de trabalhos manuais. Além disso, essas vestimentas eram consideradas uma forma de demonstrar para a sociedade o sucesso e a riqueza de seus maridos uma vez que as mulheres eram consideradas uma propriedade deles. E quanto mais “arrumadas” elas estivessem neste padrão, melhor seria o *status* socioeconômico dele e da sua família. Assim, nas palavras do autor ([1899]1983, p. 79):

O vestuário feminino vai ainda mais longe que o masculino no sentido de demonstrar que quem o usa abstém-se de trabalhar em obra produtiva... O calçado feminino se acrescenta do assim chamado salto francês para provar o ócio obrigatório a que o obriga o seu polimento; porque o salto alto – é óbvio - torna extremamente difícil até mesmo o mais simples e o mais indispensável trabalho manual. O mesmo é verdade no tocante à saia e demais roupas que caracterizam o traje feminino... Mas o vestuário da mulher não apenas supera o do homem em grau naquilo em que atesta isenção de trabalho: também acrescenta um traço peculiar e grandemente característico que difere em qualidade de qualquer outro habitualmente posto em prática pelos homens. Esse traço pertence à classe dos dispositivos da qual o colete é o exemplo típico. E o colete, em teoria econômica, uma mutilação substancial, arrostada com o propósito de baixar a vitalidade da paciente e torná-la permanente e visivelmente incapacitada para o trabalho. Bem verdade que o colete prejudica a beleza pessoal de quem o usa, mas a perda sofrida nesse particular é realçada pelo ganho em reputação que provém da sua dispendiosidade e da fraqueza da usuária, visivelmente aumentadas.

Nessas sociedades, o papel da mulher se resumia então a ser um troféu para que os seus maridos as exibissem, afinal elas eram consideradas um símbolo de respeito para o lar. Na função de troféus, as esposas precisavam demonstrar a honra e a proeza de suas famílias por meio do consumo de bens improdutivos, pois esses eram considerados requisitos de dignidade humana (FERREIRA; MUNIZ; ALMADA, 2019). As mulheres acabaram se tornando então um tipo de propriedade dos seus maridos e essa concepção perdurou por muito tempo devido a instituição do patriarcado, marcado pela opressão do gênero feminino e que interferiu na vida social, assim como na forma de pensar e agir dos homens e mulheres. Uma das interferências feitas pelo patriarcado foi a instauração da visão da família que ainda pode ser vista em inúmeras sociedades. Nessa visão, o pai deve ser o responsável financeiro que trabalha para conseguir sustentar a sua família, e a mulher a ser responsável apenas pelo bem-estar dos seus filhos e do lar em que vivem, não tendo a necessidade de buscar uma renda própria (MOREIRA; FLECK; VIANA, 2020).

---

com horários flexíveis ou de meio expediente, fazendo com que os seus salários sejam menores e com que elas tenham um menor acesso a proteções trabalhistas.

Portanto, a partir dessa abordagem, a discriminação da mulher é um fato histórico que foi institucionalizado pela sociedade patriarcal uma vez que surgiu a partir dos hábitos e dos comportamentos dos indivíduos que veem a mulher como um ser inferior, frágil, dócil, compreensiva e delicada, responsável pelas atividades domésticas e dependentes de um familiar masculino para guiar as suas vidas (MOREIRA, 2019). Nessa concepção, é possível dizer que, as mulheres são vistas com um acessório do homem que servem para cuidar da casa e dos filhos e não devem aspirar nenhuma participação na vida pública pois este papel era exclusivo dos homens. Veblen expressa este aspecto da seguinte forma ([1899] 1983, p.160).

O bom e belo esquema de vida, portanto - vale dizer, o esquema ao qual estamos habituados -, atribui à mulher uma "esfera" ancilar à atividade do homem; e sente-se que qualquer desvio dos deveres tradicionais a ela atribuídos é pouco feminino... E pouco feminino de sua parte aspirar a uma vida autogerida e concentrada em si mesma; e o nosso senso comum nos diz que a sua participação direta nos assuntos da comunidade, sejam esses comerciais ou industriais, é uma ameaça àquela ordem social que os nossos hábitos mentais exprimem segundo foram eles formados sob a orientação tradicional da cultura pecuniária.

Essa concepção apresentada por Veblen mostra que os hábitos de pensamento e comportamento da população são guiados pela classe detentora do poder. Para ela, as mudanças dos hábitos são uma ameaça à ordem social vigente. A partir da discussão elaborada no capítulo anterior pode-se inferir que a interpretação institucionalista revela que a mudança de hábitos é um processo histórico lento. Contudo, desde a época em que Veblen escreveu no século XIX, pode-se notar que o movimento feminista tem feito avanços importantes na direção de uma mudança na estrutura patriarcal da sociedade, buscando constantemente a redução da desigualdade de gênero.

Ainda de acordo com Veblen (1898; [1899] 1983), em tempos de guerra em diversos períodos da História, observa-se a vigência de uma cultura onde as mulheres são vítimas do estupro pelos vencedores como forma de sua premiação. Elas eram capturadas e vistas como parte do patrimônio do grupo social em que viviam<sup>7</sup>. Segundo o autor, isso acontece porque o capturador instaura uma relação de dominação e coerção sobre essas mulheres. Elas são consideradas inferiores aos homens pois pertencem a uma classe considerada subserviente e baixa nas sociedades bárbaras. Ademais, tal comportamento visa garantir a estes homens vaidade e honra, fazendo com que as mulheres se tornem seus troféus e propriedades.

Ainda segundo Veblen, quando essa relação de dominação e coerção sobre as mulheres se torna um hábito, surge na sociedade um novo tipo de casamento que, com o passar do tempo, mudará a forma de pensar da sociedade. Ele afirma que na nova instituição de casamento, que deve ser vista

---

<sup>7</sup> Até os dias atuais, o número de vítimas de estupro em regiões de guerra é elevado pois essa cultura ainda permanece em voga.

como a instituição do casamento-propriedade, o homem é considerado o mestre e a mulher sua serva. O tempo fez com que tal instituição recebesse aprovação do gosto popular e da moral, assim como passou a ser vista como a forma correta de se ter uma relação matrimonial. O autor a considera como a origem da propriedade privada (assim como da sociedade patriarcal) e a sua aceitação fez com que essa forma de casamento fosse vista como única, bela e virtuosa (VEBLEN, 1899).

A sociedade patriarcal que foi formada a partir dessa instituição do casamento-propriedade é composta por um conjunto de crenças, atitudes, valores e pressupostos de uma visão dualista do mundo. Nela, os homens assumem o topo de uma cadeia de poder por serem considerados superiores às mulheres devido a racionalidade que possuem. Enquanto isso, a visão de inferioridade das mulheres se dá pelo fato delas serem associadas aos sentimentos e às emoções, fazendo com que se tornem subordinadas aos homens nesse tipo de sociedade (WARREN, 1998). Logo, as mulheres eram fortemente ligadas à uma visão de subordinadas aos homens, além de serem consideradas frágeis e propriedade masculina. Devido a esses fatores, não possuíam um papel social público definido. Por isso, dedicavam-se exclusivamente à esfera privada, que neste caso se limitava à suas residências. De acordo com Veblen, em *The Beginning of Ownership* (1898), o papel das mulheres na sociedade patriarcal poderia ser comparado ao papel dos escravos pois, embora trabalhassem na casa patriarcal, elas não tinham direitos sobre os produtos do seu trabalho.

Não obstante a instituição do casamento-propriedade seja vista por Veblen como um marco para o surgimento da sociedade patriarcal, ele também menciona o progresso das atividades industriais nesse processo de mudança. No livro *A Teoria da Classe Ociosa*, trata da transição da sociedade bárbara para a sociedade patriarcal. Essa transição ocorreu como resultado do progresso das atividades industriais pois, em função disso, a população da época adquiriu hábitos sedentários de vida. Portanto, a captura de mulheres de tribos consideradas hostis tornou-se rara devido à evolução cultural da sociedade, o que levou ao surgimento de uma nova forma de se adquirir uma esposa. Nas palavras do autor (VEBLEN, [1899]1983, p. 29):

Nesse momento da evolução cultural, a esposa principal é normalmente de sangue nobre e esse fato apressa a sua isenção de atividades vulgares. ... A mulher com tais antecedentes é preferencialmente escolhia como esposa, não só pela aliança resultante com parentes poderosos, mas também pelo sentimento de que é intrinsecamente superior o sangue ligado a muita riqueza e grande poder.

Logo, é possível dizer que a desigualdade de gênero surge a partir das construções socioculturais e históricas que encontraram nas diferenças sexuais uma possibilidade para discriminar as



mulheres. Assim, a construção social das instituições pode ser responsável por fortalecer ambientes discriminatórios uma vez que esse tipo de comportamento é aceito e repedido por parte da sociedade. Ou seja, esses traços sociais e culturais já se encontram enraizados no comportamento dos indivíduos ao longo de inúmeras gerações. São tão profundos que, mesmo havendo políticas públicas com o objetivo de reformar o *status* social da mulher, os indivíduos perpetuam um comportamento equivocado sobre a importância da participação da mulher em todas as esferas das relações econômicas e sociais (MOREIRA, 2019).

Por fim, é possível perceber que a mudança da sociedade bárbara para a sociedade patriarcal levou à uma mudança significativa dos hábitos dos indivíduos. A busca por *status* nessa nova sociedade tornou-se primordial e as esposas de “sangue nobre” passaram a ser mais requisitadas devido ao sentimento de grande poder que elas geravam aos seus maridos. Isso porque estavam há muito tempo em contato com a riqueza, possuíam privilégios permanentes e, portanto, eram capazes de fornecer aos seus maridos uma aliança importante com pessoas consideradas poderosas.

### 3.3 OS PSICÓLOGOS EVOLUCIONÁRIOS E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Segundo Veblen, a maioria dos autores que escrevem sobre as culturas antigas acreditam que o homem “possuía uma disposição agressiva e era propenso a isolar seus próprios interesses dos interesses de outros homens e participava frequentemente de brigas e disputas” (VEBLEN, [1898a]2017, p. 192). Da mesma forma, Goetz (1999) assevera que seres humanos são uma espécie violenta devido a seu passado e presente violentos, e à sua tendência de se manterem violentos no futuro. Contudo, ressalta que essa caracterização é imprecisa pois os indivíduos não são atraídos pela violência e nem a empregam indiscriminadamente, mas a usam como estratégia que pode ser aplicada em situações previsíveis dependendo do contexto. A Organização Mundial da Saúde define violência como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002, p.5).

A partir dessa definição, a OMS considera como violência tanto a agressão física, quanto psicológica sofrida por uma pessoa específica ou por uma comunidade. Isso envolve uma ampla gama de consequências que a violência traz, incluindo danos psicológicos e deficiência de desenvolvimento pessoal. Portanto, a violência não resulta necessariamente em lesões ou mortes, mas podem gerar consequências que perduram por anos.

A OMS também considera a violência contra a mulher como um problema de saúde pública que gera relevantes custos social e econômicos. Como visto anteriormente, isso ocorre porque as vítimas perdem parte da sua produtividade no trabalho. Como consequência, têm os seus salários reduzidos o que influencia diretamente na sua saúde e na educação de seus filhos. Silva *et al* (2015, p.1) compartilha dessa visão da OMS ao considerar que a violência gera problemas de saúde

A violência contra a mulher caracteriza-se por danos à saúde física e mental da vítima, e não está ligada apenas ao uso da força física, mas também à ideia de submissão, culturalmente impregnada nas relações de gêneros, na qual o homem comporta-se como ser dominante e a mulher um ser inferior. Como consequência da violência, as mulheres ficam prejudicadas em sua vida social, reprimidas e psicologicamente abaladas.

Além de destacar que a violência sofrida pelas mulheres gera problemas de saúde, sejam eles físicos ou psicológicos, os autores também ressaltam que a sociedade patriarcal possui uma grande influência na prática da violência. Isso ocorre porque essa sociedade é marcada pela cultura da submissão da mulher onde ela é vista como um ser inferior e que deve respeito e obediência aos homens. Logo, o machismo é o principal motivo das agressões pois muitos dos homens possuem um sentimento e a prática de posse, desejando manter as mulheres em submissão, tuteladas ou como propriedade exclusiva. Devido a isso, elas têm suas vidas prejudicadas e sua integridade psicológica abalada pela violência seja ela de qualquer tipo (LAMOGLIA; MINAYO, 2009).

A violência nos dias atuais é considerada pela sociedade como um dos mais graves problemas sociais pois abrange todas as comunidades existentes no mundo, assim como todas as classes sociais, o que a torna um fenômeno universal. Contudo, há uma disparidade na inclinação do comportamento dos homens e das mulheres em relação à violência. Tal tendência pode ser demonstrada no elevado número de crimes praticados por homens, no fato deles comporem a maior parcela no número de soldados em uma guerra, e de apreciarem a prática de esportes que são considerados violentos (PEREZ; MORAES, 2014).

Veblen ressalta a importância da cultura no comportamento humano pois ela influencia diretamente nas decisões tomadas pelos indivíduos, sua racionalidade, além de estar na base da formação das instituições. Como visto no capítulo anterior, esse autor define as instituições como hábitos de pensamento enraizados que se estabelecem como padrões de comportamento para a generalidade dos indivíduos de uma comunidade. Logo, instituições são compostas por um conjunto de normas, valores e regras que de situações presentes que moldam o futuro através de um processo seletivo na conduta dos indivíduos. Contudo, a ciência ainda não foi capaz de explicar o porquê homens e mulheres recebem influências tão distintas e nem de onde surgiu as estruturas sociais existentes (PEREZ; MORAES, 2014).

Embora a violência tenha diminuído ao longo dos últimos séculos, ela ainda é um traço marcante da sociedade contemporânea. A tradicional psicologia social tenta explicar os motivos que levam os indivíduos a praticarem este comportamento estudando como as relações sociais podem gerar atração, hostilidade e agressão em situações grupais. Além disso, o foco principal destes psicólogos é entender porque os índices de agressividade estão aumentando uma vez que o comportamento agressivo gera problemas de saúde pública a nível nacional e internacional (GONÇALVES, 2010).

A Psicologia Evolucionária é uma área relativamente nova na psicologia pois surgiu apenas na década de 1960, apoiando-se na teoria darwiniana. Portanto, os psicólogos evolucionários acreditam que há variação nas crenças e valores culturais em diferentes grupamentos humanos, sendo que algumas variantes culturais são mais propensas de serem aprendidas e lembradas. Logo, é possível dizer que a cultura é transmitida através de um processo de aprendizagem social e imitação por meio de uma seleção natural dos valores (MESOUDI, 2009).

Dois autores fundamentais no debate acerca da violência contra a mulher na psicologia evolucionária são Margo Wilson e Martin Daly. Em seu artigo de 1985, eles utilizaram explicações evolucionárias para explicar o comportamento agressivo dos indivíduos nas sociedades contemporâneas. Concluíram que os homens são mais propensos que as mulheres a terem um comportamento violento e até mesmo a cometer homicídio pois estatisticamente eles são os principais agentes em uma briga ou assassinato. Ainda em seus estudos, Wilson e Daly concluíram que homens jovens estão mais frequentemente envolvidos nesses conflitos do que os mais velhos. Eles chamaram essa tendência de *The Young Male Syndrome*.

Segundo os autores, esta síndrome ocorre, pois, é no início da idade adulta que se iniciam processos mais salientes em busca de se adquirir *status*, recursos e reputação nesta fase da vida. Assim, a violência contra a mulher ocorre quando homens possuem uma perspectiva pessimista sobre seu futuro, fazendo com que utilizem a violência como um instrumento para adquirir ou manter o *status* de superioridade sobre as mulheres e também para conseguir o respeito delas (DALY; WILSON, 1988).

Similarmente, Veblen ([1899]1983) afirma que existe um retorno à cultura predatória da sociedade bárbara no momento de transição da infância para a adolescência - e da adolescência para a maturidade - pois, nesses períodos, o “temperamento juvenil” (principalmente o masculino) é marcado por uma autoafirmação agressiva. Portanto, o “temperamento juvenil masculino” deve ser considerado uma fase predatória que pode desaparecer com o término da adolescência. Quando

isso não ocorre, os homens se tornam imaturos devido ao seu temperamento considerado arcaico, além de serem mais propensos a participarem de lutas quando comparados com os outros indivíduos adultos da sociedade industrial (CHELUCHINHAK; CAVICHIOLLI, 2010).

Por sua vez, Goetz (1999) observou outros fatores sobre a busca por *status* e a autoafirmação agressiva. Segundo ele, quando os homens estão competindo por *status* (por exemplo, uma promoção no trabalho), ou quando estão interessados em conquistar uma pessoa considerada altamente desejável do sexo oposto, são mais propensos a responder de forma agressiva a um evento quando este envolve outros homens, ou quando ele é observado por eles. Contudo, quando estão sendo observados por mulheres, diminuem a agressão. Por sua vez, quando as mulheres buscam *status* e acasalamento, não praticam o mesmo tipo de agressão direta praticada pelos homens, mas sim a agressão indireta que consiste em falar, geralmente mal, do agressor.

Wilson e Daly (1985) também utilizam explicações evolucionistas para esclarecer a diferença no que diz respeito ao “comportamento agressivo” entre homens e mulheres. Segundo eles, homens estão mais predispostos do que mulheres a terem um comportamento violento, a serem agressivos e a cometerem homicídios. Segundo eles, homens jovens se envolvem com mais frequência nesses tipos de situação consideradas situações de risco.

The great majority of killers are males in countries throughout the world .... Although local institutions and customs vary, the preponderance of men in these crimes is related to socially and culturally defined roles such as aggressor, provider and leader; to the greater social pressures exerted by these positions; and to the greater frequency of external contacts. (CURTIS, 1974 *apud* DALY; WILSON, 1990, p. 86)

Como visto, de uma forma geral, os homens são os principais envolvidos quando ocorre um homicídio. Além disso, Wilson e Daly (1997) também observaram que o assassino também costuma ser o primeiro agressor e o responsável pela violência se tornar letal. Contudo, nos casos em que as mulheres são assassinas, a maioria são marcados pela autodefesa em relação aos seus maridos/companheiros agressivos. Por isso, elas são menos propensas a serem condenadas por assassinato. Além desses casos, outro fator que leva as esposas a cometerem homicídio são os casos onde há infidelidade por parte dos maridos. Quando isso ocorre, algumas mulheres tendem a ponderar os custos e os benefícios de se matar o marido infiel, e o assassinato deste acaba sendo algo planejado (DALY; WILSON; WEGHORST, 1982).

Analisando as taxas de homicídio na cidade de Chicago, Wilson e Daly (1997) concluíram que além dos homens serem os principais agentes no caso de homicídios, a desigualdade de renda também foi um fator relevante. Esse fator pode ser observado uma vez que os bairros com maiores

desigualdades possuíam uma taxa de homicídio significativamente maior do que aqueles com menos desigualdade. Logo, concluíram que o melhor preditor das taxas de homicídios seria a intensidade da ocorrência que é medida pela desigualdade de renda.

Outro fator observado por Wilson e Daly (1997) é que a taxa de homicídio sofre variações de acordo com a região que se encontra, inclusive as taxas de esposas que são assassinadas por seus maridos. Contudo, quando há um homicídio, o fato dos homens serem violentos com suas esposas e de serem os principais assassinos se mantém em diversas culturas variando apenas ao longo do tempo e do lugar. Isso ocorre porque em algumas sociedades usar a violência contra as esposas é considerado algo normativo e supostamente universal, enquanto em outras a violência é vista como algo raro e aberrante (WILSON; DALY, 1998).

### 3.4 FATORES QUE FAVORECEM A PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência de gênero é estruturada de forma política, social, cultural e econômica levando em consideração a concepção dualista de que todos os seres humanos estão divididos entre homens e mulheres. Além de dividir os indivíduos em duas classes sociais, essa percepção também atribui o papel que cada sexo deve desempenhar na sociedade, o *status* e poderes que cada um possui na vida pública e privada, na família, na política e no trabalho. A cargo das mulheres estão as funções ligadas a chamada “reprodução da força de trabalho” onde a mulher deve cuidar de tudo o que se refere à criação de seus filhos. Na maioria das vezes, as mulheres são designadas a trabalhar na esfera pública com funções similares à esfera privada uma vez que as profissões de domésticas, professoras, enfermeiras e assistentes sociais remetem ao cuidado com indivíduos. Por sua vez, homens são designados a funções relacionadas à produção, direção e comando, trabalhando como, por exemplo, engenheiros, executivos, políticos, operários, dentre outros (FALEIROS, 2007).

Na Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, a Organização dos Estados Americanos - Convenção de Belém do Pará (1996) - apresentou um conjunto de situações sofridas pelas mulheres que caracterizam a violência de gênero.

A violência contra a mulher aparece em situações diversas como a violência física, sexual e psicológica cometida por parceiros íntimos, o estupro, o abuso sexual de meninas, o assédio sexual no local de trabalho, a violência contra a homossexualidade, o tráfico de mulheres, o turismo sexual, a violência étnica e racial, a violência cometida pelo Estado, por ação ou omissão, a mutilação genital feminina, a violência e os assassinatos ligados ao dote, o estupro em massa nas guerras e conflitos armados (OEA, 1996).

Essa violência de gênero é conhecida por ter um caráter endêmico, pois desconhece os limites e as fronteiras, envolvendo todas as classes sociais, culturas e os diversos graus de desenvolvimento econômico. Além disso, esse tipo de violência ocorre tanto na esfera pública quanto na privada. É praticada por pessoas desconhecidas ou familiares da vítima, sendo esse último grupo responsável pela grande maioria dos agressores. Pode ocorrer em qualquer etapa da vida da mulher, inclusive quando elas são crianças ou idosas. Outro fator importante sobre a violência contra a mulher é o fato dessas relações de violência geralmente ocorrerem em forma de escalada. Isso quer dizer que a violência começa de forma mais leve, sendo composta apenas pelas agressões verbais para posteriormente tornarem-se agressões físicas e, somente depois disso, passam para a ameaça de morte e homicídio em si (ROCHA, 2007).

Clave (2007), observou que a violência contra as mulheres possui aspectos culturais, políticos, policiais e jurídicos. Assim como também é um caso de saúde pública, pois suas vítimas precisam recorrer ao sistema de saúde devido aos traumas de diversos tipos que sofrem. Às vezes, sem mesmo conseguir expressar seus sentimentos, tornando-as conhecidas como poliqueixosas<sup>8</sup>. Logo, a violência sofrida pela mulher pode se refletir em traumas e doenças durante sua vida, podendo gerar um elevado custo para a economia como um todo. Dentre as doenças que surgiram proveniente da violência, é possível citar: depressão, asma, ansiedade, cefaleia, estresse pós-traumático, distúrbios gastrointestinais, problemas ginecológicos, gravidez indesejada, aborto espontâneo, resultados adversos nos bebês, transmissão de infecções (DSTs), aids, e suicídios. Há também lesões, traumatismos, disfunções sexuais, distúrbios alimentares, abuso de álcool e drogas (SCHRAIBER, 1999). A necessidade mais frequente de assistência na área da saúde gera um custo significativamente mais elevado se comparado à pessoas que nunca sofreram nenhum abuso. Portanto, além da violência contra a mulher ser uma grave violação dos direitos humanos, também é um problema de saúde pública com custos econômicos e sociais, além de levar a diferentes formas de morbidade e mortalidade para as mulheres que a sofrem (ALESINA; BRIOSCHI; LA FERRARA, 2020).

Ao realizarem uma pesquisa para a OMS, Garcia-Moreno *et al.* (2013)<sup>9</sup> relatam que 30% de todas as mulheres que já estiveram em um relacionamento na vida afirmaram ter experimentado algum

---

<sup>8</sup> Mulheres que se queixam de diversos sintomas diferentes.

<sup>9</sup> Garcia-Moreno *et al.* (2013) fizeram uma pesquisa para a OMS onde compilaram dados referentes a prevalência da violência por parceiro íntimo ao redor do mundo. Para essa pesquisa, foram utilizados 26 bancos de dados de ciências médicas e sociais em todos os idiomas, incluindo as informações do primeiro registro até as informações obtidas no dia 9 de janeiro de 2011.

tipo de violência, seja ele do tipo físico e/ou sexual, e até 38% dos feminicídios são cometidos por seu parceiro íntimo. Eles também estimam que mais de um terço da população mundial de mulheres (aproximadamente 35% delas) foi vítima de violência física e/ou sexual pelo menos uma vez ao longo da sua vida, sendo que essas mulheres relatam taxas mais altas de vários problemas de saúde considerados importantes. Elas possuem mais do que duas vezes mais chances de ter um aborto espontâneo, ou de sofrerem depressão ou ansiedade, e 16% delas são propensas a ter um bebê com baixo peso ao nascer. Além disso, possuem 1,5 vezes mais probabilidade de adquirir HIV em relação as mulheres que não sofreram nenhum abuso e são 2,3 vezes mais propensas a consumir bebidas alcoólicas (GARCÍA-MORENO *et al.*, 2013).

A abordagem sobre violência contra as mulheres é tema recorrente na literatura internacional e nacional. O estudo realizado por Schraiber *et al.* (2009) mostrou que a violência é uma questão importante que deve promover a implementação de políticas públicas. Pelas entrevistas feitas com diversos homens, alguns dizem acreditar que a violência corrige o desvio de uma ordem (a que eles consideram como correta) e creem que ela contribui para uma boa educação dos comportamentos. Ou seja, acreditam que o uso da violência faz com que as mulheres aprendam e comecem a agir da forma com que eles consideram ser a certa.

Como mencionado acima, em geral, a violência contra a mulher ocorre principalmente dentro da própria casa da vítima. O nível social, econômico e cultural não interfere na caracterização da vítima, assim como a sua religião ou etnia (ANTÔNIO; PATRIOTA, 2004). Embora o nível socioeconômico não seja um determinante para que a violência ocorra ou não, mulheres pobres são mais afetadas do que as que possuem uma condição financeira melhor. Quando os problemas financeiros se agravam, a relação pode piorar principalmente se a mulher ingressa no mercado de trabalho nessa época pois acaba sendo criado um sentimento de competição e ciúmes.

Dos Santos (1999) realizou uma pesquisa na Delegacia da Mulher de Florianópolis para verificar as possíveis relações entre problemas financeiros e a ocorrência ou agravo da violência doméstica. Neste caso, a autora observou que a violência servia como um mecanismo de opressão e subjugação do marido em relação à esposa pois eles não aceitam a entrada da mulher no mercado de trabalho. Ao praticarem a violência doméstica contra suas mulheres, os homens possuem o objetivo de impor determinadas normas e formas de agir, tentando assim, dificultar a capacidade de expressão de suas esposas.

Um fator de destaque é o fato de que esta violência não ser sinônimo de violência doméstica. Contudo, em muitas das vezes, as duas andam juntas. A Lei Maria da Penha define violência

doméstica contra a mulher como toda ação ou omissão que seja baseada no gênero, que cause sofrimento (físico, sexual e/ou psicológico), dano moral, patrimonial e morte, sendo que ocorre na residência da família ou em qualquer relação íntima de afeto. Nesses casos, o agressor convive ou chegou a conviver com a agredida em algum momento da vida dela (Brasil. Lei Maria Da Penha. Lei N.º11.340, de 7 de agosto de 2006). Já nos casos de violência contra a mulher, os agressores não precisam ser necessariamente conhecidos das vítimas e a agressão não precisa ocorrer dentro das residências delas. Há muitos casos registrados de violência contra a mulher que ocorreram fora da casa da vítima e foram cometidas por desconhecidos. Contudo, a maioria dos casos denunciados enquadram-se também como violência doméstica, formando assim o perfil das vítimas citado acima.

Ao se estudar especificamente a violência doméstica, pode-se observar uma relação da disparidade de renda e a violência doméstica. O autor pioneiro nesse estudo foi Gelles (1976). Ele relata que há uma relação inversamente proporcional entre a condição financeira da mulher e a probabilidade de ela ser abusada. Ou seja, quanto menos recursos ela possuir, maior será a chance de ser abusada pelo seu companheiro e, com o aumento das oportunidades econômicas, as chances da mulher ser abusada reduz. Isso acontece porque a maior estabilidade financeira melhora o bem-estar emocional da família como um todo (BULLER *et al.*, 2018).

Bertrand *et al.* (2015), realizaram uma pesquisa nos Estados Unidos para o período de 1990 até 2004. Eles concluíram que os casais onde as esposas ganham mais do que os seus maridos são mais propensos ao divórcio do que casais onde os maridos ganham mais e as mulheres dedicam mais tempo com os cuidados da casa do que trabalhando fora dela. Em um estudo realizado nos Estados Unidos para o período entre 1990 a 2003 e baseado nas internações femininas vítimas de agressão, Aizer (2010) concluiu que a diminuição da diferença salarial leva à redução da taxa de violência contra as mulheres. Segundo ela, isso ocorre porque o aumento do salário da mulher faz com que o seu “poder de barganha” aumente e com isso elas passam a sofrer menos com a violência.

Heise e Kotsadam (2015) estudaram a violência doméstica e a participação das mulheres no mercado de trabalho. Para tal, eles compilaram dados de 66 pesquisas diferentes e realizadas em 44 países ao redor do mundo entre o período de 1º de janeiro de 2000 e 17 de abril de 2013. Estas pesquisas tinham em comum a informação referente a prevalência da violência praticada pelo parceiro íntimo nos últimos 12 meses. Esses autores observaram que, nos países com alta proporção de mulheres na força de trabalho, as taxas de violência são menores. Contudo, se as mulheres estão trabalhando em uma sociedade em que não se encontra tantas mulheres no mercado



de trabalho, a probabilidade dessa mulher sofrer algum tipo de violência aumenta. A independência financeira da mulher, ou a busca dela, pode gerar uma “ameaça” ao seu parceiro, e este acaba utilizando a violência como forma de manter o controle sobre a sua identidade como provedor doméstico e tomador de decisões.

Ao realizarem uma pesquisa para analisar o impacto de longo prazo do programa de transferência de renda *Oportunidades* do México<sup>10</sup>, Bobonis; Castro e Morales (2015, p.16) concordam com este argumento acima afirmando que: [...] an increase in women’s socioeconomic opportunities can generate a greater incentive for a male partner to use emotional violence or threats of physical violence to extract rents or (re)gain control over his female partner’s resources or decision-making.”

Portanto, a busca pela independência financeira da mulher é um fator de risco para o aumento da violência pois elas deixam de ser economicamente dependentes de seus maridos. Ranganathan *et al.* (2019) realizaram uma pesquisa na África com Sul com o objetivo de explorar a relação entre o empoderamento das mulheres e o risco de elas sofrerem violência doméstica em 2016. Segundo eles, o aumento desse risco ocorre quando os homens percebem que não possuem mais o controle sobre tudo. Alguns deles então se sentem fracassados por não conseguirem cumprir o papel de provedor que lhe é designado e acabam exibindo um comportamento mais agressivo com as suas parceiras. Nas palavras de Buller *et al.* (2018, p.3-4):

Theories in other disciplines such as the marital dependency and feminist theories likewise offer mixed predictions of the effect of cash on a woman’s risk of violence. Women who are economically dependent on their partner and are surrounded by institutions that promote gender inequality and male authority over female behaviour, may be more susceptible to violence.

Ranganathan *et al.* (2019) constataram que os homens podem até aceitar as mulheres no mercado de trabalho, tomando inclusive decisões acerca das tarefas domésticas da casa. Contudo, eles não aceitam bem que elas opinem em questões sexuais e reprodutivas pois essas questões de enquadram na categoria “ele decide” e, quando isso não ocorre, eles usam da violência para garantir o seu domínio. É possível perceber que esses relacionamentos estão regidos pelas normas de gênero onde os homens são considerados dominantes em relação as mulheres na relação e acabam por tomar todas as questões do quesito sexual. Além disso, esses relacionamentos são marcados pela maior probabilidade de ocorrer a violência doméstica.

---

<sup>10</sup> Essa pesquisa foi realizada como objetivo analisar o impacto de longo prazo do programa *Oportunidades* do México. Para isso, foi utilizado os dados da *Encuesta Nacional sobre la Dinámica de las Relaciones en los Hogares* (ENDIREH) para os anos 2003, 2006 e 2011.

Como é possível observar, o dinheiro recebido por uma mulher, seja por meio de um trabalho ou por meio de um programa de transferência de renda para a mulher (exemplo: o bolsa família no Brasil), é um fator ambíguo no que diz respeito a violência de gênero, podendo ele ser um fator para o aumento ou para a diminuição da violência. No artigo apresentado por Buller *et al.* (2018), os autores falam dessa ambiguidade e a testam. Para eles, os fatores responsáveis por diminuir a violência seriam:

1. O aumento do empoderamento da mulher, que também pode ser visto como o aumento do poder de barganha dela, pois gera uma mudança na dinâmica familiar;
2. A diminuição da pobreza familiar e, conseqüentemente, do estresse gerado pela pobreza levando a um bem-estar emocional, que reduzira as tensões familiares;
3. O aumento da interação da mulher com o setor de saúde, melhorando a saúde dela tanto física quanto mental, tornando-a mais resistente aos abusos; e
4. O incentivo a uma maior interação dessas mulheres com outras mulheres de sua sociedade, aumentando assim seus laços sociais e o custo social do homem em praticar a violência.

Contudo, esse artigo também apresenta alguns fatores onde o aumento da independência financeira da mulher possa levar ao aumento da violência de gênero.

1. O parceiro pode buscar extrair de sua esposa os novos recursos financeiros que ela adquiriu;
2. O parceiro pode se sentir ameaçado pelo fato da mulher estar usurpando a sua identidade como provedor do lar e, com isso, utilizara a violência como um mecanismo compensatório para reafirmar a sua autoridade e a sua masculinidade;
3. Aumento nas tensões familiares no que diz respeito a tomada das decisões domiciliares.

Por fim, pode-se concluir que a violência doméstica é uma base formadora de outros tipos de violência uma vez que crianças e adolescentes que crescem nestes lares podem reproduzir este comportamento na vida adulta. A vivência desse tipo de brutalidade no período em que o caráter dessas crianças e adolescentes está sendo formado faz com que eles se tornem indivíduos com condutas violentas e com graves desvios psíquicos. Logo, pode-se afirmar que, enquanto existir violência de gênero, as mulheres continuarão a ser vistas como seres naturalmente inferiores que devem ser submissas aos homens.

### 3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto ao longo do capítulo, Veblen acredita que o *status* social seria um fator extremamente importante para os indivíduos. Com isso, ele é capaz de afetar e alterar de forma significativa o comportamento, assim como os hábitos. Essa busca por *status* ocorre devido à natureza de competição humana pois estes possuem o desejo de querer sempre mais, gerar inveja e sobrepujar as demais pessoas.

Veblen também propõe que, além de serem guiados pelo desejo de sobrepujar os outros indivíduos, seres humanos possuem um comportamento que pode ser considerado habitual e intencional pois tomam as suas decisões com base nos hábitos já existentes na sociedade. Um hábito, pode ser visto então, como um padrão de comportamento e deve ser entendido como algo cultural uma vez que cada membro da sociedade aprende como deve se comportar em determinadas situações com os membros mais velhos. Esses fatores são importantes pois ajudam a explicar a violência contra a mulher uma vez que está se tornou um hábito da sociedade e ocorre como forma dos homens sobrepujar as mulheres, aumentando ou adquirindo poder sobre elas.

Dentre os fatores que podem levar a diminuição ou a perpetuação da violência contra a mulher, principalmente nas famílias que já sofriam com essa violência, é possível citar a busca das mulheres pela independência financeira como um fator relevante. Como visto, essa busca pode levar a diminuição da violência por: aumentar o empoderamento das mulheres, mudando assim a dinâmica familiar; diminuir a pobreza familiar, conseqüentemente aumentando o bem-estar emocional da família; aumentar a interação das mulheres com o sistema de saúde, tornando-as mais resistentes a sofrer com algum abuso; e por incentivar o aumento de laços sociais dessas mulheres, aumentando o custo social dos homens em praticarem a violência. Contudo, a independência financeira da mulher também pode gerar um aumento na violência quando: o homem busca extrair de sua esposa os seus novos recursos financeiros; cria-se um sentimento de ameaça nos homens de que suas esposas estariam “roubando” a sua posição de provedor do lar; e quando aumentam as tensões familiares no que diz respeito as tomadas de decisões da residência.

Portanto, a busca da independência financeira da mulher é um fator ambíguo para a diminuição da violência de gênero pois ela também pode levar a um aumento dela. Quando se fala de independência financeira, majoritariamente se fala da entrada da mulher no mercado de trabalho e este é um fator relevante para a violência de gênero. Contudo, existem inúmeros programas de transferências de renda no mundo voltados para as mulheres e estes as ajudam a adquirir essa independência. Por isso, o próximo capítulo tem como objetivo fazer um *survey* sobre empoderamento financeiro das mulheres por meio de programas de transferência de renda, para analisar como a melhora da condição financeira da mulher interfere na violência sofrida por elas.

## **4. OS IMPACTOS DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER A PARTIR DA DÉCADA DE 1990**

### **4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A violência contra a mulher é um tema recorrente tanto na literatura nacional quanto na internacional em diversas áreas da ciência como economia, sociologia, psicologia, dentre outras. Isso ocorre devido ao fato desse tipo de violência ter raízes de natureza política, social, cultural e econômica. Ademais, envolve todas as classes sociais e está presente em países com diversos níveis de desenvolvimento econômico. Teles (2017) e Moreira (2019) ressaltam que outro fator importante para se compreender sua perpetuação deve-se ao fato dela ser tolerada por parte da sociedade (ou seja, assegurada em vários casos pela impunidade perante as leis), além de a violência ser considerada como um fenômeno próprio da natureza humana.

Embora a violência de gênero esteja presente nos diferentes graus de desenvolvimento econômico, fazendo com que o nível social da família não seja um fator determinante para que a violência ocorra ou deixe de ocorrer, alguns grupos são mais propensos a ela. Dentre os fatores que influenciam o aumento da violência doméstica, é possível citar: o desemprego de algum membro da família, mas principalmente do homem; o baixo nível de renda e o estresse financeiro. Portanto, como visto no capítulo 3, mulheres pobres são mais afetadas do que as que possuem uma condição financeira melhor, pois existe uma relação inversamente proporcional entre a condição financeira e a probabilidade dela ser abusada. Ou seja, de uma forma geral, quanto menos recursos uma mulher possui, maior será a chance de sofrer abuso por seu companheiro. Por outro lado, com melhores oportunidades econômicas, as chances da mulher ser abusada diminuem.

A partir da década de 1990, programas de transferência de renda com o objetivo de aumentar a renda das famílias que viviam em situação de pobreza ou, de extrema pobreza, foram implementados principalmente em países em desenvolvimento da América Latina, África Subsaariana e Ásia. Tinham como propósito fundamental melhorar a situação econômica e social dessas famílias. Para isso, por meio de condicionalidades legalmente formuladas, eles têm promovido uma proteção social através de pagamentos em dinheiro visando diminuir a insegurança alimentar, aumentar o nível educacional e melhorar a saúde das crianças. Dentre as condicionalidades estabelecidas, pode-se mencionar algumas mais gerais tais como: a exigência de que as crianças estejam matriculadas na escola com uma frequência mínima predeterminada, e que façam consultas médicas de forma periódica.

De uma forma geral, o pagamento destes benefícios é feito preferencialmente às mulheres, gerando uma mudança do *status* intrafamiliar desses indivíduos. Tal fato pode ser benéfico, mas pode também gerar efeitos negativos para essas mulheres. Os efeitos benéficos incluem: aumento de seu poder de barganha dentro da família e aumento do poder de decisão no que diz respeito a alocação do benefício do programa. Conseqüentemente, isso gera um empoderamento<sup>11</sup> dessas mulheres e reduz a violência de gênero. Contudo, como foi apresentado no capítulo anterior, alguns autores acreditam que esse direcionamento pode levar a um aumento do risco dessas mulheres sofrerem com a violência doméstica uma vez que seus maridos podem se sentir ameaçados pelos novos recursos econômicos de suas esposas e utilizarem a violência como forma de obter essa renda e/ou controlá-las.

É importante ressaltar que a visão institucionalista original, tal como visto nos capítulos anteriores, estabelece que o comportamento dos indivíduos é influenciado pela sociedade onde eles vivem. Conseqüentemente, é possível dizer que a violência contra a mulher é um padrão de comportamento antigo que foi herdado e perpetuado durante séculos através de uma relação de dominação e coerção, tornando-se um hábito enraizado nas sociedades. Esse hábito deve ser visto como algo cultural uma vez que cada indivíduo aprende como deve se comportar em determinadas situações com os membros mais velhos da sociedade em que vive. Ao longo da dissertação, a cultura foi compreendida como um conjunto de valores, crenças, símbolos e padrões de comportamento (hábitos) que estão em constante evolução e que são transmitidos de forma intertemporal. Logo, o hábito possui um caráter durável e autossustentável. Como visto, esses dois conceitos são importantes para explicar a violência contra a mulher, pois esta pode ser considerada um hábito antigo da sociedade.

Outro fator que também precisa ser ressaltado é o fato da redução da violência por parceiro íntimo não está configurado como um dos objetivos estabelecidos pelos programas de transferência de renda que visam reduzir os níveis de pobreza e extrema pobreza da população. Contudo, essa foi uma alternativa encontrada para analisar a violência contra a mulher utilizando a abordagem institucionalista. Isso foi possível uma vez que esses programas foram institucionalizados, estabelecidos por regras e condicionalidades e tiveram impactos sobre o tema central dessa dissertação.

---

<sup>11</sup> Segundo Shioyama (2020), o empoderamento das mulheres tem como objetivo a redistribuição do poder de forma igualitária entre os gêneros, tanto nas relações interpessoais quanto em nível institucional, transformando as instituições que perpetuam a discriminação de gênero a desigualdade social. Portanto, o empoderamento deve ser visto como um processo que conquista a mudança social ao permitir que as mulheres atinjam o seu pleno potencial e façam uso da capacidade de fazer escolhas.

É importante ressaltar ainda que, tal como examinado e ressaltado ao longo da dissertação, a mudança geral no comportamento dos indivíduos é resultado de um conjunto de fatores que ocorre ao longo do tempo, mediado pelo processo de causalção reconstitutiva descendente (*reconstitutive downward causation*). Isso significa que, por exemplo, a redução de problemas financeiros por si só não implica, necessariamente, em uma mudança comportamental tal como a redução da violência contra a mulher. Logo, pode-se concluir que o alívio financeiro promovido pelos programas de transferência de renda não é uma condição suficiente para tanto. Esta afirmação deriva-se do fato de que a abordagem institucionalista propõe que as mudanças de comportamento da sociedade é um fator cultural e multicausal. Contudo, o objetivo deste trabalho não é esgotar a análise de todas as causas que geram a violência contra a mulher. A extensão de tal análise exigiria um espaço de magnitude superior à uma dissertação. Escolheu-se a renda como um dos fatores associados à correlação entre mudança institucional e violência contra a mulher. Isso porque a pobreza familiar é considerada um dos aspectos associados ao aumento da violência por parceiro íntimo ao redor do mundo. Para tal, lançou-se mão dos programas de transferência de renda como uma ferramenta para demonstrar o impacto gerado pela redução dos problemas financeiros na violência doméstica.

Tendo isso em mente, este capítulo visa investigar se houve uma melhora ou piora na situação intrafamiliar da mulher com o recebimento do benefício dos programas de transferência de renda. Para analisar essa questão serão estudados alguns programas existentes ao redor do mundo e qual o impacto que eles geram na vida das mulheres no que diz respeito a violência doméstica. Para cumprir estes objetivos, o capítulo foi dividido em mais 2 seções além dessas considerações iniciais. A seção 4.2 apresenta um *survey* com alguns programas de transferência de renda existentes ao redor do mundo de 1997 a 2015 e os impactos gerados por eles na violência por parceiro íntimo. A seção 4.3 faz uma análise conjunta dos resultados apresentados pela seção 4.2 e, por fim, breves considerações finais encerram o capítulo.

#### 4.2 UMA ANÁLISE INTEGRADA SOBRE OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E OS IMPACTOS GERADOS NA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Como referido nos capítulos anteriores, as instituições são formadas a partir de valores sociais, normas e regras, além da cultura presente sociedade em que ela se encontra. Sobre esses fatores, é importante ressaltar que eles são fundamentais na tomada de decisão. Consequentemente, a instituição é o resultado de inúmeros processos históricos nos quais as circunstâncias sociais e

culturais passadas são adaptadas para que possam ser utilizadas para explicar as situações presentes.

O estudo da instituição é fundamental para explicar o porquê de a violência contra a mulher ser praticada. Isso ocorre, pois, as teorias apresentadas pela escola institucionalista original geram uma base teórica forte para tal explicação. Dentre os conceitos fundamentais para que se possa compreender a violência, é possível citar: a cultura que deve ser compreendida como valores, crenças, símbolos e padrões de comportamento (hábitos) que estão em constante evolução e que são transmitidos de forma intertemporal; os hábitos de pensamento e os hábitos de comportamento, uma vez que o hábito deve ser visto como algo cultural, visto que cada indivíduo aprende como deve se comportar em determinadas situações com os membros mais velhos da sociedade em que vive. Logo, a violência contra a mulher pode ser entendida como um hábito antigo e cultural da sociedade, que possui um caráter durável e autossustentável.

Como apresentado pelo capítulo 2, o ciúme é um conceito importante para o estudo dessa Dissertação, uma vez que ele é responsável por aumentar a incidência de violência contra a mulher. Os psicólogos evolucionários acreditam o ciúme refere-se ao estado mental que é ativado quando se percebe uma ameaça - real ou imaginária - em que terceiros podem usurpar o lugar. Outro fator apresentado pela psicologia para explicar o aumento da violência seria a incessante busca dos homens por *status* e respeito. De fato, a economia institucional vebleniana acredita que o *status* social seria um fator extremamente importante para os indivíduos, capaz de afetar e alterar de forma significativa os hábitos e o comportamento humano na busca pelo poder, honra e prestígio.

A violência contra a mulher pode ser explicada então pela natureza humana de competição, em que os homens possuem o desejo de querer sempre mais, gerar inveja e sobrepular as demais pessoas, principalmente as mulheres. Esse antigo hábito vem sendo perpetuado durante séculos através de uma relação de dominação e coerção. Um fator relevante que gera impactos significativos nesse tipo de violência seria a busca das mulheres pela independência financeira. Essa independência pode levar a redução dos casos de violência ao diminuir a pobreza familiar, aumentando bem-estar emocional das famílias e ao aumentar o empoderamento dessas mulheres. Contudo, ela também pode levar a um aumento dessa violência ao criar um sentimento de ameaça de perda do *status* intrafamiliar nos homens, aumentando as tensões familiares no que diz respeito as tomadas de decisões da residência. Diante do exposto, podemos afirmar, que a independência financeira da mulher é um fator ambíguo para a diminuição da violência de gênero, pois ela também pode levar a um aumento dessa prática.

Um instrumento institucionalizado e utilizado com o objetivo de beneficiar as famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza ou da extrema pobreza são os programas de transferência de renda existentes em diversos países ao redor do mundo e que passaram a ser implementados a partir da década de 1990. Segundo Bonilla *et al.* (2017), esses programas foram uma das alternativas encontradas e aplicadas por diversos países em desenvolvimento, principalmente na América Latina, África Subsaariana e Ásia. Portanto, tornaram-se uma ferramenta de proteção social para diminuir a pobreza familiar e a insegurança alimentar, além de melhorar o nível educacional e a saúde da população devido às condicionalidades impostas para o recebimento do benefício. Nessa seção, serão compilados alguns estudos publicados na literatura nacional e internacional que analisam os impactos desses programas na violência de gênero, majoritariamente nos países em desenvolvimento. Serão analisados os resultados dos programas implementados na África do Sul, Brasil, Equador, México, Nicarágua, Peru, Uruguai e Zâmbia.

Uma característica importante que pode ser observada nesses programas é o fato do pagamento desses subsídios para as famílias beneficiárias serem feitos, preferencialmente, para as mulheres chefes de família e não para os seus maridos ou companheiros<sup>12</sup>. Essa característica deve-se ao fato de existir, de acordo com Aísa (2014) e Bonilla *et al.* (2017), uma “crença/suposição” de que o dinheiro gera um maior impacto positivo no que diz respeito a saúde e educação das crianças quando entregue diretamente às mulheres. Além dessa crença, esses programas também supõem que o controle do benefício pelas mulheres é capaz de emponderá-las, gerar um aumento significativo do nível educacional dos filhos, além de uma série de benefícios para essas crianças. Segundo esses autores, isso não seria observado caso os homens fossem responsáveis por recebê-lo. Nas palavras de Aísa (2014, p.8),

These gender-oriented CCTs, widely spread throughout Latin America in the last decades, build on the belief that directly handing cash to women is likely to generate larger improvements in children's education and health than if it were men who eventually controlled the granted resources (Adato *et al.*, 2000; Thomas, 1990; Vyas & Watts, 2009), which makes them a powerful tool to reducing poverty and increase human capital in developing countries.

Assim como Aísa, Bonilla *et al.* (2017, p.55) também escreveram em seu artigo sobre a realização do pagamento. Segundo eles, este é realizado preferencialmente para as mulheres pois existe uma

---

<sup>12</sup> Para a maioria dos programas, os homens só recebem o benefício caso não haja uma mulher para recebe-lo. Ou seja, os homens apenas são beneficiados por esses programas caso sejam viúvos ou possuam a guarda unilateral dos filhos.



suposição de que a renda gera maiores benefícios para as famílias quando entregue diretamente para as mulheres e não para os homens;

Many programs are designed specifically to place resources in the hands of women (versus men) based on the assumption that cash will not only empower women but also result in the accrual of human capital and child-specific benefits to households in ways that would not occur if men received the cash.

O empoderamento é um processo que tem como objetivo desafiar as relações de poder da sociedade a fim de alterar as relações tradicionais de controle e gerar uma nova noção de poder. O maior nível observado nos países que implementaram os programas de transferência de renda ocorre devido ao aumento do acesso das mulheres beneficiárias a recursos financeiros e pela melhora na situação intrafamiliar promovida pelos programas. Segundo Aísa (2014, p.8),

Due to the inter-relatedness of a wide range of different economic, social, and cultural variables, disentangling which factors determine the power position of a woman with respect to other household members is an extremely complex task. Nonetheless, most studies on the topic agree with the idea that enlarged economic opportunities for women have an undeniable influence on the improvement of such a position (Cheston & Kuhn, 2002; Heise, 2011; Quisumbing & Maluccio, 1999; UNICEF, 2000). For these authors, control over an increased amount of economic resources in hands of women generates significant changes on the existing relations of power and decision-making among the members of the household. By providing more resources to her family, the perceived status of the woman within the household changes, her bargaining-power increases, and so does her level of participation in the decision-making process of certain family-related issues.

A partir dele, essas mulheres tornam-se capazes de expressar suas necessidades e preocupações, envolver-se no processo de tomada de decisões tanto da vida pública quanto na privada, e atuar em cenários políticos ou sociais na tentativa de satisfazer as suas necessidades. Portanto, o empoderamento tem como objetivo a busca por um maior controle pelas fontes de poder com a intenção de tentar superar as desigualdades existentes na sociedade (MARINHO; GONÇALVES, 2016).

Para que o empoderamento ocorra, Berth (2019) acredita é preciso que se crie um espaço favorável para a disseminação e a proliferação das “práticas empoderadas”, principalmente para as mulheres pobres, pois elas são as pessoas que mais sofrem com as desigualdades da sociedade. Uma vez que as desigualdades sociais são intensificadas pela pobreza, as mulheres de baixa renda encontram uma maior dificuldade para adquirirem mais direitos e poderes do que as mulheres com condições financeiras melhores (KABEER, 2005; COUTO, 2020).

Além de terem uma maior dificuldade para conseguirem se empoderar, mulheres pobres também sofrem mais com a violência de gênero. Essa dificuldade ocorre, em razão delas possuírem baixos

salários, má nutrição, acesso restrito a cuidados de saúde e educação. Isso as tornam relativamente impotentes e com pouco ou nenhum poder na tomada de decisões e controle sobre os recursos materiais. Logo, as resoluções sobre as vidas dessas mulheres são tomadas por outros indivíduos, fazendo com que elas sejam subordinadas a eles. Portanto, o empoderamento das mulheres, principalmente a das mulheres pobres, leva a uma ruptura da sociedade atual com patriarcalismo fazendo com que os homens deixem de ser considerados seres superiores a mulheres e passem a dividir a responsabilidade sobre suas famílias.

Holmes *et al.* (2010) argumentam que a transferência realizada por meio de programas sociais não gera apenas um empoderamento econômico, mas também um aumento na autonomia das mulheres. Tornam-se assim mais seguras social e psicologicamente, e mais dispostas a terminarem seus relacionamentos, principalmente se há indício de violência doméstica. Assim, programas de transferência social de renda podem reduzir os índices de violência contra a mulher, mesmo que esse não seja o objetivo do programa (AÍSA, 2014).

Abaixo serão apresentados 10 programas de transferência de renda que foram implementados a partir da década de 1990 em diversos países em desenvolvimento ao redor do mundo e quais os impactos gerados por eles na violência doméstica desses países. Eles serão apresentados a partir dos resultados obtidos, ou seja, começando pelos programas que obtiveram resultados menos satisfatórios para os que geraram maiores benefícios. Dentre os programas que serão analisados nesse capítulo, seis deles levaram à redução da violência contra a mulher; dois apresentaram evidências mistas, ou seja, foram observados casos nos quais houve uma redução da violência e outros em que a violência doméstica aumentou; e dois deles não geraram mudanças significativas nos índices de violência.

#### 4.2.1. O BAIXO IMPACTO DO PROGRAMA *RED DE PROTECCIÓN SOCIAL* DA NICARÁGUA NA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A Nicarágua implementou um programa condicional de renda denominado *Red de Protección Social* (RPS) no período de 2000 a 2006. O benefício era pago para mulheres chefes de família e consistiu em três tipos de transferência: uma anual para a segurança alimentar; uma bimestral referente a frequência escolar; e um adicional para a compra do material escolar. Como condicionalidades, esse programa exigia visitas regulares às clínicas de saúde e uma frequência mínima escolar para as crianças de 7 a 13 anos (GITTE; BARHAM, 2008).

O RPS foi implementado de forma aleatória em 21 comunidades no noroeste da Nicarágua. Para poder observar os impactos gerados por esse programa, outras 21 comunidades dessa região foram utilizadas como grupo de controle. A pesquisa incluiu um total de 1.300 domicílios em todas as 42 comunidades e aconteceu em 3 diferentes rodadas, sendo a primeira em 2000, antes mesmo da implementação efetiva do programa, e as outras duas nos anos 2001 e 2002. Gitter e Barham (2008) mencionam que foi possível observar uma melhor alocação dos recursos domésticos para as mulheres e crianças, aumentando sua qualidade de vida e o bem-estar de toda a família. Também foi possível observar um aumento do *status* intrafamiliar e do poder de decisão dessas mulheres no que diz respeito a compra de alimentos, melhorando também os gastos com alimentação da família como um todo.

Embora esse programa tenha aumentado a percepção do *status* intrafamiliar das mulheres e tenha permitido que houvesse uma segurança alimentar para a família como um todo, não foram encontradas evidências significativas de mudança nos índices de violência doméstica (AÍSA, 2014). Segundo Baranov *et al.* (2020), essa falta de impactos significativos pode ser explicada pelo modelo de pagamento adotado pelo *Red de Protección Social* que, como visto anteriormente, representou um pagamento anual, um bimestral e um adicional. Esses autores explicam que a baixa frequência com que esses pagamentos eram realizados gerou uma maior oportunidade para que o homem utilize da violência para usurpar o benefício recebido. Desse modo, não houve uma mudança significativa e possível de ser observada nos índices de violência contra a mulher na Nicarágua.

#### 4.2.2. UMA EXPERIÊNCIA NÃO SATISFATÓRIA PARA A REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA ZÂMBIA

Por sua vez, a Zâmbia possui um programa de transferência de renda que está em vigor até os dias atuais chamado *Child Grant Program* (CGP). Esse programa foi implementado pelo *Ministry of Community Development* e pelo *Mother and Child Health* em 2010 com o objetivo de reduzir a extrema pobreza do país (famílias com renda per capita inferior a US\$ 1,90 por dia) através de uma transferência incondicional de renda. Esse benefício é pago bimestralmente para mães ou cuidadoras primárias de crianças de zero a cinco anos que vivessem nos distritos rurais de *Kalabo*, *Shangombo* e *Kaputa*. A escolha desses distritos ocorreu devido à localização remota que eles se encontram, uma vez que Kalabo e Shangombo estão localizados próximos à fronteira com Angola e Kaputa com a da República Democrática do Congo. Além do difícil acesso, esses distritos

possuem altas taxas de mortalidade, morbidade e definhamento de crianças menores de cinco anos (BONILLA *et al.* 2017; PETERMAN *et al.*, 2018).

Uma avaliação do impacto gerado pelo CGP nessas províncias foi encomendada pelo governo da Zâmbia para o *American Institutes for Research* (AIR) e para a *University of North Carolina at Chapel Hill* (UNC). Devido à falta de recursos do país para a realização da pesquisa, só foi possível ser efetivada a partir de doações de entidades como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), *UK Department for International Development* (DFID), o *Irish Aid*, o Governo da Finlândia e pelo *Swedish International Development Cooperation*. Essa pesquisa é considerada particularmente interessante, uma vez que analisa um programa governamental implementando em grande escala por um período de 4 anos (de 2010 a 2014), superando o período analisado por outros estudos no país. Outra característica importante foi a realização de uma entrevista qualitativa e individual com os participantes do programa com 2 horas de duração e realizada em 2015. Segundo os autores, o tempo dessa entrevista e o fato de ser realizada sem a presença do parceiro (a) foi pensando para que os beneficiários do programa que estavam sendo entrevistados se sentissem livres e confortáveis para discutir temas mais sensíveis, como a violência doméstica (BONILLA *et al.* 2017).

Como resultado, Bonilla *et al.* (2017) observaram que as mulheres que recebiam o subsídio tiveram um maior poder na tomada de decisões, sejam elas individuais ou conjuntas. Contudo, esse aumento foi relativamente modesto devido a normas de gêneros arraigadas nesse país que revelam que o homem deve ser o chefe da família e o responsável por tomar as decisões referentes a ela. No entanto, durante as entrevistas, a maioria das mulheres se descreveram como responsáveis pelas decisões financeiras da família, deliberando sobre roupas e sapatos infantis, taxas escolares, tarefas domésticas e sobre a escolha e compra de alimentos. Dentre os resultados observados, também é possível citar: diminuição da pobreza, segurança alimentar das famílias beneficiárias, aumento do número de crianças matriculadas na escola, formação de uma poupança para emergências e melhora geral das relações familiares, bem-estar e felicidade dessas famílias (BONILLA *et al.* 2017).

Peterman *et al.* (2018), assim como Bonilla *et al.* (2017), acreditam que embora esse aumento seja modesto, essas mulheres obtiveram um empoderamento econômico uma vez que foram capazes de reter controle sobre o dinheiro da transferência para fazer algum investimento familiar. Conseguiram também economizar parte dessa renda para a formação de uma poupança para situações imprevistas e emergenciais. Contudo, durante as entrevistas, as mulheres foram mais

abertas em relatar um aumento da discussão em famílias vizinhas, em que os maridos tentam usar uma parte do dinheiro recebido para fazer uso de bebidas alcoólicas. Devido a essas observações contraditórias, Peterman *et al.* (2018) não conseguiu mensurar nenhum efeito do *Child Grant Program* nos índices de violência doméstica.

#### 4.2.3. BONO DE DESARROLLO HUMANO: O PROGRAMA QUE APRESENTOU RESULTADOS HETEROGÊNIOS NA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA A MULHER

O Equador, por sua vez, possui atualmente o programa nacional *Bono de Desarrollo Humano* (BDH). Este foi criado em 2003 com o objetivo de substituir o programa de assistência social vigente à época, o *Bono Solidario*. Tal substituição foi necessária devido ao substancial vazamento do programa para famílias não pobres, ou seja, famílias que não pertenciam aos dois últimos quintis de pobreza de acordo com o Sistema de Índice *Selección de Beneficiarios* (SELBEN). Com a mudança do *Bono Solidario* para o *Bono de Desarrollo Humano*, apenas 60% das famílias beneficiárias continuaram a fazer parte do programa e um novo conjunto de famílias que eram elegíveis foram incluídas. O objetivo inicial desse era remunerar uma bolsa mensal para mães que tivessem filhos com idades entre 5 e 18 anos e que cumprissem os requisitos de escolaridade e cuidados de saúde estabelecidos. Contudo, essas condições nunca foram implementadas e o programa passou a fazer uma transferência incondicional de renda (HIDROBO; FERNALD, 2013).

Tendo como objetivo analisar os resultados desse programa, o Banco Mundial e o governo do Equador colheram dados voltados para a avaliação da saúde dos participantes do programa. Para isso, foi estipulado que a linha de base ocorreria entre outubro de 2003 a março de 2004 e a linha de acompanhamento, entre setembro de 2005 e janeiro de 2006. Para participar da pesquisa, as famílias analisadas precisavam atender a alguns critérios, tais como: não ter participado do programa *Bono Solidario*; ter pelo menos um filho em idade pré-escolar; não ter filhos com mais de 6 anos de idade; e ser elegível para o *Bono de Desarrollo Humano*.

Hidrodo e Fernald (2013) utilizaram os dados colhidos por essa pesquisa para realizar um estudo centrado na violência doméstica conjugal. No início do estudo, havia 3.426 domicílios que cumpriam os pré-requisitos estipulados pelo Banco Mundial e pelo governo do Equador. Contudo, para analisar os impactos gerados pelo programa nos índices de violência doméstica, as mulheres

analisadas precisavam, obrigatoriamente, viver junto com os seus maridos ou parceiros. Devido a essa condição, o número de mães que foram analisadas por Hidrodo e Fernald caiu para 1.250.

Ao analisarem os impactos gerados pelo BDH no quesito violência doméstica, a partir dos dados adquiridos na pesquisa mencionada acima, Hidrobo e Fernald (2013) descobriram que os níveis de escolaridade, tanto da mãe quanto do pai eram relevantes. Outros fatores observados por esses autores dizem respeito a maior probabilidade de ocorrência de violência doméstica em casos em que as mulheres são: indígenas, jovens, solteiras (não casadas), vivem em área rural e possuem mais de um filho com idades entre 0 e 5 anos. No que diz respeito a maior vulnerabilidade das mulheres indígenas, os autores disseram que ela pode ser explicada pelo fato dessas mulheres serem mais pobres, possuírem menos educação em comparação com mulheres não indígenas, e terem menos acesso a saúde, serviços jurídicos e oportunidades de emprego.

Os autores concluíram também que o recebimento do benefício diminuiu significativamente a violência psicológica quando a mulher apresentou um nível de educação superior ao da escola primária. Contudo, quando o nível de educação delas é inferior, a incidência da violência dependia do nível educacional do cônjuge. Quando a mulher apresenta um nível de educação igual ou superior à do seu parceiro, há um aumento significativo do índice de violência emocional. Sobre a violência física, os autores não encontraram evidências de que o programa tenha gerado algum impacto positivo ou negativo. Portanto, nesse estudo, pode-se inferir que o índice de violência emocional contra a mulher diminui quando elas possuem um nível mais elevado de educação, e é ambíguo quando o nível de escolaridade delas é baixo (HIDROBO; FERNALD, 2013). Por fim, Hidrobo e Fernald (2013) ressaltaram que embora esses resultados forneçam uma visão pertinente para boa parte da população equatoriana e mundial, eles são específicos para o grupo analisado: mães jovens de baixa renda, com filhos pequenos e que moram com seus maridos ou parceiros.

#### 4.2.4. AS EVIDÊNCIAS MISTAS GERADAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO BRASIL

O *Programa Bolsa Família* (PBF) do Brasil é considerado o maior programa de transferência condicional de renda do mundo devido ao fato dele assistir mais de 14 milhões de famílias brasileiras<sup>13</sup>. Ele foi implementado em 2003 a partir da unificação de quatro diferentes programas

---

<sup>13</sup> De acordo com o site do Governo Federal, o PBF atendeu 14,283 milhões de famílias brasileiras em junho de 2020. Fonte: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/07/bolsa-familia-atende-14-283-milhoes-de-familias-no-mes-de-junho>

de transferência de renda que existiam no país, quais sejam: a Bolsa Escola, a Bolsa Alimentação, o Cartão Alimentação e o Auxílio-Gás. O objetivo do PBF é erradicar a fome e a pobreza extrema no país através de transferências condicionais de renda a famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza (renda mensal entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 por pessoa) ou extrema pobreza (renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa)<sup>14</sup>. O programa exige que crianças e adolescentes com idades entre 6 a 17 anos estejam matriculados na escola, com frequência mínima de 85% das aulas para estudantes de 6 a 15 anos, e de 75% para os que tiverem idade de 16 e 17. Também é obrigatório que crianças menores de 7 anos tomem todas as vacinas recomendadas pelas equipes de saúde, e que façam um acompanhamento médico de crescimento e desenvolvimento a cada 6 meses. Por fim, mulheres que forem gestantes devem fazer o pré-natal, além de acompanhar o calendário vacinal e a nutrição dos recém-nascidos<sup>15</sup>.

Para participar do PBF, a família precisa se registrar no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). O objetivo deste cadastro é construir uma rede de promoção e proteção social ao selecionar, coletar informações socioeconômicas e incluir as famílias de baixa renda em programas sociais (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2017). A gestão desse programa ocorre de forma descentralizada, envolvendo os municípios, os estados, e o Distrito Federal. Por fim, o seu pagamento é realizado pela Caixa Econômica Federal (CEF) através de um cartão que é emitido preferencialmente no nome da mãe da família. Para as famílias que continuam em situação de extrema pobreza mesmo recebendo o subsídio do programa, foi criado em 2012 um benefício extra para a superação da extrema pobreza. Esse valor extra que é pago às famílias participantes do PBF é calculado caso a caso para sanar as necessidades individuais.

Embora a redução da violência de gênero não seja um objetivo explícito do programa, alguns autores buscaram avaliar se o PBF afetou o comportamento familiar no que se refere a violência contra a mulher, ou seja, se o programa teve algum efeito não intencional nessa direção provocado pela transferência da renda. Assim, De Brauw *et al.* (2014) realizaram uma pesquisa utilizando os dados da Avaliação do Impacto do Programa Bolsa Família (AIBF) para o período de 2005 a 2009 em que buscaram avaliar os impactos gerados PBF no empoderamento das mulheres casadas. Um resultado significativo observado por essa pesquisa e relevante para essa Dissertação diz respeito a participação das mulheres na tomada de decisão em relação ao uso de anticoncepcionais em

---

<sup>14</sup> Fonte: <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>

<sup>15</sup> Informações obtidas pelo site da Secretaria de Desenvolvimento Social. <http://www.sedes.df.gov.br/condicionalidades-bolsa-familia>

relação as outras mulheres que não participam do programa. Como visto anteriormente, essa mudança de poder vem acompanhada por uma redução nos índices de violência doméstica.

Por sua vez, Moreira *et al.* (2016) realizaram uma pesquisa utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o ano de 2009. Esses dados foram obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e possuem um suplemento relativo às características de vitimização e acesso à justiça no Brasil. Uma consideração importante sobre esse suplemento diz respeito a violência física praticada contra a mulher cometida pelo cônjuge ou ex-cônjuge. Como resultado, Moreira *et al.* (2016) identificaram que o recebimento dos proventos oferecidos pelo PBF aumentou a violência contra a mulher de 11,33% a 31,10% em alguns subgrupos ao se comparar com as que não receberam o benefício. Dentre esses subgrupos, é possível citar: famílias que vivem em domicílios rurais; que possuem baixa escolaridade; que são compostos por cônjuges jovens; e domicílios cujo chefe da família se encontra sem uma ocupação no mercado de trabalho. Contudo, é importante ressaltar que o benefício monetário introduzido pelo programa é visto relativamente de forma positiva pelas suas beneficiárias, pois ele levou a uma melhora da maioria das relações interfamiliares e conjugais (RIBEIRO; SHIKIDA; HILLBRECHT, 2017).

Lavinas, Cobo e Veiga (2019) utilizaram dados de uma pesquisa realizada em na cidade de Recife, em janeiro de 2008. Essa pesquisa contou com a aplicação de um questionário impresso de 44 páginas, 10 módulos e aproximadamente 230 questões a serem respondidas *face-a-face* em até três visitas a cada domicílio. Foram entrevistados um conjunto de famílias inscritas no CadÚnico, residentes em Recife e que poderiam receber ou não o benefício do PBF. Das mulheres entrevistadas, apenas 10% delas consideravam que houve uma piora nas suas relações com seus cônjuges. 80% delas não observaram nenhum conflito decorrente do recebimento do subsídio. Por fim, os autores também observaram que 50% das mulheres entrevistadas declararam que houve mudanças positivas na família como um todo a partir do recebimento do PBF, e que houve uma melhora na relação delas com seus filhos (LAVINAS; COBO; VEIGA, 2019). Portanto, do ano de implementação do programa até o ano de 2008, é possível dizer que houve efeitos não intencionais gerados pelo pagamento do PBF na ocorrência da violência contra a mulher.

Por fim, Couto (2020) afirmou que o PBF obteve sucesso em permitir que novas condições de vida fossem criadas para as mulheres. Tratando também do PBF Aísa (2014) afirma que esse fenômeno levou a uma melhora em seu *status* intradomiciliar, sendo possível observar um aumento considerável do poder de barganha quanto às decisões sobre a saúde e escolaridade de seus filhos. Houve também um aumento em seu poder de decisão no que diz respeito a compra de bens



duráveis para a casa. Logo, é possível dizer, que o PBF pode agir como um instrumento para o empoderamento feminino no Brasil (MARINHO; GONÇALVES, 2016).

Devidos as pesquisas realizadas que apresentam relatórios contraditórios sobre o impacto gerado pelo PBF na violência contra a mulher, é possível concluir que esse programa carece de melhorias. Uma boa solução para esse problema é a ampliação da condicionalidade de assistência à saúde para as mulheres beneficiárias apresentada por Moreira *et al.* (2016) e ressaltada por Ribeiro, Shikida e Hillbrecht (2017) uma vez que essa assistência pode ser relacionada ao aumento do empoderamento feminino e da redução da violência doméstica em outros programas.

#### 4.2.5. *CHILD SUPPORT GRANT*: O PROGRAMA SUL AFRICANO BEM SUCEDIDO NA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Um dos programas de transferência de renda existente na África do Sul é o chamado *Child Support Grant* (CSG) que é um programa de subsídio do governo sul-africano criado em 1997 com o objetivo de gerar um apoio financeiro às crianças de baixa renda (vivem com menos de US\$ 1,90 por dia<sup>16</sup>) até que completem 18 anos. Do seu ano de criação até 2009, esse programa não exigia nenhuma condição da família participante para o recebimento do benefício e, por isso, era considerado um programa incondicional de renda. Contudo, a partir daquele ano, passou a ser exigido que as crianças beneficiárias frequentassem a escola para que suas famílias pudessem receber o subsídio. Sobre o pagamento, é importante frisar que o foco dele não são mulheres, mas sim as crianças e, por isso, o cuidador primário dela é quem recolhe o subsídio. Contudo, as mulheres acabam recebendo o benefício em 96% dos casos nesse programa (NEVES *et al.* 2009).

Patel e Hotchfeld (2011) realizaram uma pesquisa domiciliar na comunidade urbana *Doornkop* em *Soweto* na África do Sul com o objetivo de examinar o impacto gerado pelo programa CSG nas relações de gênero e no empoderamento das mulheres nas famílias que recebiam o benefício. A escolha dessa comunidade para a pesquisa domiciliar ocorreu devido à grande aceitação do programa nessa área que é uma das mais pobres nessa região da cidade de Joanesburgo<sup>17</sup>. As entrevistas aconteceram em julho de 2010 e foram realizadas por funcionários de campo treinados em administrar questionários. Dentre os resultados encontrados com o CSG, pode-se mencionar: a redução da pobreza, a segurança alimentar das famílias provendo uma melhora da ingestão nutricional e da frequência escolar das crianças. Essa nova independência gerou um aumento da

---

<sup>16</sup> Fonte: African Development Bank Group.

<sup>17</sup> Soweto é uma cidade contígua a Joanesburgo na África do Sul.

capacidade das mulheres em controlar e alocar os recursos recebidos de modo a promover uma melhora geral do bem-estar da família. Contudo, os autores observaram que não houve uma mudança significativa nas relações de gênero intrafamiliares nesse caso.

Todavia, foi observado que o CSG gerou empoderamento para as mulheres que o recebem uma vez que elas passaram a procurar trabalho e a ter acesso ao crédito, além de terem sido capazes de aplicar esse benefício para iniciar uma nova geração de renda (Neves *et al.* 2009). Ademais, as mulheres que retiraram o benefício passaram a ser responsáveis por tomar as principais decisões em suas residências e a alocar os recursos recebidos. Isso gerou também uma maior autoconfiança devido à nova segurança econômica adquirida. Sobre esse programa, Patel e Hochfeld (2011) concluíram que o CSG permitiu que as mulheres percebessem que estavam cuidando melhor dos seus filhos e buscando empregos mais adequados, aumentando a renda da família. Segundo os autores, esses fatores foram responsáveis por contribuir para uma maior coesão familiar e redução da violência doméstica.

#### 4.2.6. CARACTERÍSTICAS E RESULTADOS DO PROGRAMA *PLAN DE EQUIDAD* NO URUGUAI

Em 2005, o Uruguai implementou um programa temporário de transferência de renda denominado *Ingreso Ciudadano* voltado para as famílias que estavam vivendo abaixo da linha de extrema pobreza. O objetivo desse programa era reduzir as taxas de pobreza por meio de transferências mensais de renda. Esse subsídio foi instaurado originalmente pelo governo uruguaio após 2002, ano em que ocorreu uma queda de mais de 10% do PIB. O pagamento desse benefício, especificamente do programa, ocorreu entre abril de 2005 até dezembro de 2007, condicionado à frequência escolar das crianças e ao controle do estado de saúde delas. Com o término do *Ingreso Ciudadano*, o governo do Uruguai resolveu implementar um novo programa de transferência para substituir o antigo que havia chegado ao fim.

A nova fase do programa de transferência uruguaio foi marcada pela implementação do *Plan de Equidad* que aumentou o valor do aporte financeiro entregue. Quando comparado ao plano antigo, esse dobrou o valor pago e o número de famílias beneficiárias. A população alvo do novo programa passou a ser: gestantes; crianças e adolescentes menores de 18 anos que pertençam às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica; crianças e adolescentes que estudem em tempo integral no *Instituto del Niño y el Adolescente Uruguayo* (INAU), ou em outras instituições

conveniadas a ele. O pagamento desse benefício é feito a pessoas físicas ou jurídicas que tenham a responsabilidade legal sobre a criança ou jovem de até 18 anos, sendo esses, em sua maioria, as mães. Como condicionantes, esse programa exige uma frequência mínima na escola e as crianças e jovens devem fazer exames periódicos de saúde (BORRAZ; MUNYO, 2019).

Borraz e Munyo (2019) realizaram uma pesquisa utilizando os dados do *Banco de Previsión Social*<sup>18</sup> no que diz respeito a data e os valores do pagamento dos programas de transferência na cidade Montevideu entre os anos 2005 e 2010. Além desses dados, eles também utilizaram as informações do *Instituto Nacional de Estadística*<sup>19</sup> sobre os dados econômicos das famílias, nível de escolaridade, renda do trabalho e as características da habitação. Por fim, eles utilizaram registros administrativos do Ministério do Interior contendo incidentes de violência doméstica registrados pela polícia do Uruguai para formação da base de dados. Dentre os resultados encontrados, é possível citar o fato do pagamento ser feito majoritariamente para as mulheres, fazendo com que elas adquirissem uma independência financeira inédita. Como consequência, foi possível observar a redução da disparidade de renda entre os gêneros, um aumento do bem-estar das famílias e do poder de barganha das mulheres, fazendo com que houvesse uma queda significativa da violência doméstica no país. Portanto, é possível dizer que a promoção da independência econômica das mulheres, juntamente com o aumento de seu bem-estar, levou a uma redução dos índices de violência contra a mulher no país.

#### 4.2.7. O SUCEDIDO PROGRAMA MEXICANO *OPORTUNIDADES*

O *Prospera* do México pode ser considerado o segundo maior programa de renda nacional do mundo devido ao fato dele beneficiar aproximadamente 6.8 milhões de famílias mexicanas<sup>20</sup>. Esse programa foi criado em 1997 sob o nome *Progressa* e o seu benefício é destinado preferencialmente às mulheres. Seus objetivos são: o combate à pobreza e a melhora no desenvolvimento humano no país por meio de investimentos na educação, saúde e nutrição de crianças mexicanas que vivem abaixo da linha de bem-estar mínimo (rendimento familiar per capita diário inferior a US\$ 1,79 dólar nas áreas rurais e US\$ 2,34 dólares nas áreas urbanas). No seu início, contudo, o programa era restrito as famílias rurais pobres. Após cinco anos de sua

---

<sup>18</sup> Órgão público responsável pelo pagamento dos programas *Ingreso Ciudadano* e *Plan de Equidad* no Uruguai.

<sup>19</sup> Órgão público responsável pelas estatísticas socioeconômicas do Uruguai.

<sup>20</sup> Dado obtidos no site do governo mexicano e correspondente ao ano de 2017.

Fonte: <https://datos.gob.mx/busca/dataset/cobertura-de-atencion-familias-beneficiarias>

implementação, em 2002, ele foi rebatizado de *Oportunidades* e passou a cobrir uma área geográfica maior, abarcando também regiões semiurbanas e urbanas. No segundo semestre de 2014, o programa foi novamente renomeado, adquirindo o nome *Prospera*.

Embora o *Prospera* seja o programa em vigor no México em 2021 e possua a mesma estrutura do seu antecessor em termos de objetivos como nutrição, educação e saúde, a análise dessa seção se restringe ao *Oportunidades*. Isso porque a pesquisa realizada por essa Dissertação identificou a existência de estudos que analisam especificamente o impacto desse programa nos índices de violência doméstica para as famílias beneficiárias. Sobre ele, é importante ressaltar que o seu principal componente é a transferência de recursos financeiros bimestralmente pagos exclusivamente para as mães das famílias participantes. Para receber essa transferência, elas precisavam cumprir uma série de obrigações que incluíam participar mensalmente de oficinas para a promoção da saúde e trabalhar um número mínimo de horas no programa. Além desses condicionantes, essas mulheres também tinham obrigações com os filhos, que precisavam ter uma frequência mínima na escola e consultas periódicas de saúde (AÍSA, 2014).

Por fazer uma transferência exclusiva às mulheres, o *Oportunidades* as colocou no centro da intervenção apresentando sua importância em proporcionar um futuro melhor para suas famílias. Essa apuração é importante porque motivou as mulheres a requererem um reconhecimento semelhante dentro de suas famílias, melhorando seu *status* na estrutura familiar (BOBONIS; CASTRO, 2010). Como resultado, o programa conseguiu atingir seus objetivos de melhorar as áreas de educação infantil, saúde e nutrição dessa parte da população.

Além disso, ao analisar os efeitos causais do programa a partir dos dados do *Mexican Family Life Survey Home* (MXFLS) para os anos 2002 e 2005/2006 Aísa (2014) observou que houve: i) aumento do poder de tomada de decisão das mulheres que vivem em áreas urbanas no que diz respeito ao uso de anticoncepcionais; ii) elevação das taxas de separação entre casais cujas mulheres possuem um alto nível educacional e os seus parceiros um nível mais baixo; e iii) redução dos índices de violência contra a mulher. Segundo a autora (2014, p.6), “denying women the possibility of negotiating safer sexual relations and the use of contraceptive measures to achieve their desired fertility goals is a clear indicator of emotional abuse”. Portanto, a participação da mulher na decisão sobre o uso de anticoncepcionais é uma boa variável para analisar a incidência de violência psicológica nas famílias uma vez que ele vem acompanhado de uma redução da violência.

Portanto, é possível dizer que o nível educacional do casal influencia o impacto do *Oportunidades* nos índices de violência contra a mulher. Bobonis (2009) realizou uma pesquisa (outubro de 1998, maio/junho de 1999 e novembro de 1999) em que entrevistou famílias beneficiárias em 3 ciclos após a implementação do *Progressa*. Como resultado, observou que casais compostos por mulheres que possuem um nível educacional maior que seus maridos são mais propensos a apresentarem um aumento da violência psicológica ao receberem o benefício e, que esse aumento da violência leva a um aumento das taxas de divórcio. Segundo esse autor, esse programa foi responsável por iniciar um processo de “seleção” conjugal em que ocorre a dissolução de casais que apresentam a incidência de violência no casamento. Nesses casos, as mulheres se tornam mais dispostas a iniciarem um novo relacionamento com homens que possuem baixas tendências de usarem o abuso emocional e/ou físico contra elas, diminuindo assim os níveis de violência doméstica.

Bobonis e Castro (2010) realizam uma pesquisa utilizando os dados da *Encuesta Nacional sobre la Dinámica de las Relaciones en los Hogares* (ENDIREH) para os anos 2003 e 2006. O ENDIREH foi pesquisa domiciliar realizada pelo *Instituto Nacional de Estadística y Geografía* (INEGI) com o objetivo de fornecer a sociedade e ao estado informações sobre as vivências de violência enfrentadas pelas mulheres mexicanas que possuem 15 anos ou mais. Dentre as informações coletadas por essa pesquisa, é possível citar: a prevalência e intensidade da violência por parceiro íntimo, demografia familiar, características socioeconômicas, história e conflito conjugal, informações sobre os agressores e os locais onde ocorreram as agressões. Como resultado, observaram que a incidência de violência contra a mulher após a implementação do *Oportunidades* foi heterogênea, havendo casos em que a violência diminuiu e outros em que aumentou. Sobre esse aumento, é importante ressaltar que ele ocorreu apenas no curto prazo e foi responsável por levar a redução da violência no longo prazo devido a seleção conjugal. Segundo esses autores, o aumento da violência emocional contra a mulher no curto prazo foi a única consequência exclusivamente negativa observada. Ademais, não foi observado nenhum outro tipo de consequência negativa para as mulheres (BOBONIS; CASTRO; MORALES, 2015).

Portanto, o *Oportunidades* do México pode ser considerado um programa que elevou o *status* intrafamiliar das mulheres, gerou empoderamento e reduziu significativamente a incidência da violência por parceiro íntimo no longo prazo. Isso ocorreu devido ao estabelecimento de condicionantes específicas para as mulheres cumprirem. Tais condicionalidades foram fundamentais para aumentar seu nível de empoderamento. Isso também aumentou o número de casos de divórcio, pois essas mulheres passaram a não aceitar mais a violência praticada por seus

maridos ou companheiros (aumento observado no curto prazo), fazendo com que elas terminem seus relacionamentos.

#### 4.2.8. O PROGRAMA *JUNTOS* DO PERU E O SEU SUCESSO NA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O programa *Juntos* do Peru foi lançado em 2005 com dois principais objetivos: reduzir a pobreza no curto prazo fornecendo as famílias em situação de pobreza<sup>21</sup> e extrema pobreza<sup>22</sup> uma transferência de dinheiro e interromper a transmissão da pobreza intergeracional. Para cumprir esse segundo objetivo, o governo peruano buscou aumentar o bem-estar das crianças de 0 a 14 anos promovendo o acesso à saúde básica, a serviços de educação e nutrição. Isso foi feito através de transferências mensais de dinheiro para as mães pertencentes à população mais pobre do país, principalmente para aquelas que vivem nas áreas mais afetadas pela violência política das décadas de 1980 e 1990<sup>23</sup>.

O programa tem determinados condicionantes. Para participar, as mulheres precisam estar grávidas ou terem filhos menores de 14 anos, devem obter documentos de identificação cívica (tanto elas, quanto as crianças). Por sua vez, as crianças com idades entre 6 e 14 anos têm que estar matriculadas e estar frequentando a escola primária. Elas e as mães também necessitam utilizar serviços relacionados à saúde. Além desses fatores, as mães precisam participar de palestras ministradas em postos de saúde que abordam temas como nutrição, higiene, saúde infantil, planejamento e relações familiares. Essas palestras eram ministradas nos dias em que as mulheres recebiam o pagamento (HOLMES *et al.*, 2010; MOLYNEUX, THOMSON, 2011).

Para analisar o resultado *Juntos*, Perova (2010) utilizou os dados da *Encuesta Demografica y de Salud Familiar* (ENDES) para os anos 2000 e 2004 (antes da implementação do programa) e para o período de 2005 a 2008 (primeiros 4 anos de programa). A partir desses dados, a autora observou que houve uma queda significativa dos índices de violência doméstica – tanto a violência física

---

<sup>21</sup> Renda per capita mensal inferior a 352 soles de acordo com o Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI) para o ano de 2019.

<sup>22</sup> Renda per capita mensal inferior a 187 soles de acordo com o Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI) para o ano de 2019.

<sup>23</sup> Nesse decurso, o Peru passou por um período de guerra entre *Movimiento Revolucionário Tupac Amaru* (MRTA) e *Sendero Luminoso* contra as forças de repressão (Exército, Marinha e Polícia). Essa guerra teve início em 1980 e durou 15 anos, chegando a quase 30 mil mortes. Esse momento histórico também foi marcado pelo desaparecimento de mais de 3 mil pessoas e pelo menos meio milhão delas foram deslocadas de seus locais de moradia, o que fez com que os alicerces do país fossem profundamente abalados (ROJAS, 1997).

quanto a emocional - para todas as mulheres participantes do programa. Contudo, Perova também observou que houve uma queda mais significativa desses índices para as mulheres que possuem poucos filhos, que não haviam sido expostas a violência conjugal em suas casas quando crianças e que possuíam um trabalho remunerado.

Outro trabalho que buscou analisar o impacto gerado pelo *Juntos* nos índices de violência contra mulher foi o realizado por Molyneux e Thomsom (2011). Esses autores observaram, a partir dos dados do *Instituto de Estudios Peruanos* (IEP) de 2009 que houve um aumento do poder de decisão das mulheres no que diz respeito a alocação dos recursos domésticos. Também foi possível observar o surgimento de uma ligação entre o programa e outros serviços públicos que já existiam, e que tinham com a função a proteção de mulheres e crianças contra a violência e o abuso. Essa ligação não foi uma exigência do programa, mas sim uma iniciativa tomada pelos gerentes locais que passaram a ameaçar a cortar o pagamento do benefício caso continuasse havendo episódios de violência doméstica nessas famílias, fiscalizadas durante o acompanhamento periódico do estado de saúde. Como consequência dessa ligação, houve uma mudança nos hábitos de comportamento das famílias beneficiárias marcada por uma queda significativa dos casos dos casos de violência física e emocional (MOLYNEUX, THOMSON, 2011). Sobre a utilização dos serviços de saúde, Moreira (2016) ressalta que o fato do programa exigir que as mães também fizessem um acompanhamento periódico sobre seu estado de saúde permitiu que essa fiscalização sobre a incidência da violência fosse feita.

#### 4.2.9. A BEM-SUCEDIDA EXPERIÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ALIMENTAR REALIZADA O NORTE DO EQUADOR

No Norte do Equador, próximo à fronteira com a Colômbia, foi implementado pelo *World Food Programme* (WFP) um programa de assistência alimentar em 7 centros urbanos pertencentes as províncias de *Carchi* e *Sucumbíos* com o objetivo de beneficiar refugiados colombianos e famílias equatorianas pobres no ano de 2011. Esse programa/teste randomizado teve a duração de 6 meses e ocorreu entre o período de março de 2011 a outubro/novembro de 2011. Para determinar quais famílias receberiam o benefício e quais não, todas as famílias que viviam nos bairros selecionados para a participação no programa foram mapeadas e o ponto de corte foi determinado com base nas restrições orçamentárias do projeto.

O pagamento desse subsídio era realizado preferencialmente para mulheres e consistiu em transferências mensais condicionadas a participações em *workshops* voltados para a diversidade alimentar e para a nutrição infantil e familiar. Essa transferência podia ocorrer em dinheiro, por meio de cartões pré-pagos em ATM programados; de um vale-alimentação que deveria ser resgatado em supermercados locais, obedecendo a uma lista previamente aprovada que contém apenas alimentos nutritivos; ou por meio de uma transferência direta de alimentos que eram distribuídas em armazéns locais e consistia em arroz, lentilha, óleo vegetal e sardinha em lata (BULLER *et al.*, 2016).

Para observar os resultados desse programa nos índices de violência doméstica, foram conduzidos experimentos quantitativos e qualitativos. A pesquisa quantitativa foi realizada nos meses em que programa estava em funcionamento por meio de pesquisas presenciais que coletavam as informações que diziam respeito as características familiares, demografia, segurança alimentar, educação, saúde e violência doméstica. Porém, as perguntas que diziam respeito a violência só eram realizadas se a entrevistada fosse casada e se a sua privacidade pudesse ser assegurada no momento da entrevista. Dentre os resultados quantitativos realizados a partir de um ensaio controlado, Buller *et al.* (2016) observaram que essas transferências levaram as famílias a terem uma segurança alimentar, estabilidade financeira e ainda reduziram os índices de violência física e/ou sexual em 19% a 30% quando comparado com as famílias que não receberam a transferência.

Por sua vez, a pesquisa qualitativa foi realizada 21 meses após essa intervenção, ou seja, entre os meses de agosto e setembro de 2013, nos dois maiores centros urbanos de cada província. Ela ocorreu por meio de entrevistas individuais com as mulheres beneficiadas pelo programa e com os seus maridos ou companheiros. Nessas entrevistas, muitos homens e mulheres relataram que o recebimento do subsídio gerou uma sensação de bem-estar e felicidade em suas casas. Isso ocorreu devido a segurança alimentar gerada que permitiu que a família pagasse o aluguel e outras dívidas, além da formação de uma poupança para futuras emergências. Os entrevistados também relataram outro efeito positivo da segurança alimentar, o impacto gerado em seus filhos que passaram a se sentir mais livres para procurar alimentos que gostassem de comer.

Como resultado do treinamento nutricional, as mulheres entrevistadas relataram que conseguiram observar: um aumento da sua autoconfiança, habilidades culinárias aprimoradas, conhecimento nutricional e melhora da qualidade de vida da família como um todo. Por sua vez, os homens entrevistados relataram que apreciavam o novo conhecimento recém-adquirido de suas esposas e



que eles passaram a se sentir “mais apaixonados” por elas devido às novas habilidades culinárias e conhecimento nutricional que elas adquiriram (BULLER *et al.*, 2016).

De acordo com a população beneficiária do programa, o principal gatilho para a ocorrência da violência contra a mulher nessa região seria a falta de dinheiro para atender as necessidades básicas da família. Com o recebimento do benefício, não houve mais a necessidade delas negociarem diariamente o dinheiro para alimentação, diminuindo assim os conflitos diários e impactando positivamente no bem-estar das famílias. Embora houvesse potencial do dinheiro ser extraído à força das mulheres pelos homens, isso não ocorreu, pois essa renda não era interpretada como uma renda da mulher, mas sim como uma renda familiar uma vez que ela era utilizada para fins nutricionais da família, fazendo com que ele fosse respeitado e apreciado pelos parceiros do sexo masculino (BULLER *et al.*, 2016).

Portanto, as transferências destinadas ao consumo alimentar quando combinadas com um treinamento nutricional levam a uma queda significativa da violência física e sexual contra a mulher. O aumento da renda nesse caso leva a uma redução da pobreza e, conseqüentemente, o estresse gerado por ela. Logo, essa diminuição do estresse leva a redução do nível de violência como um todo (BARANOV *et al.*, 2020; LEES *et al.*, 2020). Segundo Buller *et al.* (2016), também são considerados responsáveis pela queda dessa violência: a redução do conflito do dia a dia e do estresse do casal; a melhoria do bem-estar e da felicidade da família; e o aumento do empoderamento das mulheres que passaram a ser mais autoconfiantes, a tomar mais decisões, e a terem uma maior liberdade.

#### 4.2.10. UM ESTUDO CLÍNICO REALIZADO NO NORDESTE DA ÁFRICA DO SUL COM RESULTADOS SIGNIFICATIVOS NA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A África do Sul também realizou um estudo clínico e esse foi fundamental para a compreensão do impacto gerado pelos programas de transferência de renda na violência contra a mulher. Esse estudo foi denominado *HPTN 068* e ocorreu na província *Mpumalanga*, localizada no nordeste do país, entre março de 2011 a dezembro de 2012, com o objetivo de redução do número de mulheres infectadas com HIV por meio da redução da pobreza nacional, da desigualdade de gênero e da violência por parceiro íntimo. Essa província foi escolhida devido ao fato dela ser uma área rural, densamente povoada, localizada dentro da área de abrangência do *Agincourt Health and Socio-Demographic Surveillance Systems* (AHDSS) e caracterizada pela elevada pobreza e prevalência

de HIV. Para analisar os impactos gerados pelo programa na vida das participantes, elas foram entrevistadas em visitas anuais de acompanhamento que ocorreram aos 12, 24 e 36 meses após a implementação do programa.

O *HPTN 068* tinha como foco do seu benefício: mulheres sul-africanas negras, jovens e solteiras (não casadas), com idades entre 13 e 20 anos, não grávidas, morando com pelo menos um dos pais, alfabetizadas, que estejam matriculadas em uma das escolas secundárias aliadas à pesquisa e frequentando pelo menos 80% das aulas. Além disso, essas meninas precisam ser capazes de abrir uma conta bancária e aceitar ser testadas para HIV e Herpes simples, com acompanhamento no pré e no pós teste. Caso essas mulheres cumprissem todos os critérios pré-estabelecidos, elas poderiam receber o benefício por até 3 anos (KILBURN *et al.*, 2018).

Como resultado do estudo, houve uma redução significativa de casos de violência física para todas as meninas que estavam participando do programa e recebendo o benefício. Segundo Kilburn *et al.* (2018), isso ocorreu porque esse estudo abrangeu dois fatores de estresse para a violência doméstica: a baixa escolaridade da mulher e a formação de casais jovens. Como observado pelos autores, a frequência escolar é um fator relevante para a queda significativa dos índices de HIV e da violência doméstica. Além disso, mulheres jovens são mais suscetíveis à sofrerem com violência caso sejam economicamente dependentes de seus parceiros masculinos. Consequentemente, esse tipo de programa (*HPTN 068*) é relevante porque acaba inibindo o casamento na juventude que aumentam os índices de violência. As mulheres participantes do estudo preferem não iniciar um novo relacionamento ou se casar, continuar estudando e morando com os seus pais para não perderem o benefício. Além de inibir o casamento precoce, esse programa também incentiva as mulheres a se formarem no ensino secundário, reduzindo a probabilidade de elas entrarem em um relacionamento abusivo ou permanecerem com um parceiro violento. Logo, esse programa foi importante para a redução de novos casos de violência por parceiro íntimo (VPI), embora não seja o foco principal dele.

A tabela 1 abaixo apresenta um resumo das características dos Programas de Transferência de Renda estudados acima, contendo: o país e o nome do programa, se a transferência foi realizada de forma incondicional ou não, se o pagamento foi realizado preferencialmente para as mulheres, as condicionalidades exigidas pelos países para participar do programa caso houvesse e se foi observado uma redução nos níveis de violência.

Tabela 1 - Características dos Programas de Transferência de Renda (1997-2015)

Características dos Programas de Transferência de Renda					
País	Programa	Transferência Preferencial Para a Mulher	Transferência Incondicional de Renda	Condições para a Participação do Programa	Reduziu a Violência
África do Sul	HPTN 068*	Sim	Não	Mulheres jovens e solteiras, com idades entre 13 e 20 anos, alfabetizadas e que tenham uma frequência de presença de 80% na escola.	Sim
África do Sul	Child Support Grant (CSG)	Não, contudo elas são as maiores beneficiárias	Não	Frequência escolar	Sim
Brasil	Bolsa Família	Sim	Não	Frequência escolar e acompanhamento médico.	Evidência mista
Equador	Bono de Desarrollo Humano	Sim	Sim	Não consta	Evidência mista
Equador	Teste randomizado*	Sim	Não	Participação das mulheres em seminários nutricionais mensais.	Sim
México	Oportunidades	Sim	Não	As mulheres precisam participar de oficinas de promoção a saúde e trabalhar um número de horas mínimo no programa e as crianças precisam frequentar a escola e ter consultas frequentes de saúde.	Sim
Nicarágua	Red de Protección Social	Sim	Não	Frequência mínima na escola e visitas frequentes nas clínicas de saúde.	Não houve evidências de mudanças significativas na VPI.
Peru	Juntos	Sim	Não	As mulheres precisam estar grávidas ou terem filhos menores de 14 anos, crianças precisam estar matriculadas e frequentando a escola, consultas de saúde frequentes e presença mensal em seminários.	Sim
Uruguai	Plan de Equidad	Não, contudo elas são as maiores beneficiárias	Não	Frequência mínima escolar e exames períodos de saúde.	Sim
Zâmbia	Child Grant Program (CGP)	Sim	Sim	Não consta	Não houve evidências de mudanças significativas na VPI.

Fonte: Elaboração própria a partir dos estudos analisados

#### 4.3. UMA ANÁLISE INTEGRADA SOBRE OS PROGRAMAS

Os programas de transferência analisados acima são voltados majoritariamente para as mulheres e as ajudam a adquirir essa independência de seus maridos ou companheiros. Ao analisar os impactos gerados pelos programas de transferência de renda, é possível observar essa relação complexa entre esses programas e a violência doméstica. Os programas que geraram um impacto positivo, reduzindo os índices de violência doméstica foram: o *Child Grant Program* da África do Sul, o *Oportunidades* do México, o *Juntos* do Peru, o *Plan de Equidad* do Uruguai, o teste *randomizado* realizado no norte do Equador, o *HPTN 068* da África do Sul. De acordo com as teorias apresentadas no capítulo anterior, a redução dessa violência pode ser explicada pela mudança da dinâmica intrafamiliar. Essa mudança foi gerada pelo empoderamento feminino e pela diminuição da pobreza familiar uma vez que essa reduz as tensões advindas da pobreza, gera uma segurança alimentar e aumenta o bem-estar emocional delas. Além desses fatores, a redução da violência no México, no Peru e no norte do Equador também podem ser explicados pelo aumento da interação da mulher com o setor de saúde e/ou com outras mulheres da sociedade devido a condicionalidade de participação em seminários sobre saúde ou nutrição apresentados por esses programas.

Por sua vez, a redução da violência observada no teste *HPTN 068* da África do Sul ocorreu devido ao fato do programa exigir que as mulheres fossem solteiras (não casadas), morassem com um dos pais, frequentassem a escola e fizessem exames periódicos de saúde para receber o benefício. Esse conjunto de condicionalidades abrangeu fatores de risco e evitou o aumento da violência contra a mulher ao ampliar o nível de educação e a interação delas com o setor da saúde e com outras mulheres da sociedade, além de reduzir o índice de casamentos na adolescência. A diminuição do número de casamentos nessa idade é importante para a redução da violência, uma vez que os homens jovens são os que estão mais frequentemente envolvidos nesse tipo de conflito (*The Young Male Syndrome*).

Como visto no capítulo anterior, Ranganathan (2019) defende que alguns homens não costumam aceitar que as mulheres opinem nas questões sexuais e reprodutivas, pois essas questões se enquadram na categoria “ele decide” advindas da sociedade patriarcal. Quando isso não ocorre, eles acabam utilizando a violência para garantir o seu domínio sobre suas esposas. Portanto, o aumento observado do poder de decisão das mulheres mexicanas e brasileiras no que diz respeito ao uso de anticoncepcionais pode ser considerada uma grande conquista para elas, principalmente porque esse aumento do poder vir acompanhado de uma redução dos índices de violência.

O *Programa Bolsa Família* do Brasil e o *Bono de Desarrollo Humano* do Equador obtiveram evidências mistas, apresentando casos de aumento e de redução da violência contra a mulher como resultado dos programas de transferência de renda. Como visto acima, a redução da violência ocorreu devido à diminuição da pobreza familiar, da segurança alimentar adquirida, do aumento do poder de barganha das mulheres e do aumento do bem-estar da família. Devido às condicionalidades voltadas apenas para as crianças ou adolescentes (Brasil) ou a falta delas (Equador), esses programas não promovem a interação das mulheres beneficiárias com o setor de saúde e nem com outras mulheres da sociedade, o que pode explicar os casos observados de aumento da violência nesses países, gerando os resultados mistos observados. Esse aumento também pode ser explicado pelo fato do parceiro se sentir ameaçado e utilizar a violência a fim de reafirmar a sua autoridade e a sua masculinidade ou para tentar extrair os novos recursos financeiros.

Por fim, os programas *Red de Protección Social* da Nicarágua e o *Child Grant Program* da Zâmbia não geraram mudanças significativas nos índices de violência, uma vez que eles não desafiam as normas sociais vigentes dessas sociedades. Nesses países, mesmo que seja observado um modesto empoderamento das mulheres, os índices de violência permanecem os mesmos que foram encontrados antes da implementação desses programas. Isso pode ser observado pela falta de condicionalidades da Zâmbia e pelo fato da transferência feita pela Nicarágua não ocorrer de forma constante, já que, como visto anteriormente, a baixa frequência do seu pagamento aumenta a probabilidade do marido ou companheiro usurpar o valor recebido.

Portanto, pode-se, pois, perceber que os programas de transferência de renda, desde que sejam bem implementados, são responsáveis por gerar uma mudança institucional nos hábitos de pensamento e comportamento dos seus beneficiários, empoderando essas mulheres, assim como também reduz os casos de violência de gênero. Esses programas também são responsáveis pela redução das desigualdades das mulheres nas mais diversas esferas, dentre elas: a social, a econômica, a psicológica, a política, a familiar e a interpessoal.

#### 4.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos índices de violência feita por uma abordagem econômica é fundamental para a compreensão dessa taxa uma vez que as mulheres que mais sofrem com a Violência por parceiro íntimo são aquelas que possuem rendas baixas. A utilização dos resultados dos programas de transferência de renda é valiosa para observar se houve algum efeito incidental dessa transferência

nos índices de violência, pois existe um grande número de programas implementados em diversos países e que estão funcionando a pleno vigor, cujo foco é retirar as famílias da situação de pobreza e extrema pobreza. Ou seja, o foco desses programas são as famílias mais afetadas pela violência doméstica.

Os programas de transferência seriam então exemplos de políticas econômicas que oferecem benefícios provisórios e de curto prazo para os beneficiários com objetivo de gerar mudanças no longo prazo. Uma das ideias que não se encontra dentre os objetivos é a transformação das normas sociais que estão profundamente enraizadas no que diz respeito à violência de gênero, uma vez que esses programas iniciam um processo de mudança social e cultural. Um fato importante sobre essa alteração é que ela ocorre de forma implícita, fazendo com que essas alterações ocorram de forma mais confortável e segura para as populações que se encontram em situações de alto risco justamente pelo fato do foco desses programas não serem os relacionamentos, o gênero ou a violência (TANKARD; IYENGAR, 2018).

Portanto, os programas de transferência de renda, desde que sejam bem implementados, são responsáveis por gerar uma mudança institucional reduzindo os índices de casos de violência de gênero. Os programas *Oportunidades* do México e o *Juntos* do Peru, assim como os testes realizados na África do Sul e no norte do Equador, deveriam ser utilizados como exemplos por outros programas de transferência para ajudar a reduzir de forma mais significativa a violência contra a mulher. A escolha desses programas para serem utilizados de modelos deve-se ao fato deles terem demonstrado que as condicionalidades voltadas exclusivamente para as mulheres, e não apenas para as crianças e adolescentes, são responsáveis por uma queda mais acentuada dos casos de violência doméstica.

## 5. CONCLUSÃO

Esta Dissertação teve como objetivo apresentar a contribuição da Economia Institucional Original (EIO), da Economia Evolucionária e da Psicologia Evolucionária no que diz respeito a violência contra a mulher e o impacto gerado pelos programas de transferência de renda na ocorrência dessa violência. Uma característica importante dos elementos teóricos da EIO está no fato de que ela é uma abordagem multidisciplinar, ou seja, comporta contribuições diversas de outras ciências como biologia, psicologia, filosofia e sociologia.

A violência praticada contra a mulher deve ser considerada um hábito antigo, perpetuado durante séculos através de uma relação de dominação e coerção. Um fator relevante que pode levar a diminuição ou a perpetuação dessa violência seria a busca das mulheres pela independência financeira. Essa pode reduzir os casos de violência ao diminuir a pobreza familiar, aumentando o bem-estar emocional das famílias e o empoderamento dessas mulheres. Contudo, essa busca também pode levar a um aumento na violência, quando o homem busca extrair de sua esposa os seus novos recursos financeiros; cria-se um sentimento de ameaça nos homens de que suas esposas estariam “roubando” a sua posição de provedor do lar; e quando aumentam as tensões familiares no que diz respeito as tomadas de decisões da residência. Portanto, a busca pela independência financeira da mulher é um fator ambíguo para a diminuição da violência de gênero, pois ela também pode levar a um aumento dela.

Um instrumento institucionalizado e utilizado para aumentar a renda das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza são os programas de transferência de renda existentes em diversos países ao redor do mundo. Esses programas são voltados majoritariamente para as mulheres e as ajudam a adquirir essa independência de seus maridos ou companheiros.

Conferiram-se nessa Dissertação, alguns trabalhos realizados ao redor do mundo com o objetivo de identificar se esses programas de transferência de renda impactaram os índices de violência contra a mulher. Eles foram implementados principalmente em países em desenvolvimento e não apresentavam, dentre os seus objetivos, a redução dos índices de violência doméstica. A partir das pesquisas analisadas pelo *survey*, foi possível concluir que seis dentre os dez programas reduziram os índices de violência do país onde foi implementado. Essa redução pode ser explicada pela mudança dos hábitos de pensamento e comportamento dos integrantes dessas famílias que levaram a mudança da dinâmica intrafamiliar observada e ao empoderamento dessas mulheres.

O empoderamento observado não é resultado apenas da transferência do benefício, mas sim devido ao aumento da interação dessas mulheres com outras mulheres da sociedade. Essa interação foi

gerada através da participação das mulheres beneficiárias em seminários de saúde e/ou nutrição oferecidos por esses programas, além de consultas médicas periódicas postas como condicionalidade para o recebimento do benefício. A redução da pobreza familiar também é um importante fator para a redução da violência, uma vez que ela gera uma segurança alimentar e aumenta o bem-estar emocional das famílias.

Por sua vez, os resultados do teste *HPTN 068* da África do Sul devem ser analisados separadamente devido as suas características particulares. Esse programa teve como foco do beneficiar mulheres que possuem maior vulnerabilidade, sendo assim mais prováveis em sofrer com a violência, ou seja, mulheres jovens, com baixa escolaridade e socialmente alienadas. Para reduzir essa vulnerabilidade, esse programa exige que algumas condicionalidades sejam cumpridas, como: as mulheres precisam ser solteiras (não casadas), morar com um dos pais, frequentar a escola e fazer exames periódicos de saúde para receber o benefício. Conseqüentemente, esse programa pode ser considerado responsável por reduzir casamentos na adolescência, aumentar o nível de educação das mulheres, além de aumentar o nível de interação delas com o setor da saúde e com outros indivíduos da sociedade, fatores estes ligados a menor incidência de violência.

Dentre os programas analisados, quatro não impactaram os índices de violência doméstica ou geraram impactos mistos (apresentaram casos de aumento e de redução da violência contra a mulher) como resultado dos programas de transferência de renda. Esses resultados podem ser explicados pelo fato desses programas não desafiarem o suficiente as normas sociais vigentes das sociedades onde foram implementados. A falta desse desafio pode ocorrer devido ao modelo adotado de pagamento, da falta de condicionalidades dos programas ou pelo fato das condicionalidades serem voltadas apenas para os filhos das mulheres beneficiadas. Dessa forma, esses programas não promovem a interação das mulheres beneficiárias com o setor de saúde e nem com outras mulheres da sociedade, fazendo com que elas se tornem mais vulneráveis a sofrerem com algum tipo de violência.

Os programas de transferência de renda podem ser considerados exemplos de políticas econômicas que oferecem benefícios provisórios e de curto prazo para os beneficiários que gerar mudanças no longo prazo. Quando são bem implementados, geram uma mudança institucional nos hábitos de pensamento e comportamento dos seus beneficiários, empoderando essas mulheres, assim como reduz as desigualdades sociais e os índices de violência doméstica contra a mulher. O *Oportunidades* do México, o *Juntos* do Peru, o teste realizado no norte do Equador e o *HPTN 068* da África do Sul deveriam ser utilizados como exemplos por outros programas de transferência de renda ao redor do mundo, fazendo com que eles implementem condicionalidades voltadas



exclusivamente para as mulheres. Esse tipo de condicionalidade é importante, pois aumenta o empoderamento das mulheres de forma mais significativa ao impulsionar a interação delas com o setor de saúde e com outras mulheres da sociedade. Dessa forma, elas se tornam mais resistentes a aceitarem os abusos e mais propensas a terminarem com os relacionamentos abusivos. Portanto, as condicionalidades voltadas exclusivamente para as mulheres é uma ferramenta eficaz para a redução da violência intrafamiliar contra a mulher de forma significativa e essas deveriam ser implementadas pelos outros programas.

## REFERÊNCIAS

AÍSA, Martina García. **Conditional Cash Transfers and Intimate Partner Violence among Mexican Couples: the Impact of Oportunidades on Psychological Abuse Prevalence.** Master in Economic Development and Growth, Lund University. 2014.

ALESINA, A; BRIOSCHI, B; LA FERRARA, E. **Violence Against Women: A Cross-cultural Analysis for Africa.** *Economica*, 2020.

ANTONIO, I. P.; PATRIOTA, M. C. **Contribuição ao estudo do abuso sexual contra a adolescente: uma perspectiva de saúde sexual e reprodutiva e de violação de direitos humanos.** 2004. v. 1, p. 31–39.

BARANOV, Victoria et al. **Theoretical Underpinnings and Meta-analysis of the Effects of Cash Transfers on Intimate Partner Violence in Low- and Middle-Income Countries.** *Journal of Development Studies*, p. 1–25, 2020.

BATLIWALA, Srilatha. **El significado del empoderamiento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción.** *Poder y empoderamiento de las mujeres.*, p. 187–211, 1997.

BERTRAND, M.; KAMENICA, E.; PAN, J. **Gender identity and relative income within households.** *Quarterly Journal of Economics*, v. 130, n. 2, p. 571–614, 2015.

BLYTH, Mark et al. **Introduction to the special issue on the evolution of institutions.** *Journal of Institutional Economics*, v. 7, n. 3, p. 299–315, 2011.

BOBONIS, Gustavo J. **The Impact of Conditional Cash Transfers on Marriage and Divorce.** *Economic Development and Cultural Change*, forthcoming, 2009.

BOBONIS, Gustavo J.; CASTRO, Roberto. **The Role of Conditional Cash Transfers in Reducing Spousal Abuse in Mexico: Short-Term vs. Long-Term Effects.** University of Toronto, Toronto, 2010.

BOBONIS, G. J., CASTRO, R., & MORALES, J. S. **Conditional Cash Transfers For Women and Spousal Violence: Evidence of the Long-Term Relationship from the Oportunidades Program in Rural Mexico.** Washington, DC: Inter-American Development Bank, 2015.

BONILLA, Juan et al. **Cash for Women’s Empowerment? A Mixed-Methods Evaluation of the Government of Zambia’s Child Grant Program.** *World Development*, v. 95, p. 55–72, 2017.

BORRAZ, Fernando; MUNYO, Ignacio. **Conditional cash transfers, women’s income and domestic violence.** *International Review of Applied Economics*, v. 34, n. 1, p. 115–125, 2019.

BULLER, Ana Maria *et al.* **The way to a man’s heart is through his stomach?: A mixed methods study on causal mechanisms through which cash and in-kind food transfers decreased intimate partner violence.** *BMC Public Health*, v. 16, n. 1, p. 1–13, 2016.

BULLER, Ana Maria et al. **A mixed-method review of cash transfers and intimate partner violence in low and middle-income countries.** World Bank Research Observer, 2018.

BUSS, D. M. (1995). **Evolutionary psychology: a new paradigm for psychological science.** Psychological Inquiry, v.6, n.1, p. 1–30. 1995.

CHELUCHINHAK, A. B.; CAVICHIOLLI, F. R. **A Teoria da Classe Ociosa: O Que Nos Diz Veblen Sobre Natureza e Comportamento Humano, Consumo, Esporte e Lazer.** Livere, v. 13, n. 1, p. 1–38, 2010.

CLAVE, P. **Violência contra a mulher: sofrimento psíquico e adoecimento mental.** Revista RENE, 2007. v. 8, n. 2, p. 93–100.

COMMONS, J. R. **Institutional economic.** The American Economic Review, v.21, n.4, 1931, p.648-57.

CONCEIÇÃO, Octávio A. C. **O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas.** Revista Economia Contemporânea, v. 6, n. 2, p. 119-46, 2002.

COUNTS, D.A.; BROWN, J.K.; CAMPBELL, J.C. **Sanctions & sanctuary. Cultural perspectives on beating of wives.** Boulder: Westview Press; 1992.

COUTO, Maria Carolina do Amaral. **Empoderamento Feminino e Políticas de Transferência Condicional de Renda: Uma Avaliação do Programa Bolsa Família.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Economia, do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

DALY, M; WILSON, M; WEGHORST, J. **Male Sexual Jealousy.** Ethology and Sociobiology. v. 3, p. 11–27, 1982.

DALY, M.; WILSON, M. **Evolutionary social psychology and family homicide.** Science, v. 242, n. 4878, p. 519–524, 1988.

DALY, M., & WILSON, M. **Homicide.** New York, NY: Aldine de Gruyter. 1988.

DALY, M; WILSON, M. **Killing the competition - Female/female and male/male homicide.** Human Nature, v. 1, n. 1, p. 81–107, 1990.

DE BRAUW, Alan *et al.* **The Impact of Bolsa Família on Women's Decision-Making Power.** World Development, v. 59, p. 487–504, 2014.

DEQUECH, D. **O conceito de instituições e algumas tipologias.** In: SALLES, A. O. T.; PESSALI, H. F.; FENÁNDEZ, R. G. (2017) Economia institucional: Fundamentos teóricos e históricos. São Paulo: Unesp. 2017

DOS SANTOS, L. M. **A situação econômica como fator agravante da violência doméstica: um estudo na Delegacia da Mulher de Florianópolis.** 1999.

ENZ, C. **The role of value congruity in interorganizational power.** Administrative Science Quarterly, v. 33, p. 284-304, 1988.

FALEIROS, E. **Violência de gênero. IN: TAQUETTE, Stella R. Violência contra a mulher adolescente/jovem.** 2007.

FERREIRA, Rui Fernando Correia; MUNIZ, Reynaldo Maia; ALMADA, Livia. **O conceito do ócio vicário no filme “Que Horas Ela Volta? ”: revisitando Thorstein Veblen em uma perspectiva dos fenômenos socioeconômicos.** Cadernos EBAPE.BR, v. 17, n. 2, p. 305–323, 2019.

GARCÍA-MORENO, Claudia et al. **Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence.** Geneva, World Health Organization, 2013.

GARRIDO, A.; ÁLVARO, J. **William McDougall y la teoría de los instintos.** Multimodal, p. 78–96, 2007.

GELLES, Richard J. **Abused Wives: Why Do They Stay.** Journal of Marriage and Family, v. 38, n. 4, p. 659–668, 1976.

GITTER, Seth R.; BARHAM, Bradford L. **Women’s power, conditional cash transfers, and schooling in Nicaragua.** World Bank Economic Review, v. 22, n. 2, p. 271–290, 2008.

GOETZ, Aaron T. **The evolutionary psychology of violence.** Psycholoquy, v. 10, p. 15–21, 1999.

GONÇALVES, Diego Macedo. **Violência e identificação de raça como consequência da categorização de grupo.** v. 15, n. 1, p. 97–102, 2010.

HEISE, Lori L.; KOTSADAM, Andreas. **Cross-national and multilevel correlates of partner violence: An analysis of data from population-based surveys.** The Lancet Global Health, v. 3, n. 6, p. 332–340, 2015.

HIDROBO, Melissa; FERNALD, Lia. **Cash transfers and domestic violence.** Journal of Health Economics, v. 32, n. 1, p. 304–319, 2013.

HODGSON, Geoffrey M. **On the Evolution of Thorstein Veblen’s evolutionary.** Cambridge Journal of Economics. v.22, p. 415–431, 1992.

HODGSON, G. M. **Thorstein Veblen and post-darwinian economics.** Cambridge Journal of Economics, v. 16, n. 3, p. 285-301, 1992.

HODGSON, G.M. **A Modern Reader in Institutional and Evolutionary Economics: Key Concepts.** Cheltenham, UK, Northampton, USA: Edward Elgar. 2002a

HODGSON, G. M. **Reconstitutive downward causation: social structure and the development of individual agency”** In: FULLBROOK, E. (Ed) Intersubjectivity In Economics Agents And Structures Condon and New York: Routledge. 2002a

HODGSON, G. M. **The evolution of institutional economics.** Routledge, 2004.

HODGSON, Geoffrey M. **Veblen and Darwinism.** International Review of Sociology, v.14, n. 3, p. 343–361, 2004.

HODGSON, G. M. **What are institutions?** *Journal of Economic Issues*, v. 40, n. 1, March 2006, pp. 1-25. 2006. In: SALLES, A. O. T.; PESSALI, H. F.; FENÁNDEZ, R. G. (2017) *Economia institucional: Fundamentos teóricos e históricos*. São Paulo: Unesp. 2017.

HODGSON, Geoffrey M. **Prospects for institutional research**. *RAUSP Management Journal*, v. 54, n. 1, p. 112–120, 2019.

HOLMES, Rebecca *et al.* **Cash transfers and gendered risks and vulnerabilities: lessons from Latin America**. Overseas Development Institute, p. 1-6, 2010.

JAMES, W. **The Principles of Psychology**, volume 2, London: Macmillan, 1890.

JOHNSON, H. **When Feminism Meets Evolutionary Psychology: The Enduring Legacy of Margo Wilson**. *Homicide Studies*, v. 16, n. 4, p. 332–345, 2012.

KABEER, N. **Gender women's a critical Development and empowerment: of the third Millennium analysis**. *Gender and Development*, v. 13, n. 1, p. 13–24, 2005.

KILBURN, Kelly N. *et al.* **Conditional cash transfers and the reduction in partner violence for young women: An investigation of causal pathways using evidence from a randomized experiment in South Africa (HPTN 068): An**. *Journal of the International AIDS Society*, v. 21, p. 47–54, 2018.

KINOUCHI, Renato Rodrigues. **Consciência não-linear: de William James aos Sistemas Dinâmicos**. Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Filosofia, 2004.

KINOUCHI, R. R. **Tão perto, tão distante: William James e a psicologia contemporânea**. *Scientiae Studia*, v. 7, n. 2, p. 309-315, 2009.

LANDSMAN, R. **The Philosophy of Veblen's Economics**. *Science & Society*, 333345.1957.

LAMOGLIA, C. V. A.; MINAYO, M. **Marital violence, a social and public health problem: a study in a police station in the state of Rio de Janeiro**. *Ciencia & Saude Coletiva*, 2009. v. 14, n. 2, p. 595–604.

LAVINAS, Lena; COBO, Barbara; VEIGA, Alinne. **Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero**. *Revista Latinoamericana de Población*, v. 6, n. 10, p. 31–56, 2019.

LEES, Shelley *et al.* **Intimate Partner Relationships and Gender Norms in Mali: The Scope of Cash Transfers Targeted to Men to Reduce Intimate Partner Violence**. *Violence Against Women*, p. 15–17, 2020.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; NOGUEIRA, E. E. S. **Instituições, Cultura e Identidade Organizacional**. In: *EnEO 2000 - I Encontro de Estudos Organizacionais, 2000*, Curitiba. *Anais do EnEO 2000*. Rio de Janeiro: ANPAD, v. 1. p. 01-16, 2000.

MARINHO, Paloma Abelin Saldanha; GONÇALVES, Hebe Signorini. **Práticas de empoderamento feminino na América Latina**. Revista de Estudios Sociales feminino na América Latina, p. 1–16, 2016.

MCDUGALL, W. **An Introduction to Social Psychology**. 1st edn London: Methuen, 1908.

MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene. **Uma análise da distribuição do PIB per capita entre mulheres e homens no Brasil, 1991-2015**. Revista de Economia Contemporânea, v. 25, n. 1, p. 1–23, 2021.

MESOUDI, A. **How cultural evolutionary theory can inform social psychology and vice versa**. Psychological Review, 116, p. 929–952, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. p. 1–116, 2017. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro\\_unico/Manual\\_Gestao\\_Cad\\_Unico.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual_Gestao_Cad_Unico.pdf)>.

MONASTERIO, L.M. **Guia para Veblen**. Pelotas: EDUFPEL, v. 1, p.153, 1998.

MOREIRA, Gustavo Carvalho *et al.* **Programa Bolsa Família e violência doméstica contra a mulher no Brasil**. Estudos Econômicos, v. 46, n. 4, p. 973–1002, 2016.

MOREIRA, Martiele Gonçalves. **Discriminação do Gênero Feminino no Ambiente de Trabalho: Uma análise à luz da Teoria Institucional de Thorstein Veblen**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração da Universidade Federal do Pampa, 2019.

MOREIRA, Martiele Gonçalves; FLECK, Carolina Freddo; VIANA, João Garibaldi Almeida. **A institucionalização da discriminação do gênero feminino pela perspectiva de Thorstein Veblen**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, v. 42, n. 1, 2020.

MOURA, A. C.; ROHENKOHL, J. E.; MARIN, S. R. **O papel do indivíduo na evolução institucional de Veblen**. Revista Economia Ensaios, v. 33, n. 2, p. 4–38, 2019.

NASSER APPEL, Tiago. **Em Defesa De Uma Visão Evolucionária Da Violência Contra a Mulher**. Revista Gênero, v. 17, n. 1, p. 215–235, 2016.

NEALE, W. **Institutions**. Journal of Economic Issues, v. 21, n. 3, p. 177 -206, 1987. In: SALLES, A. O. T.; PESSALI, H. F.; FENÁNDEZ, R. G. (2017) Economia institucional: Fundamentos teóricos e históricos. São Paulo: Unesp. 2017.

NEUBERGER, D.; SILVA, P. X. Da; CÁRIO, S. A. F. **Cem Anos Entre Arcabouços teóricos complementares: Thorstein Veblen e Geoffrey Hodgson**. Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. XX Encontro de Economia da Região Sul. 2017.

NEVES, D., M. SAMSON, I.v. NIEKERK, S. HLATSHWAYO and A.d. TOIT. **The Use and Effectiveness of Social Grants in South Africa**. Cape Town: FinMark Trust, Institute for Poverty, Land and Agrarian Studies, and Economic Policy Research Institute, 2009.

OEA. **Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher**: Convenção de Belém do Pará. São Paulo, CLADEM/IPÊ, 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; KRUG, E. G. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

PATEL, Leila; HOCHFELD, Tessa. **It buys food but does it change gender relations?** Child Support Grants in Soweto, South Africa. *Gender and Development*, v. 19, n. 2, p. 229–240, 2011.

PEROVA, Elizaveta. **Three Essays on Intended and Not Intended Impacts of Conditional Cash Transfers**. Dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy in Agricultural and Resource Economics in the Graduate Division of the University of California, Berkeley, 2010.

PEREZ, Thiago; MORAES, Bernardes De. **A Discrepância Quanto à Frequência de Comportamentos Agressivos em Homens e Mulheres**. Um Estudo Evolucionista Sobre o Comportamento Agressivo em Humanos. p. 73–82, 2014.

PESSALI, H. F. **Nanoelementos da mesoeconomia**: uma economia que não está nos manuais. Curitiba: Ed. UFPR, p. 144, 2015.

PETERMAN, Amber *et al.* **List Randomization for Soliciting Experience of Intimate Partner Violence**: Application to the Evaluation of Zambia's Unconditional Child Grant Program. *Health Economics (United Kingdom)*, v. 27, n. 3, p. 622–628, 2018.

POLIPPO, P. M.; FERREIRA, V. R. T.; WAGNER, M. F. **Produção Científica Brasileira Sobre Psicologia**. v. 9, n. 2, p. 277–289, 2013.

RANGANATHAN, Meghna *et al.* **Associations Between Women's Economic and Social Empowerment and Intimate Partner Violence**: Findings From a Microfinance Plus Program in Rural North West Province, South Africa. *Journal of Interpersonal Violence*, p. 1–19, 2019.

RIBEIRO, Felipe Garcia; SHIKIDA, Claudio; HILLBRECHT, Ronald Otto. **Bolsa família**: Um survey sobre os efeitos do programa de transferência de renda condicionada do Brasil. *Estudos Economicos*, v. 47, n. 4, p. 805–862, 2017.

ROJAS, Rodrigues Montoya. **El Peru despues de 15 anos de violencia (1980-1995)**. *Estudios Avanzados*, v. 11, n. 29, p. 287–308, 1997.

ROCHA, M.M. **Violência contra a mulher**. IN: TAQUETTE, Stella R. *Violência contra a mulher adolescente/jovem*. EdUERJ – Editora da UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2007.

ROWLANDS, J. **Empowerment Examined**. *Development in Practice*, v. 5, n. 2, p. 101-107, 1995.

SALLES, A. O. T.; PESSALI, H. F.; FENÁNDEZ, R. G. **Economia institucional**: Fundamentos teóricos e históricos. São Paulo: Unesp. 2017.

SCHRAIBER, L. B., D'OLIVEIRA, A. F. P. L. **Violence against women: interfaces with Health Care.** Interface, Comunicação, Saúde, Educação, v.3, n.5, 1999.

SCHUBERT, Christian; CORDES, Christian. **Role models that make you unhappy: Light paternalism, social learning, and welfare.** Journal of Institutional Economics, v. 9, n. 2, p. 131–159, 2013.

SILVA, S. De A. et al. **Analysis of domestic violence on women's health.** Journal of Human Growth and Development, v. 25, n. 2, p. 182–186. 2015.

SMIRCICH, L. **Concepts of culture and organizational analysis.** Administrative Science Quarterly, v. 28, n. 3, p. 339-358, 1983.

SORK, V. L. **Quantitative genetics, feminism, and evolutionary theories of gender differences.** In P. A. Gowaty (Ed.), *Feminism and evolutionary biology*. New York, NY: Chapman & Hall. P. 86-115, 1997.

TANKARD, Margaret E.; IYENGAR, Radha. **Economic Policies and Intimate Partner Violence Prevention: Emerging Complexities in the Literature.** Journal of Interpersonal Violence, v. 33, n. 21, p. 3367–3387, 2018.

TELES, M. A. A. **O que são direitos humanos das mulheres.** 1.ed. eBook, Brasiliense, São Paulo, 2017.

VEBLEN, T. B. **O instinto para o artesanato e a aversão ao trabalho em geral.** Revista de Economia Heterodoxa, v. 8, n. VI, pp. 188-2014. 1898a/2007

VEBLEN, Thorstein. **The Beginning of Ownership.** American Journal of Sociology, v. 4, n. 3, p. 352- 365, 1898.

VEBLEN, Thorstein. **A Teoria da Classe Ociosa: Um Estudo Econômico das Instituições.** São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1965 (1899).

VEBLEN, Thorstein. **A Teoria da Classe Ociosa: Um Estudo Econômico das Instituições.** São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1983 (1899).

VEBLEN, Thorstein. **The Barbarian Status of Women.** American Journal of Sociology, Chicago: The University of Chicago Press, v. 4, n. 4, p. 503–514, 1899.

VEBLEN, T. B. **The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays.** New York, Huebsch, reprinted with a new introduction by W. J. Samuels, New Brunswick, Transaction Publishers. 1969.

VEBLEN, T. B. **“Por que a economia não é uma ciência evolucionária?”**, In: SALLES, A. O. T.; PESSALI, H. F.; FENÁNDEZ, R. G. (2017) *Economia institucional: Fundamentos teóricos e históricos*. São Paulo: Unesp. 1898a/2017

VEIGA-NETO, A. **Cultura, culturas e educação.** Revista Brasileira de Educação, n. 23, p. 5–15, 2003.



VALIATI, L.; CEZAR, P.; FONSECA, D. **Instituições e Cultura: um diálogo entre o pensamento econômico de Thorstein Veblen e Pierre Bourdieu.** Iberian Journal of the History of the Economic Thought, p. 1–21, 2014.

WARREN, K. J. **The Power and the Promise of Ecological Feminism.** In: ZIMMERMANN, Michael et al (Orgs.) Environmental Philosophy. Upper Saddle River: Prentice Hall, p. 325-344, 1998.

WILSON, M.; DALY, M. **Competitiveness, risk taking and violence: The young male syndrome.** Ethology and Sociobiology, v.6, p. 59-63. 1985.

WILSON, M.; DALY, M. **Life expectancy, economic inequality, homicide and reproductive timing in Chicago neighbourhoods.** British Medical Journal, v.314, p. 1271-1274, 1997.

WILSON, Margo; DALY, Martin. **Lethal and Nonlethal Violence against Wives and the Evolutionary Psychology of Male Sexual Proprietariness.** Rethinking Violence against Women, p. 199–230, 1998.

WISMAN, Jon D. **The Darwinian dynamic of sexual selection that Thorstein Veblen missed and its relevance to institutional economics.** Journal of Institutional Economics, v. 15, n. 1, p. 1–24, 2019.

ZULIAN, A.; MARIN, S. R.; JÚNIOR, O. M. **Comportamento dos indivíduos e instituições.** v. 2, n. 63, p. 409–430, 1982.